


Marxismo Vivo

Revista do Koorkom - Nº 5 - abril de 2002



**O mundo
depois do 11 de setembro**
(recessão, guerra, Intifada, Venezuela...)

**Argentina:
uma revolução
em marcha**

Marxismo Vivo

Revista do Koorkom

(Comitê Coordenador pela Construção de um Partido Operário Internacional)

ABRIL/2002





COLABORADORES

Alejandro Iturbe (Argentina), Alberto Airoidi (Italia), Álvaro Bianchi (Brasil), Angel Luis Parras (Espanha), Antonio Ferreira (Brasil), Bill Hunter (Inglaterra), Carlos Taibo (Espanha), Cecília Toledo (Brasil), Cyro Garcia (Brasil), Cristina Portella (Portugal), Francisco Cruz Retama (México), Héctor Valdiviezo Brito (Equador), Isabel Teresa Jezierski (Argentina), João Lopes (Portugal), João Ricardo Soares (Espanha), Jonas Potyguar (Brasil), José Martins (Brasil), José Welmowicki (Brasil), Júlio Flores (Brasil), Marcelo Garcia (Argentina), Mariúcha Fontana (Brasil), Martín Hernández (Brasil), M. Razi (Irã), Radoslav Pavlovic (Iugoslávia), Ricardo Antunes (Brasil), Schmidt Von Köln (Alemanha), Valério Arcary (Brasil), Viacheslav Rodin (Rússia).



EXPEDIENTE

Marxismo Vivo é uma revista do
Koorkom publicada pelo Partido Socialista
dos Trabalhadores Unificado.

CGC 73282.907/000-64

Atividade principal 61.81.

Rua Loefgreen, 909

Vila Clementino – São Paulo-SP

Telefone 5084-2982

Impressão

GRAPHBOX CARAN

Fotolito & Gráfica

Rua Cipriano Barata, 1645 Ipiranga

042505-001-São Paulo-SP

Telefone 272-5355

Jornalista responsável

Maria Cecília Garcia

MTb 12.471

Editor

João Ricardo Soares

Capa

Nazareno Godeiro

Diagramação

Mercedes Potyguar

Tradutores

Alejandro Iturbe, Cristina Portela, Francisco

Castro Legazpi, Helena Alegre, Isabel Teresa

Jezierski, Kênia Rosa Cardoso, Maria Cecília

Garcia, Maria Rita Goldim, Miriam Osuna,

Nazareno Godeiro, Raymundo Alves,

Roberto Laxe, Salvador Díaz

ENTRE EM CONTATO COM

Marxismo Vivo:



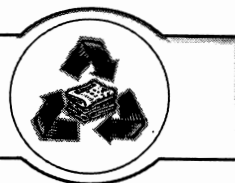
www.marxismalive.org



marxismalive@marxismalive.org





Sumário



APRESENTAÇÃO

ANO 2002

 JOSÉ WELMOWICKI
Situação Mundial: o cabo de guerra se tensiona 7


 ANGEL LUIS PARRAS
Os fundamentos formais da ALCA 16


DOSSIÊ


 ARGENTINA
Debate em Porto Alegre no II Fórum Social Mundial 27

LUTA DE CLASSES

 MARIÚCHA FONTANA
Argentina: uma revolução em marcha 51

 HORÁCIO LAGAR
As exigências e bandeiras democráticas na
"hora do trotsquismo" 63

 VIACHESLAV RODIN
Sobre a Constituinte na Rússia e o debate
entre a esquerda argentina 67

 SCHMIDT VON KÖLN
Alemanha 1918/1919: a Assembléia Nacional
Constituinte sela a derrota da revolução alemã 72



EM TEORIA



NAHUEL MORENO

A relação entre as bandeiras democráticas e as bandeiras de poder **81**



VALÉRIO ARCARY

Polêmica sobre as aptidões revolucionárias do proletariado **91**



VLADISLAV INOZEMTZEV

Revoluções sociais e revoluções políticas **100**



PONTOS DE VISTA



IVO TONET

Qual marxismo? **109**



CULTURA

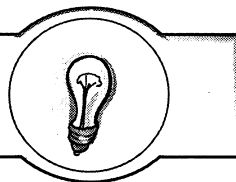


JOÃO LOPES

André Breton e o movimento comunista internacional **118**



Apresentação



Milhares de pessoas foram às ruas na Argentina para enfrentar o governo. Outros tantos fizeram o mesmo em Caracas contra o golpe de estado preparado nos EUA. Mais de 300 mil pessoas ocuparam as ruas de Barcelona. Dois milhões se manifestaram na Itália contra as reformas trabalhistas do governo Berlusconi, e depois fizeram uma greve geral. O poderoso exército de Israel não consegue acabar com a Intifada palestina. A juventude francesa ocupa as ruas de Paris contra o ultradireitista Le Pen. Mais de um milhão de pessoas no Marrocos e na Síria se solidarizaram com o povo palestino.

Tudo isto ocorreu nos últimos quatro meses.

Há vários anos não ocorria, em tão curto espaço de tempo, ações tão massivas. Depois da ofensiva contra-revolucionária do imperialismo a partir dos atentados de 11 de setembro, as massas, com suas ações, voltam a ser as grandes protagonistas dos principais acontecimentos políticos e, com isso, conseguiram importantes vitórias.

Os argentinos derrubaram, de forma direta, seu governo. Os venezuelanos conseguiram algo que poucas vezes as massas conseguiram na história: abortar um golpe depois que ele havia triunfado. Os italianos fizeram uma greve geral depois de vinte anos. A juventude francesa, aprendendo com as trágicas experiências do passado, se antecipa ao fascismo e se mobiliza antes que seja tarde.

Este protagonismo das massas atualiza experiências do passado e traz à tona antigos debates estratégicos.

O conceito de revolução socialista, que muitos entenderam como utópico, fez-se tremendamente presente e concreto, frente ao colapso do capitalismo argentino. Um tema abordado em *Marxismo Vivo* n° 3, a destruição do Estado de Israel para dar lugar a uma Palestina laica, democrática e não-racista (uma perspectiva que até pouco tempo também parecia utópica) com a Intifada palestina e com os contínuos massacres sionistas, tornou-se a mais realista das exigências para conseguir a paz no Oriente Médio.


As palavras *soviet*, organismo de poder dual, e *comunista*, se reincorporaram ao vocabulário da vanguarda na Argentina.

Velhas polêmicas sobre o papel da palavra de ordem de Assembléia Constituinte na revolução, que são abordadas neste novo número de *Marxismo Vivo*, saíram dos livros clássicos do marxismo para incorporar-se em cheio ao atual debate sobre os rumos da revolução argentina

É a volta ao passado? Não! É a ação das massas iluminando o futuro. ●

Ano 2002



 JOSÉ WELMOWICKI

Situação Mundial: o cabo de guerra se tensiona 7

 ANGEL LUIS PARRAS

Os fundamentos formais da ALCA 16



SITUAÇÃO MUNDIAL: O CABO DE GUERRA SE TENSIONA

JOSÉ WELMOWICKI

Professor de Ciências Sociais (Brasil)

Nada mais seria como antes. Os atentados às torres de Nova York e ao Pentágono abriram, de fato, um novo panorama mundial. Mas muitas perguntas estão no ar. Com a frente interna unificada em torno ao governo e a política de “guerra contra o terror em todos os lados”, o imperialismo norte-americano detonou uma grande ofensiva contra os povos e a classe trabalhadora em nível mundial. Os países semicoloniais e coloniais seriam massacrados? O movimento de massas nos países imperialistas se deixaria arrastar? O movimento antiglobalização recuaria? Nos países periféricos, as mobilizações seriam esmagadas ou neutralizadas?

Essa primeira vitória do imperialismo fez com que sua contra-ofensiva se mantivesse a todo vapor: o próximo alvo seria o Iraque. Uma expressão desse processo foi a viagem do vice de Bush, Dick Cheney e do general Zinni em busca de apoio da União Européia e dos governos árabes para uma invasão ao Iraque. As revelações sobre os planos de contingência para utilização de armas *nucleares* pelo governo norte-americano mostram que a contra-ofensiva ameaça a humanidade, recolocando a questão candente da luta para derrotar o imperialismo em contraposição à própria sobrevivência do planeta.

A contra-ofensiva se expressou nas incursões assassinas de Israel nos territórios ocupados da Palestina, na aprovação do *fast track* e a tentativa de aceleração da ALCA, com a ofensiva contra as FARC na Colômbia e a atitude do FMI perante a *débaçle* econômica da Argentina, com os EUA exigindo mais e mais entrega e atacando o governo argentino pela ‘falta de controle’ sobre o país.

Porém – e apesar da vitória no Afeganistão – o imperialismo não conseguiu derrotar o conjunto do movimento, e a reação das massas tem se exacerbado em vários pontos do planeta, criando um quadro de polarização crescente da luta de classes. Seja na revolução palestina, nos picos revolucionários da América Latina, nas ruas de Barcelona, ao contrário do que esperavam os defensores do capitalismo, o movimento de massas responde forte.

Nas primeiras semanas após os atentados, e em particular após a vitória no Afeganistão, parecia mais provável um recuo no movimento. Mas, após um curto período de perplexidade e dúvidas, as massas estão travando batalhas impressionantes em todos os cantos do mundo. Assistimos a uma conflagração crescente, que será a causa de inúmeros outros levantes. O cabo de guerra se tensiona.



A recessão da economia mundial

As causas dessa rápida **polarização** estão na raiz da atual situação mundial. A contra-ofensiva foi deflagrada num momento difícil para a economia imperialista: há uma recessão sincronizada das principais economias do planeta, EUA, União Européia e Japão. Nesse contexto, o imperialismo – particularmente o norte-americano – ainda mantém amplo apoio **interno** para atacar as semicolônias e avançar no seu projeto de recolonização imperialista¹. E vai continuar atacando. A contradição é que isso ocorre depois de um processo de enorme desgaste em escala mundial devido aos anos de neoliberalismo, e de ascenso contra o modelo neoliberal em vários países.

A situação da economia norte-americana e mundial após os atentados já era de recessão, não ‘provocada pelos atentados’, como diziam os apologistas do capital, mas pela tendência da queda dos lucros que se vinha manifestando desde pelo menos o ano 2000 na economia norte-americana e a conseqüente crise de superprodução.

Fim da recessão?

Essa crise de superprodução teve na raiz uma combinação de fatores: o esgotamento da expansão baseada na nova tecnologia e a queda nos aumentos de produtividade amparados na exploração dos trabalhadores do centro e da periferia, e nos saques aos países periféricos. A partir do final de 2000, as tendências à paralisação de investimentos e quebras de empresas, assim como problemas no fornecimento de créditos, se haviam instalado na economia norte-americana e levaram à recessão, sendo que pela primeira vez em muitos anos em 2001 as três economias principais passaram por um momento recessivo. O Japão já vinha de um processo de estagnação crônico, que sucessivos planos governamentais não foram capazes de reverter. A Europa e, em particular, sua principal economia, a Alemanha, também passaram a declinar em 2001, com problemas conectados e semelhantes aos da economia norte-americana.

Vem ganhando força uma visão triunfalista entre os propagandistas do capital e dos respon-

sáveis pelo Federal Reserve, como Alan Greenspan. Dizem que a economia dos EUA teria revertido ou mesmo evitado a recessão, e já falam em crescimento sustentado. Usam dados concretos de crescimento do consumo e do PIB dos EUA no último trimestre. No quarto trimestre de 2001, o PIB dos EUA cresceu 1,7%, segundo os últimos dados. O consumo e a expectativa dos consumidores melhoraram nos últimos meses.

No entanto, a garantia de uma possível retomada com algum fôlego seria uma recuperação da taxa de lucro na ponta da produção, o que poderia levar as empresas a reiniciar um ciclo de investimentos que permitisse um período de crescimento mais longo. E isso ainda está por se dar, já que uma boa parte das vendas do último período ocorreu devido a descontos e redução nas margens de lucros, bem como na redução dos juros a quase zero pela política do Federal Reserve. Um aumento desse tipo não dá solidez. As empresas ainda estão demitindo mais do que contratando. Com isso, não queremos dizer que não pode haver um período de crescimento temporário nos EUA; dependerá dos ritmos da luta de classes e de várias combinações, mas dificilmente sairá definitivamente da recessão e gerará um crescimento ‘sustentado’ a curto prazo.

O fim da bolha da ‘nova economia’, sinal do começo da recessão em 2001, ainda tem conseqüências. Na indústria de telecomunicações já se perderam 400 mil postos de trabalho nos EUA desde fins de 2000. Segundo o *New York Times*, 61 mil postos de trabalho foram perdidos somente nos primeiros dois meses de 2002 (42% a mais que no mesmo período de 2001). Os efeitos ‘colaterais’ do estouro da ‘bolha da tecnologia’ *ainda não se completaram*, como demonstram duas questões chaves para a economia dos EUA e para a economia mundial nesse momento.

O caso Enron e as dívidas impagáveis

A Enron, 7ª empresa do mundo, expressa a tendência mais profunda de uma grave crise em muitas empresas. Por meio de manipulação

contábil, escondeu-se a queda violenta dos lucros, as montanhas de dívidas. Comprometeu-se a credibilidade das empresas de auditoria, como a Arthur Andersen, que participou da fraude, escondendo a situação falimentar da Enron. Mas não só a Enron sofre desse mal. A Global Crossing, importante empresa do setor de telecomunicações, e a K-Mart, segunda do setor de comércio popular, tiveram a mesma 'síndrome' e declararam concordata. A suspeitas sobre a verdadeira situação contábil chegam a atingir a GE, a maior empresa dos EUA, a WorldCom e a IBM!

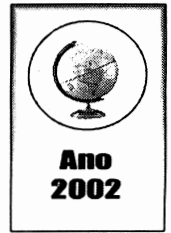
O problema atinge todo setor financeiro e os governos. Robert Rubin, que foi secretário do Tesouro de Clinton, e se tornou em seguida máximo executivo do Citigroup, a holding do Citybank, pediu, antes da crise total da Enron, que o governo a ajudasse, pois tinha interesses em que seu banco recuperasse as enormes somas emprestadas à empresa. E o Citybank não é o único grande banco envolvido em aplicações de empresas que estão tendo perdas ou queda nos lucros. A Goldman Sachs vai enfrentar um processo do governo por fraudes. As vinculações de Bush e sua equipe com a Enron são bastante profundas e se forem efetivamente investigadas podem trazer um grave escândalo para a cena política.

O perigo para a economia dos países imperialistas é a relação estreita entre a existência dos 'créditos podres' e as quebras no setor financeiro, como no caso japonês. Na Alemanha, o Deutsche Bank tentou salvar uma das maiores construtoras do país, a Holzmann, cujas dívidas comprometem o resultado do maior banco alemão, detentor de 20% do seu capital. Fracassou. A empresa, que antes havia sido salva pela intervenção do governo Schroeder, agora foi à bancarrota. Um momento de queda da taxa de lucros, combinado com dívidas acumuladas no sistema financeiro, pode gerar uma crise ainda pior.

Aço: protecionismo pode acirrar a crise

A recente medida dos EUA aumentando as tarifas que protegem o mercado do setor para sua indústria tem a ver com as tendências mais amplas da economia americana. Antes de aumentar as tarifas, propôs um sistema de cotas, rechaçado pelos países produtores. Recusando-se a aceitar uma nova perda de produção local numa conjuntura já recessiva, o governo norte-americano deu uma cacetada em todos os concorrentes. A situação da indústria siderúrgica faz parte da crise mais geral de superprodução, agravada com a queda na produção automobilística. A queda na produção mundial de aço foi de 840 milhões de toneladas em 2001 para uma produção prevista em 2002 em torno a 828 milhões.

Mas o problema não se limita ao aço. Tem a ver com uma situação mais geral de superprodução e de competitividade entre os imperialismos. Como expressou Robert Samuelson, analista do *The Washington Post*: "Desde sua introdução, em 1999, o euro se depreciou em 25 %, fazendo com que as exportações da Europa fiquem mais baratas. Os fabricantes e agricultores norte-americanos sofreram um enorme golpe competitivo (...) Eis aqui o problema maior: um mundo demasiado dependente dos Estados Unidos. Depende muito de que Estados Unidos comprem as importações de todos os outros países, com um crescimento veloz e um dólar forte. Depende muito da economia norte-americana para absorver as poupanças de outros países. A menos que o crescimento



econômico dos Estados Unidos exploda, haverá decepção. **Existem instabilidades potenciais massivas. O protecionismo do aço é só um dos sintomas. É preciso que as economias e as moedas européia e japonesa sejam mais fortes para ajudar a levar a carga. Até agora, não há sinal disso**". (negritos nossos).

A UE está preocupada que a Rússia, Coréia e Japão inundem a Europa com aço barato. O problema é que para a UE fica difícil reduzir ainda mais a produção devido à resistência encarniçada dos trabalhadores europeus. Os países periféricos, por seu lado, têm aí um dos poucos setores onde a 'livre concorrência' lhes favoreceria, seja por razões de competitividade nos custos (leia-se baixos salários, desregulação etc) ou pela localização das jazidas de ferro.

Como não houve acordo entre EUA e União Européia, o xerife Bush tomou a decisão. "Se não querem uma negociação para baixar a capacidade mundial, controlamos via nosso mercado e que se arreentem". Mas uma medida dessas acirra as tendências ao protecionismo e agrava a crise econômica mundial. As medidas anunciadas pela União Européia para retaliar o protecionismo norte-americano são um primeiro sinal de alerta sobre os problemas que pode gerar uma guerra comercial num momento de recessão nos principais países imperialistas.

"A União Européia não está buscando confrontação (...) se trata de que a Europa caminhe com seus próprios pés, sem permitir que ninguém mais determine nossa agenda" (*El Mundo*, 31/2/02). Com estas palavras, o presidente da Comissão Européia, Romano Prodi, anunciava as medidas de salvaguarda da UE em resposta à decisão estadunidense de fechar seu mercado de aço. Prodi pediu uma vez mais à Administração Bush "que não avance por este caminho", porque "cada um tem seus legítimos interesses, mas não podemos permitir que interesses internos de curto prazo ditem a política internacional".

"Eixo do mal"

A estratégia do imperialismo é passar a controlar as fontes de riqueza e as regiões estratégi-

cas, destruindo qualquer tentativa de oposição a seus desígnios. Daí o famoso 'eixo do mal', que seria composto por Iraque, Irã e Coréia do Norte. É evidente que com essa tática, Bush tenta estender a vários lugares estratégicos da luta de classes a linha da "guerra contra o terror".

Amparado em um primeiro triunfo, busca passar a uma guerra de conquista em outros países ainda resistentes a incorporar-se a seu domínio direto: essa é a raiz da escolha de sua nova meta de conquista, o Iraque. Aí se combinam os interesses em submeter de vez um país chave para controlar a região estratégica do Oriente Médio e a disputa por suas riquezas petrolíferas.

Um do gurus da direita americana, o editor da revista *National Review*, Richard Lowry, disse com todas as letras: "Uma ocupação norte-americana não deveria durar anos, como o modelo da regência de Mac Arthur no Japão. Os EUA atuariam rapidamente e, digamos, em um ano, teriam de entregar o controle a um protetorado das Nações Unidas, com alguma colaboração árabe, para aparar as arestas, e com algum não norte-americano, por exemplo, um europeu desconhecido, talvez um sueco, para que dirija o espetáculo... Isso garantiria o acesso do Ocidente ao petróleo e talvez conseguisse quebrar a OPEP (cujos fundos servem para financiar ditaduras repressivas e indiretamente os terroristas)".²

"Guerra contra o terror"

Desde os atentados de 11 de setembro, o espectro de uma terceira guerra é uma preocupação das populações e tem ocupado a mídia. É comum que quando se fale nisso se pense em um conflito interimperialista, como foram as duas primeiras guerras mundiais.

Não existe, no horizonte próximo, essa possibilidade. A explicação é o grau de hegemonia econômica e militar dos EUA neste começo de século e pelo papel de sócios menores ou serviços que cumprem os países que poderiam desafiar o armamento dos EUA.

Mas não está descartado um outro tipo de guerra de caráter mundial: a ofensiva militar



contra-revolucionária em curso, sob o codinome de ‘guerra contra o terror’. A vitória no Afeganistão estimulou essa tendência no governo dos EUA. Os enormes investimentos nas Forças Armadas são parte dessa política. Trata-se de colocar sob a forma diretamente militar a ofensiva para controlar os recursos econômicos da periferia e esmagar qualquer resistência. Claro que sempre em nome da paz.

A presença militar dos EUA hoje já se estende, além do Afeganistão, às Filipinas, onde assiste diretamente as tropas do governo para combater a guerrilha muçulmana. Na Geórgia, região também estratégica para o fluxo de petróleo; no Iêmen, onde existe uma guerrilha fora do controle do governo local e na Espanha, via acordos entre a CIA e a polícia secreta para enfrentar os grupos separatistas, em particular a ETA. Na América Latina, a máxima expressão é a Colômbia, para quem fornece equipamentos, orienta e mantém oficiais que dirigem as operações contra a guerrilha.

Os EUA se aproveitam do medo à guerra nuclear ou à utilização de armas nucleares em atentados. Dick Cheney acaba de fazer uma viagem ao Oriente Médio onde, segundo o jornalista Robert Fisk, do *The Independent*, pôs ênfase em que “não se pode permitir que a Al Qaeda se reorganize”. Para evitar isso, deveria se intervir preventivamente nos locais potenciais de ‘apoio ao terror’, como o Iraque. Dirigindo-se aos soldados a bordo do porta-aviões *John C. Stennis*, no Golfo, Cheney disse que “Os Estados Unidos não permitirão que as forças do terror se dotem de armas de genocídio”; Saddam tem ‘armas de destruição massiva’ e estas poderiam ‘cair em mãos de Osama Bin Laden’.

Independente de que nem mesmo essa afirmação seja confirmada por alguns membros da antiga missão de inspetores das Nações Unidas para o desarmamento em Bagdá (Unscop), os EUA usam como pretexto essa ‘possibilidade de o terror vir a se armar de artefatos nucleares e químicos’ para atacar e dominar uma região estratégica e rica em petróleo, e tirar do caminho os obstáculos à sua dominação total.

Mas só um país **já tem** armas de destruição massiva, em condições de acabar com toda a humanidade, e que já as utilizou, sem que houvesse necessidade militar para isso: **os próprios EUA**. Ao final da Segunda Guerra Mundial, com o Japão praticamente derrotado, Truman ordenou que sua aviação bombardeasse alvos importantes com densidade populacional, contra a vontade dos físicos que haviam construído a bomba. Essa decisão resultou na primeira utilização de armamento nuclear contra seres humanos, os bombardeios de Hiroshima e Nagasaki. Resultado da “experiência”: 300 mil mortos.

Por isso, o discurso pacifista de alguns setores de esquerda contra o armamento nuclear é cínico. Aceitam a invasão ao Iraque para desarmar a ‘ameaça’, porque só se preocupam com as ameaças nucleares por parte dos países ‘não-civilizados’. Esse cinismo fica ainda maior quando aparecem documentos provando que os EUA planejam ampliar e utilizar a sua superioridade nuclear como a outra cara dessa ofensiva ‘antiterror’. Jornais como *Los Angeles Times* revelaram documentos, não desmentidos, em que o Pentágono discute como utilizar armas nucleares para derrotar inimigos que ‘possam ter armas de destruição em massa’; além disso, propõe construir armas atômicas de destruição ‘localizada’, demonstrando que a guerra declarada pelo imperialismo é pra valer.

Todo o alarido em torno ao possível armamento do Iraque ou da Coreia do Norte é apenas para justificar uma política que rompe os acordos anteriores de controle armamentista entre a ex-URSS e os EUA. Uma política de preparação de um dispositivo que garanta uma tal supremacia bélica que obrigue todos os países que interponham obstáculos à ofensiva recolonizadora imperialista a capitular sem resistência.

Os “guerreiros” de Bush em situação complicada

Mas Bush e sua turma de ‘guerreiros’, estilo Rumsfeld e Condolezza Rice, enfrentam uma reação dos povos. A polarização mundial cresce a cada dia. Ao invés de apontar para uma estabilização e a sonhada *pax americana*, tal ofensiva gera uma grande instabilidade em vários cantos do globo.

Ao direcionar suas garras e tropas para o Iraque, assim como a intervenção na Colômbia, nas Filipinas, no Iêmen, os “guerreiros” de Bush estão comprando várias batalhas simultâneas que podem colocar a “guerra contra o terror” em uma situação delicada. Elas fazem dos EUA os inimigos, não mais somente indiretos, aqueles que sustentam governos títeres, mas os oponentes explícitos dos povos e das massas em luta. O mundo árabe e muçulmano é apenas um exemplo desse processo. O aumento do ódio e da mobilização direta contra a política dos EUA já começa a se traduzir em manifestações de massa contra Bush, apesar do servilismo e dos esforços apaziguadores dos governos títeres locais.

Essa tremenda ofensiva vai criando seus gargalos e gerando crises próprias, ao mesmo tempo e à medida que se desenvolve. O Oriente Médio está numa situação mais polarizada após a guerra do Afeganistão, devido aos preparativos para a ofensiva militar dos EUA contra o Iraque, ao mesmo tempo em que sustenta Sharon e a Intifada não cessa. Em particular, a partir da ofensiva assassina de Sharon contra os palestinos, que se colocou como parte ativa da ‘guerra contra o terror’, uma incursão guerreira simultânea contra o Iraque pode acender o pa-

vio de uma reação mais ampla das massas, cada vez mais enfurecidas em toda a região.

A missão de Anthony Zinni e Dick Cheney no Oriente Médio talvez seja a expressão mais aguda dessa contradição. Ao se defrontar com uma oposição crescente entre as massas árabes a qualquer ataque ao Iraque, até os governos colaboracionistas da Arábia Saudita, Jordânia e Kuwait (onde 40% dos habitantes desse protetorado são contra a política norte-americana para a região) têm tentado alertar Cheney de que atacar o Iraque sem resolver a questão palestina é jogar mais lenha na fogueira.

Os comentários de Cheney no Oriente Médio foram seguidos por várias declarações de ‘líderes aliados’, como a do presidente dos Emirados Árabes Unidos, o xeque Zayed Bin Sultan al Nahayan. Ele disse que se opõe energeticamente a uma ação militar contra o Iraque. E os governos árabes, pressionados por populações enfurecidas perguntam: o que se supõe que seja este “genocídio” contra o qual adverte Cheney? Quem ameaça com um genocídio no Oriente Médio? Não é isso que está ocorrendo hoje na Palestina?

A visita de Zinni e Cheney não mudou uma realidade complicada para a ofensiva de Bush: a única nação do Oriente Médio que apóia um ataque ao Iraque é Israel. Isso significa mais isolamento para a política norte-americana, já que a própria guerra de Israel contra os palestinos provoca tanta indignação popular, que leva os próprios governos clientes ou aliados árabes dos Estados Unidos a se pronunciarem contra essa política.

O que pode acontecer no interior dos EUA?

Os atentados de 11 de setembro uniram a população norte-americana sob a bandeira da ‘luta contra o terror’ e sob seu presidente, antes bastante questionado. Essa ainda é a maior fortaleza para sustentar a política de Bush. Por isso é tão criminoso a política do terror individual, que permitiu a rearticulação de Bush e jogou para a defensiva os movimentos de contestação

ao sistema e à política governamental.

Passados alguns meses, e apesar do grande apoio político a Bush, ao redor de 90%, alguns fatores conspiram para minar essa virtual unanimidade. As conseqüências da crise econômica não são iguais para o capital e para os trabalhadores. Os cortes nos impostos beneficiaram os monopólios e os trabalhadores ficaram a ver navios. Perderam empregos, a saúde, a previdência deve piorar, enquanto os milionários agradecem os descontos e subsídios que receberam.

Já começou a haver diferenças, ainda que por enquanto táticas, entre Bush e os democratas no Congresso sobre o destino dos pacotes econômicos e a própria ampliação da ofensiva contra vários países. Mesmo em relação à 'eficácia' da política no Afeganistão, surgiram alguns atritos entre os dois partidos.

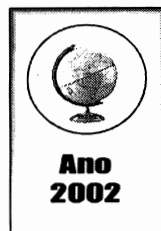
E não é demais lembrar que mesmo no terreno afegão a situação está longe de se tranqüilizar. A primeira vitória imperialista foi clara, mas o conflito do Afeganistão ainda não acabou. Uma coisa é uma operação que massacra a população afegã, mas que é triunfante aparentemente sem perdas para as forças armadas dos EUA. Outra coisa é uma longa permanência que signifique perdas de soldados, como os oito da batalha de Gardez ou *Operação Anaconda*.³

A revolução palestina

A Intifada ampliou-se nos últimos meses. A ofensiva de Sharon só fez recrudescer a resistência e, como bem definiu um jornalista ocidental, 'os palestinos perderam o medo'. Sua força é tão grande que começou a haver divisões no antes invencível exército israelense. Não apenas oficiais da reserva e soldados se recusam a servir nos territórios ocupados e publicam essa decisão nos jornais, mantendo um apoio de 26% da população israelense; agora até ex-generais do serviço secreto, como Ami Ayalon⁴, falam abertamente em abandonar os territórios e as colônias lá existentes e fazem seminários com representantes da ANP em Jerusalém.

Sharon declarou Arafat 'inimigo' e ordenou a destruição do quartel-general da ANP em Ramallah para humilhar e assustar os palestinos. O que está longe de conseguir e cada vez se fala mais dentro de Israel em fracasso de sua política. Durante a visita de Cheney, um jornalista da rádio do próprio Exército interpelou Sharon em uma coletiva: "Você nos diz que controla a situação, porém propôs um cessar fogo aos palestinos. Não significa isso que sua política e sua última ofensiva contra os territórios é um rotundo fracasso?"⁵

O Oriente Médio está sendo a primeira prova de fogo para a ofensiva de Bush. Sharon assumiu o papel de instrumentador da 'guerra contra o terror' na Palestina com o beneplácito dos EUA. O crescimento da Intifada foi o fator principal para o atual fracasso de Sharon, e coloca pela primeira vez na



ordem do dia uma possível derrota de Israel, que já havia sofrido seu primeiro revés político e militar no Líbano, mas que agora corre esse risco no próprio território palestino. Um recuo de Israel, ainda que parcial, será também uma derrota da ofensiva de Bush e um tremendo estímulo às mobilizações no mundo árabe e muçulmano.

As conseqüências no mundo árabe já estão se ampliando. Depois dos ataques à ANP e os assassinatos de civis, inclusive médicos e motoristas de ambulância durante a 'ofensiva contra o terror' de Sharon, ocorreram fortes mobilizações na Jordânia, Egito, Síria e Líbano. Com a ocupação do escritório da ANP em Ramallah, palestinos dos campos de refugiados de Chatila e seus apoiadores em todo Líbano marcharam contra Israel, inclusive em Beirute. Em uma delas chegaram a participar 50 mil pessoas.

Apesar das tentativas sistemáticas por parte de Arafat de conseguir uma negociação dirigida por Washington, estas se frustraram após os atentados. Bush passou a apoiar totalmente a linha de Sharon. Sem margem para negociação até o momento, e sendo atacado em seu próprio escritório central, Arafat foi obrigado a denunciar e resistir à sua própria liquidação. Depois de ter cedido várias vezes às pressões dos EUA e da União Européia, e chegando a prender dirigentes das organizações da resistência como a FPLP e Hamas, agora aparece como símbolo de uma mínima independência que Israel quer esmagar fisicamente, e com isso recuperou prestígio.

O resultado é que as organizações populares vêm lutando unidas contra o invasor, o que fortalece a resistência contra a repressão sionista. A resposta dessas organizações à nova invasão de Ramallah por Sharon foi a ampliação da frente única entre todas as forças nacionalistas, islâmicas, marxistas, reunidas nas *Forças Nacionais e Islâmicas Palestinas*, coalizão de 13 organizações que coordena as ações da Intifada.

América Latina em ebulição

O aumento da miséria e a polarização social e política tendem a se estender, ainda que com desigualdades, por todo o continente latino-ame-

ricano. Já estamos frente a duas **revoluções contra regimes democrático-burgueses coloniais: a Argentina e o Equador.**

A preparação da ALCA e a política do FMI agravam esse panorama. Existe uma relação entre a ALCA e os planos tipo Colômbia, assim como a articulação contra Chavez na Venezuela. Estes são o dispositivo militar que intimida, ou diretamente agride, em caso de necessidade, os países que ameaçam sair fora do controle, tanto por alguma atitude de seus governos como pelo descontrole em função da crise.

Os EUA estão fazendo um movimento em forma de pinça para acelerar a ALCA. A reunião de ministros em Buenos Aires em 2003 já deverá dar passos sérios para o funcionamento da futura área de livre comércio.

A linha para a Argentina é sufocar para colonizar mais rápido. O FMI e governo Bush não garantem auxílio, pois não confiam em Duhalde. Querem obrigar o governo a fazer as "reformas". Rudiger Dornbusch fala abertamente em colocar uma *comissão interventora* para gerir a economia e o Estado argentino por um tempo. Mas isso só acirra a crise, reduzindo a margem de manobra de Duhalde para tentar controlar a revolução em curso. Essa postura empurra as massas ao enfrentamento com o governo e o regime, realimentando a fogueira revolucionária.

Na Colômbia, a partir da ofensiva 'contra o terror', acirrou-se o enfrentamento militar. O governo Pastrana, em sintonia com Washington, rompeu os acordos e invadiu a zona desmilitarizada de San Vicente del Caguán. A situação colombiana pode precipitar um giro na situação, porque o exército colombiano, mesmo mais armado que antes e assessorado diretamente pelo Pentágono, não parece ter condições de derrotar rapidamente as FARC, a guerrilha mais antiga do continente. Mesmo com o auxílio de paramilitares. Isso exigiria uma presença cada vez maior de americanos no país e um enfrentamento armado terá fortes reflexos tanto em países limítrofes, Equador ou o Brasil, como nos EUA. O pedido de extradição de três comandantes da guerrilha pelo crime de narcotráfico é uma sinalização da disposição dos

EUA de ir até o fim para derrotar e condenar a guerrilha. É também uma forma de sinalizar ao público que aquilo é “combate às drogas”.

A crise na Venezuela

A recente tentativa de golpe contra Chávez e seu fracasso demonstraram a *articulação* entre o imperialismo e os chefes do golpe. Por outro lado, mostraram a força das massas populares, que reagiram e forçaram os militares a dar marcha atrás. A ofensiva da burguesia, aliada com a Igreja e a burocracia sindical corrupta contra Chávez, se enquadra na política mais global dos EUA, de terminar com qualquer resistência, ainda que bem parcial, no continente, e voltar a colocar o petróleo da Venezuela, o terceiro fornecedor dos EUA, sob controle de um governo submisso. Objetivos: fazer cair o preço do barril e desfechar um golpe na OPEP.

A participação direta dos EUA na conspiração ficou tão evidente que o FMI, de maneira insólita, reconheceu em 24 horas o governo de Carmona. Ele foi chamado pelo Departamento de Estado e por seu acólito na OEA, o colombiano Cesar Gaviria, de ‘presidente Carmona’. Embora houvesse contatos com os grupos anti-Chávez há muitos meses, todas as informações sobre a articulação dos setores golpistas para ações mais ousadas apontam para um momento, logo após os atentados de 11 de setembro. Em entrevista com Chávez após sua recusa em apoiar incondicionalmente a guerra no Afeganistão, emissários de Bush disseram ao presidente venezuelano que ele ‘pagaria caro’ por isso. Com sua política de resistência tímida, mais retórica que efetivamente de medidas contra o imperialismo, Chávez foi se desgastando e abrindo o terreno para que fosse colocado contra a parede. Sem deixar de aplicar o neoliberalismo no país e, por isso, sem poder apelar à mobilização popular, perdeu base de apoio e teve de enfrentar manifestações reacionárias de peso.

Apesar da enorme vitória que foi a insurreição popular que derrotou, de forma espetacular, o golpe, o processo de crise não se resolveu e tende a se acirrar nos próximos meses. O motivo é a exigência cada vez mais forte de Washington e seus asseclas internos para que Chávez renuncie.

Cresce o movimento antiglobalização

Os movimentos antiglobalização, que começaram a ocorrer no final do século XX e cuja expressão mais espetacular fora a grande marcha de Seattle, não resolvem por si só o problema da direção revolucionária, mas é nesse processo que pode ir se gestando uma alternativa. Depois dos atentados de 11 de setembro, os defensores da ordem imperialista trataram de condenar essas mobilizações, acusando o movimento de alimentar o terrorismo. Num primeiro momento, isso surtiu efeito.

No entanto, meses depois, não só voltaram a crescer, como as maiores mobilizações na Europa dos últimos tempos se deram agora: a grande marcha de Barcelona, quando 300 mil a 500 mil manifestantes tomaram a cidade contra os planos da União Européia, foi superior inclusive às mobilizações de Gênova de 2001. Logo depois, houve o **multitudinário** ato contra a flexibilização das leis trabalhistas na Itália orquestrada por Berlusconi, apesar de uma ação



terrorista contra um auxiliar do ministério ter sido utilizada pelo governo para atacar os manifestantes e chantagear as centrais sindicais com a exigência de que desmarcassem o ato. A resposta foi uma marcha de **dois milhões** de pessoas. Esses movimentos questionam o imperialismo e, apesar de a grande maioria das direções desses processos não ter uma política de enfrentamento, eles vão contra a cruzada antiterror de Bush.

O próprio Fórum Social Mundial 2002 em Porto Alegre, que superou os 50 mil participantes, foi uma expressão dessa retomada. Uma ampla vanguarda internacional procura uma alternativa contra o atual estado de coisas do capitalismo globalizado.

Os atentados de Nova York fizeram inclusive reaparecer opções baseadas no terror individual, com a falsa idéia de que se pode golpear o imperialismo com apenas um punhado de homens bem treinados e armados. Chama a atenção o ressurgimento, depois de anos, de ações espetaculares, como o citado assassinato de um assessor do governo na Itália, à bomba, em frente à embaixada em Lima.

No entanto, o caminho mais efetivo para enfrentar a ofensiva imperial, onde o imperialismo sofre suas maiores derrotas, tem sido o terreno da luta das massas. É o que vêm demonstrando, de maneira cabal, as mobilizações de Roma e Barcelona, convocadas pelos grandes sindicatos, a Intifada e a luta dos palestinos, e a revolução argentina.

Esses grandes movimentos não resolvem, por si só, o problema da direção revolucionária; nem o reformismo, nem o terror individual, nem o espontaneísmo podem dar a solução, mas serão nesses confrontos contra o imperialismo que ela irá se forjando. 🌐

NOTAS

¹ Recente pesquisa dava mais de 75% da população a favor de atacar o Iraque

² Citado no artigo de Lance Selfa, “Por trás da cortina de fumaça”, publicado em *Marxismo Vivo* n.º 4, p.63.

³ Uma nota do jornal argentino Clarín de 16/3/02 dizia: **Sem resultados, EEUU deram fim à Operação Anaconda.** “Enquanto seguem os combates em pequena escala em vários pontos do Afeganistão, o Pentágono declarou ontem finalizada com êxito sua ‘Operação Anaconda’, ainda que não saiba o número de inimigos que enfrentou, nem quantos morreram, nem onde estão ou se escaparam. (...) Os combates custaram oito baixas às tropas estadunidenses —o incidente que custou mais vidas para EUA desde que começou sua intervenção no Afeganistão em 7 de outubro — e o Pentágono afirmou que os bombardeios haviam matado a ‘centenas de inimigos’. Apesar de chegar a declarar que eram mais de 600 as baixas do Taliban/Al Qaeda, no entanto, até agora e de acordo à contagem oficial, só se recuperaram algumas dezenas de cadáveres, e capturaram uns poucos inimigos. A porta-voz agregou que o Pentágono espera que apareçam ‘focos’ em uma ou outra parte do Afeganistão ‘onde restam alguns elementos talibans e de Al-Qaeda’”.

⁴ Vide a reportagem de Alexandra Schwartzbord para Liberation, publicada em El Mundo, 31/3/02.

⁵ Inclusive do ponto de vista militar, Israel vem sofrendo reveses: Apesar dos tremendos ataques sionistas, da execução a sangue frio dos militantes palestinos, a resistência tem conseguido infligir golpes ao próprio exército de Israel. No dia 14/3/02, dia da anterior ofensiva israelense, 3 *Merkaaz*, os blindados antes considerados invencíveis, foram detonados. E um outro pesadelo ameaça o sono dos generais de Israel: a entrada em cena de outros povos árabes e dos palestinos que vivem nos países vizinhos. O Hizbollah promoveu uma ação militar na fronteira com o Líbano, após a invasão da sede da ANP, em claro apoio à Intifada.

OS FUNDAMENTOS FORMAIS DA ALCA

ANGEL LUIS PARRAS

Membro da direção nacional do PRT (Espanha) e do Comitê Executivo da LIT

O artigo que o leitor tem em mãos é, em essência, o extrato de um extenso trabalho que realizamos há um ano, com o intuito de difundir o que era a ALCA e denunciar suas pretensões anexionistas.

Desde então, não foram poucas as mudanças que aconteceram no mundo. Abordar uma compreensão cabal dos acontecimentos mundiais excede em muito a pretensão deste artigo. Entretanto, tais acontecimentos corroboraram a essência das duas teses centrais daquele trabalho: 1) a ALCA é o instrumento jurídico-político da recolonização da América Latina e faz parte do processo mundial de recolonização econômica, política e militar, implementado pelo imperialismo; 2) o ascenso do movimento de massas adquire, de forma cada vez mais notável, um caráter decididamente ant imperialista. Daí que afirmamos, contra toda opinião fatalista, que a ALCA pode ser derrotada.

De qualquer modo, dentre os acontecimentos que mais diretamente afetam o projeto da ALCA, há que se ressaltar pelo menos três. O primeiro é a aprovação, por parte do Congresso norte-americano, do chamado *fast-track*, ou via rápida de negociação comercial, requisito constitucional para autorizar o presidente desse país a fechar acordos comerciais multilaterais. Bush conseguiu, ao calor do 11 de Setembro, o que durante anos foi negado a Clinton. Um fato nada desprezível, se se tem em conta que tal aprovação sela a unidade nacional burguesa em torno ao projeto da ALCA.

O segundo fato é o processo revolucionário aberto na Argentina, depois dos acontecimentos do final de dezembro, que levam uma profunda crise de poder à burguesia argentina e cuja repercussão continental e mundial é mais que notável. E o terceiro elemento a se destacar é que aquilo que há um ano não passava de um louvável propósito e uma aposta política, – construir um poderoso movimento contra a ALCA, – hoje é uma realidade palpável e pujante, depois da manifestação de Porto Alegre e do acordo selado entre boa parte das organizações operárias e populares brasileiras para impulsionar uma campanha contra a ALCA e um Plebiscito Nacional. Não se deve esquecer que, se a pretensão norte-americana é devorar a América Latina, o Brasil é, sem dúvida, o prato principal de tão sinistro menu.

Os fundamentos formais da ALCA

A ALCA é uma iniciativa dos Estados Unidos, tomada em 1991, sob a presidência de Bush pai, cujo objetivo declarado é constituir o **maior bloco**

comercial do mundo, em que ficariam incluídos 34 países do continente americano, com exceção de Cuba. Um “bloco” que abarca desde o Alasca até a Terra do Fogo, território onde vivem mais de 800 milhões de pessoas e que gera um Produto Interno Bruto (PIB) de 11,4 trilhões de dólares, aproximadamente, 40% do PIB mundial.

A ALCA realizou sua primeira reunião em dezembro de 1994, em Miami (EUA), que ficou conhecida como a *Cúpula das Américas*. Nessa reunião, os presidentes dos 34 países selaram um acordo para começar um processo de negociações que seria concluído no ano de 2005.

A ALCA tem uma estrutura em cujo comando estão a *Presidência*, que é rotativa, e o *Comitê de Negociações Comerciais*, composto pelos vice-ministros de comércio. A partir daí, há toda uma subdivisão de *Grupos de trabalho*, *Grupos de negociação* e *Comitês especiais*. Estima-se que toda esta estrutura conte com mais de 900 negociadores.

A ALCA tem um calendário, ratificado na Reunião de Quebec. Entre suas datas-chaves, a próxima reunião ministerial no Equador, em outubro, e o início do período da Presidência conjunta entre Brasil e Estados Unidos, em 1º de novembro. Além disso, janeiro-dezembro de 2005 é o prazo para a ratificação do Acordo pelos poderes legislativos dos 34 países e, em 1º de janeiro de 2006 entraria em vigor.

A experiência após oito anos de Nafta

Em que pese a declaração “reafirmando” seu “compromisso com o princípio de transparência no processo”, **as negociações da ALCA são secretas**. Somente em julho do ano passado e em meio a um clamor de denúncias deu-se a conhecer pela primeira vez uma minuta sobre o Acordo.

Os defensores da ALCA não poupam esses argumentos tão queridos dos apologistas do neoliberalismo. Eles se empenham, por exemplo, em reiterar que os países não podem viver sem estreitar cada vez mais as relações, que o isolamento e a política autárquica levam ao subdesen-

volvimento. Mas, quando foi que os países latino-americanos deixaram de se relacionar com os Estados Unidos, de “estretar” suas relações? Desde quando são autárquicas ou vivem isoladas as economias argentina, mexicana ou brasileira?

É precisamente o “estretamento” dessas relações de domínio e exploração a que são submetidos os países latino-americanos que explica seu atraso e miséria.

Como reconhecem seus mais efusivos defensores, a ALCA tem como base o Tratado de Livre Comércio da América do Norte – TLCAN, acordo firmado entre Canadá, Estados Unidos e México, mais conhecido por suas siglas em inglês, como Nafta, em vigor desde 1º de janeiro de 1994.

Tal como haviam anunciado seus defensores, o Nafta atraiu recordes de investimentos estrangeiros e crescimento do comércio no México. Assim, em apenas cinco anos de aplicação do Nafta, o comércio com a América do Norte havia crescido 118%. O investimento estrangeiro atingiu uma cifra recorde: em 6 anos de Nafta, entraram no México 102,21 bilhões de dólares. Houve um notável crescimento dos setores vinculados à exportação e ao investimento estrangeiro. As exportações manufatureiras passaram de 20,4% do total, em 1981, para 87,05% do total, em 2000.

Entretanto, basta observar onde se concentraram os investimentos e mediante quais mecanismos isso se deu. E analisar o conteúdo “nacional” dos mesmos, para acabar desentranhando a essência do Nafta: o investimento e o crescimento do comércio se concentraram nos **mecanismos-chaves da dependência econômica: o aumento da dívida e a desnacionalização da indústria e do sistema financeiro**.

O investimento estrangeiro concentrou-se, em primeiro lugar, no refinanciamento da dívida externa, com títulos da dívida pública e outros mecanismos. O México pagou nos últimos dez anos, somente como passivos do setor público, mais de 64 bilhões de dólares, o equivalente aos fundos públicos destinados a financiar o gasto federal de Saúde, entre 1996 e 2000, ou os canalizados pelo Estado, entre 1998-2000, para a Educação. Ape-

sar desse saque em juros, a dívida externa praticamente dobrou.

Nesta época de domínio imperialista, a dívida, no México e em toda a América Latina, transforma-se num mecanismo privilegiado de espoliação e saque, mediante a transferência líquida de capital dos países dependentes aos centros imperialistas.

A crise financeira ocorrida em dezembro de 1994, que provocou o chamado “efeito Tequila”, foi “resolvida” com uma generosa “ajuda internacional” por parte dos Estados Unidos no valor de 52 bilhões de dólares. Mas o novo empréstimo acrescentava às já comprometidas receitas do FMI um mecanismo que resultaria qualitativo na dependência em relação ao imperialismo norte-americano. Segundo os acordos, o México se comprometia a garantir o pagamento, oferecendo como aval o monopólio estatal Petróleos Mexicanos (Pemex). A Condição do Crédito foi incluída na carta de intenções firmada com o FMI e o Banco Mundial, e punha o petróleo mexicano sob o controle da Reserva Federal norte-americana. O princípio de direito internacional que estabelece o direito inalienável dos países de “dispor de seus recursos naturais” passava desta para melhor. A dívida externa transformou-se em um instrumento da intervenção contra a soberania nacional, de fato e de direito.

As maquiladoras, indústrias manufatureiras que importam os insumos industriais e exportam o produto final, transformaram-se num sinal distintivo da economia mexicana e concentraram boa parte dos investimentos estrangeiros, a tal ponto que entre 1993 e 1995 instalaram-se no país 1500 maquiladoras.

Entretanto, pelo próprio mecanismo destas indústrias, quanto mais exportam, mais insumos são obrigadas a importar, provocando uma **desnacionalização das indústrias**, isto é, o seu conteúdo nacional fica cada vez menor. Seu desenvolvimento não implica crescimento algum do restante dos setores econômicos e sim, maior dependência da economia dominante.

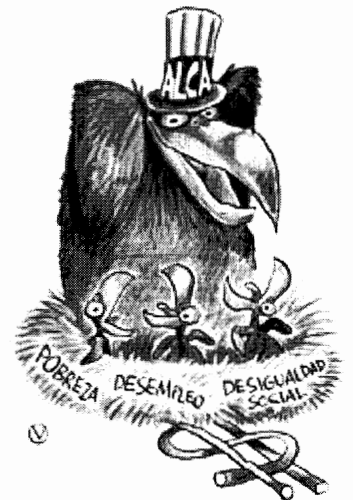
Para citar um exemplo, em 1983, as exportações totais tinham um conteúdo mexicano de 85,9%. Em 1996, esse conteúdo caíra para 41,83%.

O outro mecanismo da desnacionalização das indústrias, o mais “comum”, é a **concentração dos investimentos estrangeiros na compra ou ampliação de capitais das empresas já existentes**, o que não incide no crescimento econômico, mas na troca da propriedade.

Se excluimos a petroleira Pemex, as cinco maiores exportadoras do país são majoritariamente estrangeiras, entre elas as quatro automotoras. Além disso, a maioria das 300 empresas que concentram a maior parte da exportação mexicana são filiais de multinacionais norte-americanas.

Onde, de forma mais eloqüente, se mostra o grau de dependência atingido é o sistema financeiro “mexicano”, com 83% em mãos estrangeiras

A abertura às importações após a entrada em vigor do Nafta acabou afetando a maior parte das atividades agropecuárias. O nível de dependência da economia mexicana em relação à norte-americana se expressa na **dependência alimentar**. As importações agroalimentares passaram de 790 milhões de dólares, em 1982, para 8,2 bilhões de dólares, em 1999, o que equivale a 97%



do valor das exportações de petróleo em 1999. O México é hoje o maior importador de grãos básicos da América Latina.

A dependência alimentar é acompanhada inexoravelmente pelo crescimento da miséria. Em 1984 havia 11 milhões de pobres, 16% da população total, enquanto na atualidade as pessoas nessas condições são 58% da população, aproximadamente, 54 milhões de mexicanos.

A política agrária põe a nu as relações de domínio e exploração do “bloco” que se conforma entre um país imperialista e um país dependente. No México, os subsídios agrários equivalem a 8% do que os Estados Unidos concedem a seus produtores. Acrescente-se a esta diferença entre subsídios as que existem entre as taxas de juros nos créditos. Em tais condições, as desvantagens competitivas devido os custos de produção são inevitáveis.

Este problema dos subsídios e medidas anti-dumping, ou seja, medidas contra a “concorrência desleal”, além das implicações econômicas tem um caráter político central, tanto para os Estados Unidos como boa parte dos governos europeus. No subsídio aos agricultores está a garantia da estabilidade de seu regime político e a preservação de uma parte essencial da base social sobre a qual se apóiam.

Outra das grandes promessas do Nafta foi mais e melhores empregos. Estes oito anos de Nafta foram marcados pela perda de poder aquisitivo dos salários, pelo desemprego ou trabalho sem direitos, o desmantelamento da Saúde e da Educação.

Segundo um estudo econômico da Universidade Operária do México, nos últimos seis anos, 83% do setor manufatureiro aumentou sua produtividade, enquanto o salário caía em 78% nesse mesmo setor. Em termos absolutos, em 1999, os salários eram ainda 20% inferiores aos de antes da crise de 1994.

Em abril de 1991, o então vice-presidente da Câmara de Comércio Norte-americana, J. Van Heuven, afirmava que o Nafta, uma vez assinado, iria “reduzir a migração de trabalhadores mexicanos”. A realidade é que milhares de trabalhadores, fugindo da fome, continuam emi-

grando clandestinamente, arriscando a vida e perdendo-a muitas vezes. Estima-se que, somente no ano passado, seiscentas pessoas morreram na travessia da fronteira.

O Nafta legitima o que é um tema central da luta contra a Organização Mundial do Comércio, as **leis de patentes**. Ainda que o tema que mais escândalo e indignação mundial desencadeou tenham sido os medicamentos, eles não são os únicos afetados. Por exemplo, a multinacional Dupont patenteou na União Européia uma espécie de milho que, segundo os técnicos, é muito similar a pelo menos seis tipos de milho que, há gerações, os agricultores mexicanos vêm produzindo. Mediante as Leis de Patentes, sob o amparo do Nafta, a Dupont se atribui os direitos sobre o grão e pode até processar os agricultores que semeiem um milho “similar”. As multinacionais Dupont, Novartis, Aventis e Monsanto cada vez mais se apoderam de espécies de grãos e hortaliças, as patenteiam e depois cobram royalties.

O Capítulo XI do Nafta acrescenta uma mudança qualitativa na relação entre as multinacionais e os países. Com uma linguagem ambígua, o artigo 1110 introduz o conceito de “expropriações indiretas”, de medidas “equivalentes às expropriações”. As multinacionais passam a ser tratadas como sujeitos de direito internacional, ou seja, os direitos de um Estado nacional. Investidas de tal condição, apóiam-se nesta figura das “expropriações indiretas” ou “equivalentes” para se impor ao país, acioná-lo e obrigá-lo a submeter-se quando surge algum conflito. Este capítulo é especialmente utilizado em temas-chaves para os custos de produção, as medidas de proteção ao meio ambiente, fiscais e impositivas. Entretanto, pode acabar sendo utilizado para qualquer variante, como por exemplo, no caso de que, durante uma greve, o Estado não garanta suficiente presença policial para o normal funcionamento da empresa, que pode alegar ter sofrido “perdas consideráveis”.

Um exemplo muito divulgado é o da norte-americana Metalclad Corporation, que apresentou em 1997 uma demanda contra o Estado

mexicano, que teve de pagar 18,68 bilhões de dólares por “violiar as normas sobre investimento” estabelecidas no capítulo 11 do Nafta.

Em essência, a denominada “cláusula de expropriação”, o artigo 1110, converteu-se num veto, de fato e de direito – por parte da multinacional de turno – às decisões do Governo nacional.

Assim, depois de mais de sete anos de Nafta, o governo mexicano está muito mais perto de um gabinete de administradores coloniais do que do Governo burguês de um país dependente. O Nafta mostrou-se o instrumento jurídico-político de modificação das relações estruturais entre México e Estados Unidos, de recolonização do país e entrega da soberania nacional.



ALCA: instrumento da recolonização da América Latina

Os Estados Unidos açambarcaram aproximadamente 75,7% do PIB; o Brasil ficou com 6,7%; o Canadá, com 5,3%; o México, com 3,9% e a Argentina, com 3%. Sobra, pois, pouco mais de 5% para os 29 países restantes. Estima-se que os intercâmbios comerciais entre os países da ALCA atingirão 11 trilhões de dólares em 2005. Há que se ter fé nos Estados Unidos e convicção de que não são um país, mas uma ONG, para acreditar na “negociação” comercial entre países cujo Produto Interno Bruto por habitante chega a ser setenta vezes menor!

A ALCA é a própria negação de um bloco. Ela não é outra coisa que o **instrumento jurídico-político de recolonização da América Latina**. Como todo o processo de recolonização, não se trata de um golpe repentino, uma ação inesperada, mas uma política e um marco legal e institucional destinados a modificar a relação estrutural entre os países latino-americanos e os Estados Unidos, a aprofundar as relações de dependência, isto é, a recolonizar.

Os blocos comerciais no atual sistema imperialista são a própria negação do princípio de igualdade entre nações. Nós, os marxistas, opinamos que todas as relações internacionais nesta época imperialista são **relações de domínio e exploração, ou seja, relações de classe**. “As relações dos Estados semicoloniais com os Estados imperialistas tendem a retomar, no novo contexto, alguns dos traços fundamentais das relações do século XIX, quando não havia nenhum impedimento para a repatriação dos capitais das colônias. Nesta época, grande

parte da estrutura produtiva pertencia aos estrangeiros e o poder estatal era tutelado de maneira direta pelas potências coloniais”¹.

Assim chamar a ALCA de bloco é uma forma de fazer passar por “união voluntária” o que não é mais que uma **anexação**.

1 Imperialismo globalização: É possível humanizar o capitalismo?, Roberto Ayala y Víctor F. Opción pelo Socialismo (Publicação do PRT, Espanha)



ALCA: pior que o Nafta para a América Latina

A rigor, deve-se dizer que a **ALCA é pior que o Nafta**. As negociações da ALCA se apoiam, além do Nafta, em dois referentes: na Organização Mundial do Comércio, a constituição da economia mundial unificada e no Acordo Multilateral de Investimentos (AMI).

O primeiro, a OMC, é o símbolo da atual “globalização”. É o marco constitucional do atual processo de recolonização mundial. A ALCA sinaliza em suas negociações que pretende superar os “limites” que a OMC impõe, e se aproximar o mais possível do AMI. Este foi impulsionado pelos 29 países mais ricos de mundo sob a direção do G7, e negociado secretamente entre 1995 e 1998. As divergências internas e o temor à resposta social que poderia originar aconselharam a interrupção do projeto, que ainda hoje continua “congelado”.

Trata-se, em essência, dessa tendência permanente à colonização do mundo: “o traço característico do imperialismo é, precisamente, que tende à anexação, não apenas de regiões agrárias, mas inclusive de regiões altamente industrializadas”².

As anexações em forma de bloco e a atuação irrestrita dos investidores estrangeiros são parte substancial de uma ALCA que, apoiando-se no AMI, pretende socavar, ainda mais que o Nafta, se isto é possível, os alicerces da soberania nacional. Cite-se como exemplo o propósito da ALCA de **precisar com mais detalhe o capítulo XI do Nafta**. Diz assim: “Um investidor de uma parte contratante que tivesse prejuízo com o investimento feito no território de outra parte contratante, em razão de uma guerra ou de outro conflito armado, de um estado de emergência, de uma revolução, de uma insurreição, de distúrbios civis ou de outros acontecimentos semelhantes, ocorridos sobre o território dessa parte contratante, tem o benefício de (...) restituição, indenização(..)”

Diferentemente do Nafta, a ALCA contempla o tema energético. Zbigniew Brzezinski, que tinha sido Conselheiro para a Segurança Nacional da Presidência dos Estados Unidos, afirma-

va em 1998: “O consumo mundial de energia está destinado a crescer muito nas próximas duas ou três décadas. As estimativas do Departamento de Energia dos EUA indicam que a demanda mundial crescerá mais de 50% entre 1993-2015”. Daí que, para os Estados Unidos, o tema energético é um problema de segurança nacional. Convém não esquecer os estreitos vínculos do atual governo norte-americano com as companhias petrolíferas e o setor energético. Este governo abriga até 12 ministros vinculados a estas indústrias, a começar pelo presidente Bush, o vice-presidente Dick Cheney e a Conselheira de Segurança Condoleezza Rice.

A ALCA inclui as pretensões de considerar as fontes energéticas do continente como propriedade hemisférica. O acesso ao petróleo, gás natural e eletricidade devem fazer parte da ALCA. George W. Bush dizia em Washington: “o gás que seja encontrado no México é hemisférico. Para benefício dos Estados Unidos e Canadá (...) Uma boa política de energia é a que entenda que temos energia em nosso hemisfério”. Este conceito de propriedade hemisférica que pretende legitimar a ALCA ameaça ser um saque de proporções catastróficas, porque soma à liquidação explícita da soberania nacional sobre os recursos naturais do país o saque ao ecossistema.

É possível derrotar a ALCA!

Os acontecimentos de 11 de Setembro e a subsequente onda de chauvinismo paralisaram conjuntamente o crescente repúdio à ALCA que vinha se manifestando entre os próprios trabalhadores norte-americanos. As maciças manifestações de Quebec foram uma prova desse progressivo repúdio que vinha acontecendo. Sem dúvida, essa luta está destinada a renascer ao compasso da crise econômica que está deixando milhares de trabalhadores norte-americanos na rua e que faz deles umas das vítimas seguras da ALCA.

Esse tipo de acordo está a serviço de facilitar o movimento das multinacionais, de seu sistema baseado na desconexão e quebra da rede produtiva, diversificando-a por diferentes lugares. Os

trabalhadores norte-americanos não têm nada a ganhar com um acordo destinado a facilitar a vida das multinacionais, e a ALCA vai pressionar por novas e mais profundas desregulamentações das condições trabalhistas, o que significa mais perda de direitos trabalhistas e sociais.

As organizações operárias e sociais norte-americanas devem saber que a proteção irrestrita dos investimentos pretendida pela ALCA tem como parte substancial de seus propósitos nos Estados Unidos a **privatização dos serviços públicos e sociais**, ou seja, a saúde, a energia, as creches, o serviço postal, etc. Além disso, devem saber que tal propósito foi alentado e acelerado pelos acordos da recente reunião da OMC, no Qatar.

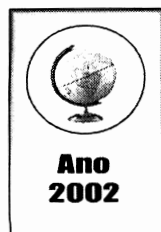
A ALCA implica para os Estados Unidos uma política permanente de desmantelamento não apenas desses serviços sociais, como também de todas as normas ambientalistas que impliquem “custos” adicionais à produção. Daí que os Estados Unidos acabem de se negar a assinar o Tratado de Kyoto sobre o controle de emissão de produtos tóxicos. Digamos então que a rapina capitalista empurra milhares de jovens e setores não-operários para a luta contra a ALCA e facilita sua entrada em cena, nesta soma de forças contra o imperialismo mediante a defesa do ecossistema e do meio ambiente.

Logicamente, na vanguarda do repúdio à ALCA estão os trabalhadores e os povos latino-americanos. As mobilizações contra a ALCA em Buenos Aires e Quebec expressaram esse ascenso continental. Mas há alguns fatos que, a despeito da consciência que deles tenham seus protagonistas, devem ser ressaltados. A insurreição equatoriana foi um marco no atual ascenso revolucionário, que continuou com o atual processo revolucionário na Argentina. A revolução equatoriana de 21 de janeiro e o processo revolucionário argentino, estimulado depois das jornadas de 19 e 20 de dezembro passado, têm, sem dúvida, notáveis diferenças entre si, mas na essência há uma clara base comum de enfrentamento aberto à dominação imperialista. A luta pela liberação nacional e social se misturou nessas batalhas heróicas do movimento indígena, dos trabalhadores e povos equatoriano e argentino. Podem-se citar inúmeras lutas, da Bolívia ao México, mas os limites de espaço deste artigo impedem a recriação de uma infinidade de fatos que, de sua parte, só ilustrariam mais profundamente a mesma conclusão: a tendência geral de **aumento da luta antimperialista**.

Há um ano, a preocupação era ver se seríamos capazes de construir um poderoso movimento unitário de repúdio à ALCA. Esse propósito nos empurrou, e em particular aos companheiros e companheiras do PSTU, para Buenos Aires, em abril do ano passado, e para Quebec, pouco tempo depois. Levou-nos a não poupar esforços na hora de



2 Lenin, “O imperialismo fase superior do capitalismo”



apresentar moções e recorrer a instâncias sindicais ou congressos como o da União Nacional de Estudantes (UNE) brasileira. Hoje, esse movimento é um fato, um fato qualitativo nesta dura e difícil luta. A maciça manifestação de Porto Alegre em fevereiro deste ano, que deu início à campanha contra a ALCA e exigiu o Plebiscito, mostrou que essa batalha conta com cada vez mais apoio. Nada mais distante de minha intenção que minimizar os obstáculos que temos pela frente ou dar por concluído aquilo que apenas começou. Mas a formação do Comitê Brasileiro contra a ALCA, a campanha de impulsionar um Plebiscito, da qual fazem parte organizações como a CUT, o PT, setores da Igreja de base como a Pastoral Operária, o PSTU, o PCdoB e outros, são um fato que merece ser seguido por todo o continente. Além de tudo, esse fato tem o enorme valor ao ser alentado no país que, para o imperialismo, representa o prato principal da ALCA. Não há ALCA sem o Brasil. Esse é o enorme mérito desse passo dado.

Mercosul ou unidade dos trabalhadores e dos povos latino-americanos?

A luta contra a ALCA suscita a cada passo uma batalha estratégica que torna impossível dissociar seu repúdio da busca da saída que se apresenta para a América Latina.

Na esquerda latino-americana abriu-se um debate com conseqüências práticas diárias. Para os dirigentes das principais forças da esquerda latino-americana, o PT brasileiro, a CTA, a CUT ou os principais dirigentes cubanos, para citar alguns bem significativos, a oposição à ALCA passa por “fortalecer e ampliar o Mercosul”. São palavras de Aloizio Mercadante, Deputado Federal do PT e responsável pela área econômica deste partido: “Temos que fortalecer e ampliar o Mercosul para aproximá-lo do ideal de integração latino-americana”.

O Mercosul é parte do processo de recolonização imperialista da América Latina, e vem preparando a ALCA. A aposta pelo Mercosul, a despeito das intenções de seus

defensores, é a negação da unidade latino-americana, é a divisão entre os trabalhadores e os povos que acaba trabalhando pela aneção imperialista.

Assinado em março de 1991, o Mercosul tem, mais de dez anos de existência. Qual é o balanço destes dez anos? Propiciou uma América Latina mais integrada entre si e independente do imperialismo? Como está a Argentina? Os países-membros do Mercosul reduziram sua dívida externa e interna ou as multinacionais tiveram mais dificuldades para espoliar os patrimônios nacionais? E na relação entre os países do “bloco”, observa-se uma maior integração e cooperação? Notam-se passos, ainda que sejam limitados, no caminho da “unidade latino-americana”?

A realidade mostra um quadro de retrocesso geral dos países e crise aberta do Mercosul. Esse tratado foi uma grande arma da recolonização imperialista, porque está baseado no mesmo princípio neoliberal de desregulamentação das leis trabalhistas, de quebra das barreiras alfandegárias, de modificação das leis fiscais, de privatizações e



entrega do patrimônio nacional aos investidores estrangeiros.

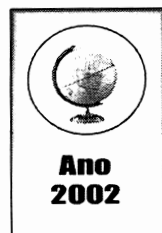
As grandes montadoras de automóveis, que representam de forma eloqüente estas mudanças na rede produtiva das multinacionais, esta nova divisão internacional de trabalho, foram um dos sinais mais visíveis da ação do Mercosul.

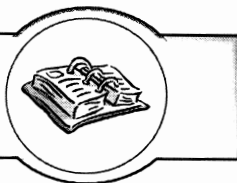
Dizer que o Mercosul é um obstáculo ao imperialismo norte-americano, que por isso mesmo quer destruí-lo, não passa de uma fábula. Basta recordar alguns fatos. Em 19 de junho de 1991, a menos de três meses de ser assinado, e cinco meses antes de os Parlamentos latino-americanos o terem ratificado, o Mercosul e os Estados Unidos firmaram em Washington um acordo para “facilitar a redução generalizada de barreiras ao comércio e ao “investimento”. O primeiro reconhecimento institucional do Mercosul no mundo foi desse país. Que “bloco” comercial alternativo ao imperialismo norte-americano é esse cuja primeira tarefa é uma redução generalizada de barreiras para o comércio e investimento com o Estados Unidos?

Para citar um exemplo significativo, em dezembro de 1999 o Brasil, em acordo com o FMI e sem consultar seus sócios do bloco, desvalorizou a moeda em 40%. Como chamar de “bloco regional” um Mercado Comum cujos países alteram todas as relações comerciais entre si, desvalorizando a moeda ou fazendo ajustes cambiais, de acordo com o imperialismo, mas sem consultar os outros sócios do bloco?

O elemento mais decisivo e característico de um “Mercado Comum” é a denominada Tarifa Externa Comum (TEC), por meio da qual o bloco se protege de terceiros. Que tipo de Mercado Comum, de Bloco, é este cujos sócios majoritários mudam, de forma unilateral essa tarifa, “furam” a TEC e dessa maneira voltam a quebrar as relações comerciais entre si?

O Mercosul é um instrumento de divisão, competição e enfrentamento entre os trabalhadores e os povos latino-americanos. A **unidade latino-americana** é indissolúvel da **unidade dos trabalhadores e dos povos contra o imperialismo**, apresente-se este sob a bandeira da pirataria norte-americana, espanhola ou européia. 🌐





ARGENTINA

Pouco tempo depois das jornadas de dezembro, que derrubaram o ministro Cavallo e o presidente De la Rúa, na Argentina, realizou-se em Porto Alegre o Segundo Fórum Social Mundial.

Processos revolucionários como o argentino fizeram com que esse segundo Fórum fosse muito mais concorrido que o primeiro. Cerca de 50 mil pessoas, de vários países, participaram com grande interesse dos diversos debates.

A revolução argentina marcou presença. Muitos trabalhadores e jovens daquele país estavam lá, e organizaram um massivo panelaço que percorreu as ruas de Porto Alegre. No entanto, infelizmente os organizadores do Fórum não colocaram a revolução argentina no centro das discussões. Diante dessa falha, coube aos revolucionários organizar um debate com as forças políticas que combateram e continuam combatendo na Argentina.

Seus organizadores, o PSTU e a Liga Internacional dos Trabalhadores, convidaram quatro organizações daquele país: o MST (Movimento Socialista dos Trabalhadores), o MAS (Movimento ao Socialismo), a FOS (Frente Operária e Socialista) e o PO (Partido Operário). Infelizmente, o debate não contou com um local muito apropriado. Os organizadores do Fórum destinaram a ele um galpão do porto, de difícil acesso. No entanto, e apesar disso, mais de 800 pessoas compareceram a esse debate histórico, que reproduzimos nas páginas seguintes.



DOSSIÊ: A REVOLUÇÃO ARGENTINA EM DEBATE

ABERTURA

JOSÉ MARIA DE ALMEIDA

Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado - PSTU (Brasil)

O PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado) e a LIT (Liga Internacional dos Trabalhadores), aproveitando a realização do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, promovem este debate, para nós muito importante, sobre a situação na Argentina.

O debate se dará da seguinte forma: para evitar expor somente a opinião de nossa corrente política, tomamos a liberdade de convidar quatro partidos da esquerda revolucionária argentina para colocarem também seu ponto de vista sobre a situação. Sabemos que isso significa dizer que, infelizmente, uma parte da esquerda revolucionária argentina não poderá fazer uso da palavra porque isso tomaria muito tempo, o que acabaria por inviabilizar o próprio debate. Os partidos convidados foram: a FOS (Frente Operária Socialista), partido que integra a LIT, nossa corrente internacional; o PO (Partido Operário), o MAS (Movimento ao Socialismo) e o MST (Movimento Socialista dos Trabalhadores).

Antes de passar a palavra aos companheiros, queria explicar um pouco as razões não só deste debate, mas também das várias iniciativas que nossa Internacional vem tomando em relação à Argentina. Eu mesmo, recentemente, representando as direções de nosso partido e da LIT, fiz uma viagem à Argentina e tive a oportunidade de acompanhar mais de perto a situação política do país e dialogar com diversas organizações da esquerda revolucionária argentina e dos movimentos sociais. Isso se deve fundamentalmente à nossa preocupação, de nossa Internacional e de nosso partido, quanto ao quadro que Argentina vive hoje.

Uma revolução operária e socialista

Quero colocar alguns pontos em discussão, evidentemente, sem pretender forçar a intervenção dos companheiros.

Em primeiro lugar, o que vivemos na Argentina hoje é uma revolução operária e socialista ou um processo menor? Para nós, há uma revolução operária e socialista em marcha na Argentina hoje. É uma revolução de caráter operário, anticapitalista e antimperialista. É importante esta definição porque significa dizer que devido à condição subordinada ao imperialismo de um país como a Argentina, essa revolução tem pela frente tarefas de liberação nacional, mas, devido à associação das burguesias com os centros imperialistas, em nossa opinião, são os trabalhadores os que podem levar essas tarefas até as últimas conseqüências por meio de uma revolução anticapitalista, antimperialista, uma revolução socialista. Este é um ponto fundamental do debate.

O caráter da revolução dá o caráter da saída

Se este é o quadro na Argentina, se estamos frente a uma revolução socialista em marcha, qual é a saída que os revolucionários, a esquerda socialista deve apontar para este processo? Essa saída deve apontar o rumo do desenvolvimento, a centralização dos organismos de poder dos trabalhadores que começam a ser construídos e a se generalizar, para que esses organismos possibilitem a luta, a disputa pelo poder pelos trabalhadores, ou a saída vai no sentido de uma Assembléia Nacional Constituinte? Essa é uma discussão importante entre as diversas organizações da esquerda revolucionária argentina neste momento.

Para nós, o que está colocado na Argentina hoje é a primeira alternativa, é a busca do desenvolvimento desses organismos de poder, de sua centralização e a disputa revolucionária do poder para os trabalhadores. Nós consideramos que o caráter da revolução dá o caráter da saída. Para nós, a saída tem de ser operária e de classe, e não uma saída – como seria no caso de uma Assembléia Nacional Constituinte – por dentro do regime democrático-burguês. Pensamos que não há diferenças qualitativas em termos de caráter de classe de uma Assembléia Nacional Constituinte e o Parlamento existente hoje na Argentina. E seria uma saída que estaria por trás do nível de consciência e de ação das massas agora.

Não há um clamor na Argentina por uma Assembléia Nacional Constituinte, para eleger deputados e fazer outra Constituição. Ao contrário, o clamor das massas nas ruas é para que “se vayan todos”. Todos inclui o Presidente da República, a Corte Suprema de Justiça, os deputados e os senadores. Uma parte importante da população argentina já se negou a votar nas eleições passadas, antes, inclusive, da insurreição de 19 e 20 de dezembro.

Pensamos, portanto, que devemos levantar como centro fundamental de nossa política o desenvolvimento e centralização dos novos organismos das massas para ir em direção à tomada do poder. Apontar para a via da Constituinte

significaria tentar convencer as massas de uma saída para o processo que é democrático-burguês, que é uma saída burguesa.

Por outro lado, evidentemente essa discussão coloca um problema. A eleição de uma Assembléia Nacional Constituinte seria feita por quem, hoje? Se se constrói concretamente essa saída, quem ganha as eleições? Eu acho que ganha a burguesia, pela natureza de classe dessa saída, dessa instituição. Não são os trabalhadores os que vão ganhar as eleições, e, por essa via, fazer a revolução socialista.

A revolução não vai triunfar com flores, beijos e abraços

Outro tema que consideramos importante para o debate, se se trata da disputa pelo poder para os trabalhadores, é que política os revolucionários devem levar aos organismos das massas para que possamos construir uma orientação para as Forças Armadas e o armamento do proletariado? Porque sabemos que a revolução não vai triunfar com flores, beijos e abraços.

Outro tema importante é que política devemos ter, a esquerda socialista e revolucionária argentina e todos nós, para fazer com que a classe trabalhadora de toda a América Latina tome para si, tome como sua a revolução em marcha na Argentina? Como fazer para que esse processo, que hoje ocorre Argentina, se estenda a toda América Latina?

Por outro lado, como chamar os operários, os trabalhadores dos países centrais para que se solidarizem e se unam à luta do povo argentino contra os interesses das multinacionais e contra seus próprios governos? Este também é um debate importante, que necessita ser aprofundado.

Uma Frente dos Trabalhadores e a Esquerda

Último ponto, mas não menos importante, talvez o mais importante de todos: como resolvemos o problema da direção? Para nós, há uma crise, bastante viva, da direção revolucionária do processo argentino, e a medida dessa crise é a contradição que existe neste momento entre o

grau de desenvolvimento, de avanço da luta revolucionária dos trabalhadores e a juventude argentina e a situação da direção revolucionária. Vários partidos estão participando ativamente nesse processo e muito nos honra ter aqui a presença de várias dessas organizações. Mas infelizmente nenhuma delas encontrou ainda o caminho das massas, no sentido de transformar-se na direção que possa, por sua ação, dirigir este processo generalizado de lutas que ocorre hoje na Argentina, e conduzi-lo à tomada do poder.

Não quero dizer com isso que todos os partidos da esquerda argentina hoje têm o mesmo peso. Temos consciência de que nosso partido, o partido ligado à nossa Internacional na Argentina, é bastante pequeno. Muito menor, por exemplo, que o PO ou o MST. Temos plena consciência disso; não queremos igualar as coisas. Mas não podemos deixar de constatar um fato da realidade que, infelizmente, nenhuma dessas organizações adquiriu essa condição de assumir para si a direção das massas neste momento.

Nós pensamos que agrupar essas centenas, milhares de ativistas, e unificar as lutas que elas travam, dando-lhes um sentido comum, o sentido da revolução, é o desafio fundamental para poder levar este processo para uma saída revolucionária, uma saída socialista.

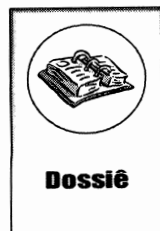
Neste sentido, uma política fundamental para a esquerda revolucionária argentina hoje é a busca da construção de uma Frente dos Trabalhadores e a Esquerda. Essa unidade poderá nos colocar à altura desse desafio, de centralizar, de unificar e dar um sentido comum para esses organismos e essas lutas. E dentro desse movimento, dessa frente dos trabalhadores e da esquerda vemos a possibilidade de desenvolvimento, aí sim, da direção da revolução argentina.

Quando estive na Argentina, participei de uma reunião da Mesa de Esquerda, que agrupa uma série de organizações da esquerda socialista argentina. Fui também a uma reunião do Bloco Piqueteiro. São iniciativas, a meu ver, muito importantes. São passos no sentido de superar a fragmentação que temos neste momento, mas, a meu ver, significa muito pouco diante dos desafios que temos pela frente.

Agora, no dia 16, vai se realizar uma plenária da Esquerda Piqueteira. Um passo também muito importante, mas é preciso ver de que maneira, partindo e respeitando esses processos concretos de luta e de organização, se avança no sentido da construção dessa frente, que possa dar um sentido comum a todas essas lutas, um sentido do rumo da revolução e para disputar a consciência e a direção do processo. Porque, não nos enganemos, a esquerda reformista, de centro-esquerda, saiu desprestigiada da rebelião de 19 e 20 porque traiu o processo, mas nem por isso vai deixar de disputá-lo. Recentemente vimos a marcha de desempregados convocada pela CCC (Corrente Classista e Combativa) e pela Igreja. Vão tentar se recompor no processo político do país e temos de fazer a disputa política, porque eles também querem a direção do movimento, mas para traír e enterrar a revolução.

O espírito desta discussão

Queremos dizer que para nós o espírito desta discussão tem de ser o espírito que corresponde aos revolucionários nesta situação, já que jogamos nossa vida na construção da saída para o processo argentino. Há uma revolução em



marcha e de sua vitória ou derrota depende não só o futuro da classe trabalhadora argentina mas de toda América Latina. Da vitória ou derrota dessa revolução depende o futuro, o êxito ou não da política do imperialismo em relação a nossa região. Devemos jogar a vida para a construção das melhores políticas que nos permitam aproveitar a oportunidade que está colocada e construir essa saída revolucionária. O espírito com que nós queremos fazer essa discussão é fazê-la de maneira dura, como corresponde a uma discussão entre revolucionários, mas também de maneira fraterna.

Quero terminar minha introdução dizendo que, evidentemente, ao convidar os partidos para este debate, nós temos consciência de que existem divergências entre nós, algumas muito importantes. Mas também queremos ressaltar que essas divergências existem entre aqueles que estão lutando pela revolução. É dessa forma que interpretamos o debate.

Antes de passar a palavra, queria agradecer a presença dos partidos que aceitaram nosso convite e de todos os que aqui estão.

JUAN CARLOS GIORDANO

MST - Movimento Socialista dos Trabalhadores

Companheiros, o Movimento Socialista dos Trabalhadores, integrante da Esquerda Unida e membro da Unidade Internacional dos Trabalhadores, Quarta Internacional, quer agradecer o convite feito pelos companheiros do PSTU, da LIT, e saudar a todos os lutadores, revolucionários, trabalhadores, jovens e estudantes que aqui estão.

Queremos fazer o debate dos fatos ocorridos na Argentina, com a intenção de dar nossa opinião, mas também de aprender todos juntos e muito mais quando o fazemos com lutadores, com revolucionários de outros países, do povo brasileiro, que nos podem ajudar muito a compreender esta enorme revolução que estamos vivendo na Argentina.

Acabamos de fazer um debate na PUC com mais de 200 companheiros, alguns bolivianos, chilenos, venezuelanos, sobre o está ocor-

rendo em nosso país, o que está demonstrando que a revolução na Argentina é um espelho no qual os revolucionários e os lutadores de outros países temos de olhar, aprender e debater. cremos que a Argentina foi manchete em todo o mundo justo quando os EUA anunciavam o novo governo títere no Afeganistão. Essa notícia foi encoberta pela revolução argentina. Alguns companheiros colombianos nos diziam que a revolução em nosso país havia sido também um golpe mortal para os planos do imperialismo, como a ALCA e o Plano Colômbia. E também muitos companheiros de outros países nos dizem que os trabalhadores acham que têm de fazer como o povo argentino, mostrando também que é um caminho, uma lição não só contra os planos do neoliberalismo, mas também contra os governos que os aplicam.

Um verdadeiro processo revolucionário

Há um debate sobre o que foi o *Argentinazo*, o que foi o que se denomina a “revolução das panelas”. Em nossa opinião, o que ocorreu na Argentina foi um verdadeiro processo revolucionário, que começou nestes anos, que se manifestou em dezembro, derrubando o governo De la Rúa, mas que continua hoje mais vigente do que nunca contra o governo Duhalde.

Em menos de quinze dias houve cinco presidentes na Argentina e não era uma ditadura militar, mas um governo eleito pelo voto popular. E foi impressionante ver a Praça de Maio, as praças do país inteiro, ver milhares de trabalhadores, de jovens, de estudantes exigindo que o governo saísse.

Por isso, quando Cavallo renunciou, as pessoas diziam: vamos continuar, e, com a mobilização, derrubaram De la Rúa, e essa mobilização continuou e a Assembléia Legislativa votou outro presidente, e na semana seguinte milhares de pessoas voltaram a ocupar a Praça de Maio, expulsando outro governo. E hoje, na Argentina, os analistas burgueses dizem que Duhalde tem os dias contados. E o governo já disse: «não podemos governar com os panelaços»,

e o FMI não volta a investir na Argentina porque tem medo de dar dinheiro a um governo que pode cair a qualquer momento, de forma revolucionária.

Houve uma revolução porque na Argentina milhões de pessoas se mobilizaram no país inteiro. Se calcula que 600 mil pessoas ocuparam as ruas nos dias 19 e 20. Havia ocorrido uma greve geral, que os dirigentes sindicais vendidos foram obrigados a convocar. Grandes greves estaduais. Grandes saques de comida nos supermercados. Greve geral e *Argentina* *azo* que passou por cima das direções sindicais tradicionais, e não apenas daquelas que respondiam à velha burocracia pelega, mas também a CTA, que era a central alternativa, a central supostamente alternativa, que nos dias em que derrubamos De la Rúa estava fazendo um plesbício para votar se as pessoas queriam um seguro-desemprego ou não. A mesma central sindical que hoje está em um diálogo horrível, de trégua com o próprio governo Duhalde.

Mas a revolução foi em frente, não ficou com o governo, irrompeu contra a Corte de Justiça, contra todas as instituições do regime democrático-burguês, contra a polícia, que assassinou 40 heróicos jovens nesses dias. Mas vai essencialmente, e isso na Argentina é muito importante, contra os dois partidos tradicionais, que há 40, 50 anos vêm governando o país, junto com a ditadura militar.

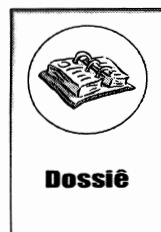
A palavra de ordem mais cantada na Praça de Maio era: “Sem radicais*, sem peronistas, vamos viver melhor. Que saiam todos, que não fique nenhum. Nenhuma organização do Estado burguês.”

Por isso é uma ruptura e uma revolução na cabeça de milhões. Duhalde assumiu com mil pessoas que o respaldavam, e no dia seguinte se jogou para fazer uma marcha para evitar um novo panelaço, e desistiu, porque não conseguiu apoio, não só dos militantes, nem sequer das pessoas pagas para mobilizar-se contra a esquerda ou contra os trabalhadores. Foi uma verdadeira revolução, não democrática, como muitos pensam, mas uma profunda revolução anticapitalista e inconscientemente socialista. Dessa forma, creio que está bem definida, porque foi contra um governo capitalista, porque derrubou o modelo menemista** do FMI, porque levanta um programa alternativo anticapitalista e antimperialista nas lutas. Por isso, as pessoas elegeram como alvo de seu protesto o Palácio do Governo, o Congresso Nacional, os bancos das multinacionais e as empresas privatizadas que roubaram o patrimônio nacional em nosso país.

Era preciso dizer claramente quem tinha de governar

Que queremos dizer com revolução? Que precisamente nesses dias ocorreu um vazio absoluto de governo. Quando De la Rúa caiu, não se sabia quem era o novo governo burguês, e isso durou 4 ou 5 dias. Quando Rodriguez Saá caiu, não se sabia quem governava, e isso durou 2 ou 3 dias, até que em duas reuniões no Congresso Nacional foi votado um novo presidente.

Agora há um debate muito interessante para os revolucionários, para os lutadores, sobre o que deveria ser proposto



* Radicais são os membros ou simpatizantes da União Cívica Radical

** Relativo Menem, ex-presidente argentino



nesses momentos em que milhões ocupavam as ruas e derrubavam o governo. Uma saída democrática, para ir votar dentro do regime burguês? Consideramos que era equivocado. Que era preciso colocar a necessidade de os trabalhadores governarem, os piqueteiros, os setores populares e também a esquerda. Isso porque havia milhões de pessoas que estavam vendo qual era o próximo presidente de nosso país. E antes disso, as pessoas, nas mobilizações, se perguntavam sobre quem colocar no lugar, caso derrubássemos o governo; quem deveria subir?

Em nossa opinião, era preciso dizer claramente quem tinha de governar. É evidente que em um processo revolucionário se busca desesperadamente quem tem de governar. E vinha funcionando uma assembléia piqueteira dos desempregados, nucleando centenas de pessoas em todo o país. Mas seus dirigentes, uns da CTA, outros da CCC, outros maoístas, não voltaram a realizá-la. Suspenderam a marcha justo quando as pessoas arriscavam a vida contra a polícia. E hoje estão negociando com o novo governo.

Portanto, era preciso dizer claramente quem tinha de governar. Nós fizemos uma proposta. Como o debate ocorria no Congresso Nacional, dissemos claramente: tem de assumir um deputado da esquerda. Tem de assumir um governo provisório dos dirigentes, deputados de esquerda mais reconhecidos que estavam nesse parlamento, que eram Luís Zamora, a deputada Patricia Walsh, com um gabinete provisório de trabalhadores, de piqueteiros, para impor decididamente o não pagamento da dívida externa, a expropriação das multinacionais, a renacionalização das empresas privatizadas e, claro, depois haveria que dar outras saídas para o país.

Hoje as pessoas dizem: «O governo de Duhalde é ilegítimo, não foi eleito por ninguém, assumiu votado por deputados corruptos.» É preciso dar uma saída a essa necessidade democrática, mas que pode se transformar em revolucionária para milhões, que é a convocatória a uma Assembléia Constituinte livre e soberana. Assim se pode decidir o que fazer com a justiça, com a polícia, com a dívida externa, com todo o esvaziamento de nosso país.

A própria revolução resolveu esse debate

Duas questões finais. Diz-se que a revolução argentina foi espontânea, que foi da classe média, que os trabalhadores não participaram, que não havia organismos de duplo poder ou instituições operárias.

A própria revolução argentina foi se encarregando de resolver esse debate, porque começaram a aparecer, não organismos velhos recalcitrados, mas novos organismos da classe operária, jovens, moradores dos bairros, os pequenos comerciantes, que é a Assembléia Interbarrial, em unidade com 80 assembléias que existem sobretudo na Capital Federal, e se reúnem todos os dias.

O último painel, que colocou Duhalde em xeque, foi votado por 3.500 lutadores. É uma coisa extraordinária para nosso país, acostumado a ver tudo hegemônico pelo Partido Peronista e os dirigentes burocráticos dos sindicatos. Isto fugiu a qualquer controle.

A Interbarrial nucleia os novos lutadores e a nova vanguarda que surgiu. É um programa revolucionário. Muitos dos pontos que a esquerda levanta, a moção do painel que depois se transformou em internacional, foi votada nessa assembléia. Mas não é um painel no qual só se bate panela. Há marchas de 40, 50 mil pessoas em direção à Praça de Maio, exigindo que o governo saia; isso, para o nosso país, é uma barbaridade, é enorme.

Na Interbarrial, cada delegado que participa tem de prestar contas depois na assembléia de seu bairro. É evidente que este é o organismo que temos de fortalecer. Temos de levar a ele os desempregados, as novas direções sindicais que estão surgindo, as novas direções estudantis, para que daí surja a possibilidade de continuar mobilizando contra o governo, mas também de dizer claramente: se Duhalde cair com a luta revolucionária, teremos que dizer que a Interbarrial, junto com os piqueteiros, os desempregados e a esquerda têm que postular-se para um governo diferente, para um governo dos trabalhadores e do povo.

A esquerda e os revolucionários contam com a simpatia de milhares de lutadores

Por último, quero dizer que nada é fácil, é evidente, mas o que está colocado na Argentina é que a esquerda e os revolucionários têm a simpatia de milhares de lutadores, mas não podemos ganhá-los porque as pessoas fizeram experiência com os velhos políticos, e também com a centro-esquerda. Com a Terceira Via reformista do capitalismo, que se afundou, e o que está boiando aí são os lutadores e a esquerda. Nós, do MST, estamos conscientes de que não somos os únicos revolucionários. Somos muito conscientes disso.

Por isso, achamos que a grande tarefa é unir os revolucionários. Tivemos aproximações, cartas chamando a debater a unidade, com os companheiros da LIT, não mais em um país, mas em uma Internacional; chamamos permanentemente os companheiros do Partido Operário que estão hoje aqui. Chamamos a unidade dos revolucionários para preparar essa saída.

Mas a unidade dos revolucionários também é importante para empalmar com as correntes operárias e populares que estão rompendo todos os dias com os velhos aparatos. Se não somos capazes de nos unir e assumir esse desafio, eu acho que vamos perder tempo e não vamos dar os passos revolucionários que necessitamos.

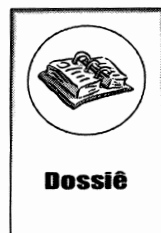
Nesse marco, nosso partido crê que é muito importante ter uma tática que é a unidade da esquerda e os lutadores. Nós compomos a Esquerda Unida, que é a unidade de nosso MST, dos companheiros do Partido Comunista, dos companheiros da Convergência Socialista, que são simpatizantes da LIT, da companheira Patricia Walsh, que é filha de um escritor desaparecido na época da ditadura e lutadora do campo dos direitos humanos.

É evidente que temos diferenças, e muito profundas. Com os companheiros do Partido Comunista – alguns de seus dirigentes estão aqui – os problemas nacionais e internacionais são debatidos publicamente. Não compartilhamos saídas estratégicas comuns, polemizamos com Fidel Castro e o governo cubano. Polemizamos sobre a Argentina e formamos chapas sindicais e estudantis separadas; por isso, é uma aliança eleitoral. Mas todas essas divergências não nos impediram de caminhar juntos em todos esses anos.

É preciso responder a uma pergunta que os lutadores argentinos fazem: a esquerda vai se unir ou não? Em nosso partido, queremos fazer grandes esforços para unir a esquerda, não apenas para uma eleição, uma chapa sindical, mas para preparar uma ferramenta que seja a alternativa política mais unitária possível, porque está colocado o problema do governo em nosso país.

Se concordamos nas tarefas estratégicas dos trabalhadores que lutam em nosso país, se concordamos em 4 ou 5 pontos programáticos, ou 10, cremos que é preciso fazer grandes esforços para chamar a unidade. E isso o fazemos a companheiros como Luís Zamora, que voltou à política com outras idéias. Ele diz que não é mais preciso construir partidos revolucionários. Nós respondemos: é cada vez mais vigente a construção de um partido revolucionário centralista democrático, leninista, porque está colocado o problema do poder, e não podemos renunciar a essa compreensão.

Apesar dessas divergências, o chamamos à unidade, chamamos a unidade com o Partido Operário, o MAS, os companheiros da FOS e todos os que vejam



com clareza esta tarefa. A contribuição dos lutadores brasileiros é fundamental nesse processo.

Por último, a unidade dos revolucionários, a unidade da esquerda, é muito importante, hoje, para fazer campanha em apoio à revolução argentina. Pode se fazer muito pela Argentina. Mas também pela unidade dos revolucionários, a unidade da esquerda para começar a construir o socialismo com plena democracia operária, não só na Argentina, não só no Brasil, mas na América Latina e no mundo.

ROBERTO SAENZ

MAS- Movimento al Socialismo

Em primeiro lugar, quero agradecer o convite a este debate que, por algum capricho do destino, estamos fazendo no Brasil e não na Argentina. Ainda não fizemos na Argentina um debate assim, que deve ser feito em profundidade entre os revolucionários, com total seriedade, para poder encontrar as vias para que o processo revolucionário se transforme em uma verdadeira revolução socialista.

Então, quero dedicar este instante para saudar o debate porque pode servir para clarificar posições, progredir e identificar diferenças, mas com a participação do conjunto da militância. Também deixo aqui uma saudação de toda a nossa militância, de todos os companheiros do MAS.

A revolução socialista requer a ação consciente de milhões de pessoas

Nos parece que na Argentina começou um processo extraordinário, que tem poucos antecedentes históricos no país e, provavelmente, apesar das divergências, o processo mais importante da Argentina desde o *Cordobazo**, que foi o processo revolucionário anterior que ficou na consciência de centenas e centenas de trabalhadores e lutadores.

Quero me deter em uma característica clássica, decisiva, central, de toda revolução, de todo processo revolucionário. Além da luta, da mobilização massiva, ocorre o ingresso das mais

amplas massas populares na vida política do país. Cotidianamente, durante anos, durante décadas, como contaram muitas vezes Rosa Luxemburgo e Lenin, as massas trabalhadoras dedicam todo seu tempo à sobrevivência e ao trabalho, e não têm tempo nem possibilidade de acesso à discussão dos assuntos relativos ao conjunto da sociedade. Na Argentina, milhões de trabalhadores, jovens, donas de casa, setores médios, desempregados, em todos os cantos do país, estão ingressando na vida política, o que quer dizer que começam a discutir os problemas do conjunto da sociedade. As extraordinárias jornadas revolucionárias de 19 e 20 de dezembro, de forma apaixonante, linda, incrível, passaram a fazer parte da história do país. Algumas Assembléias Populares dizem: vamos mudar o nome dessa praça, que se chama Ricardo Balbín ou Juan Domingo Perón, para Praça 20 de Dezembro.

Isso é fundamental, porque a revolução socialista pela qual todos lutamos requer a ação consciente de milhões de pessoas, que tomam em suas mãos a transformação da sociedade por inteiro. E, nesse sentido, teve início um processo revolucionário, a entrada das mais amplas massas na vida política. Temos de jogar a vida para transformar isso em um processo de revolução socialista, que requer o desenvolvimento da consciência sobre a transformação social dos organismos.

Então, nossa definição para entrar no debate aberto é que vivemos o «início de un proceso revolucionário», que requer a ação de todos, a ação dos socialistas revolucionários, a ação de milhões de companheiros que não estão em nenhum partido, mas que valem muito, a ação dos movimentos sociais, dos desempregados, que buscam recompor a dignidade do trabalhador, a ação dos setores médios que batem painéis, para transformá-la em revolução socialista, para que as mais amplas massas tomem em suas mãos os destinos da Argentina.

O problema argentino é profundamente internacional

Segundo ponto que gostaria de abordar.

Todo um ciclo histórico, econômico, político e social da Argentina está questionado na consciência do movimento de massas. A Argentina de hoje, que está caindo, que as massas estão derrubando, é a Argentina que se construiu a ferro e fogo na ditadura militar. É a Argentina que a burguesia e o imperialismo impuseram, liquidando o ascenso do *Cordobazo* e essa extraordinária vanguarda de características genericamente socialistas que despontava como parte de um processo internacional.



É apaixonante ver como centenas de companheiros fazem um balanço de que o país foi a uma catástrofe. Toda a Argentina que se começou a construir em '76, que continuou a se construir com crise sob Alfonsín e chegou a seu ponto final como Argentina capitalista, neoliberal, sob o menemismo está caindo. Essa crise estrutural do país afeta politicamente todas as formas de representação históricas do movimento de massas. Os partidos tradicionais são vistos como responsáveis, junto com a burocracia sindical, por esta Argentina de hoje, da catástrofe capitalista que é o país. Por isso dizem: «que saiam todos, que não fique nenhum», ou então, «sem radicais e sem peronistas vamos viver melhor». Ao mesmo tempo, o conjunto das direções sindicais tradicionais burocráticas, históricas ou progressistas, também estão questionadas, porque o *Argentinaazo*, o começo do *Argentinaazo*, foi uma ação independente, espontânea do conjunto do movimento de massas, que deixou para trás, que passou por cima de todas as direções traidoras do movimento operário e popular.

Então, é apaixonante ver como esse processo de crise e questionamento, profundamente político, feito ao conjunto das velhas direções políticas e sindicais do movimento de massas, coloca a necessidade de lutar por um processo de recomposição, de reorganização revolucionária do conjunto dos trabalhadores, na perspectiva da revolução socialista. É evidente que o processo argentino é uma refração nacional de uma situação de grave crise do capitalismo neoliberal. Crise que começava a ser questionada e contestada pela mobilização anticapitalista que teve início em Seattle. O imperialismo tentou rebater esse questionamento, que cresce em todo o mundo, e na América Latina em particular, com a agressão ao Afeganistão. Mas o processo argentino escapou pelos fundos, contestando e lançando uma contratendência que hoje leva crise ao imperialismo.

* Cordobazo: levante das massas ocorrido em Córdoba em 1969

Então, o problema argentino é profundamente internacional, e devemos desenvolvê-lo em seu caráter internacionalista. Achei simpático quando, ao chegar ao acampamento da Juventude, um companheiro brasileiro, desempregado, comentou: *infelizmente isso acontece na Argentina*, demonstrando o desejo de que isso ocorresse no Brasil. O processo argentino, evidentemente, é uma refração do processo de crise, questionamento e perda de legitimidade do capitalismo neoliberal em nível inter-



nacional, e seguramente já está se projetando sobre o processo político no Brasil e no conjunto da América Latina. Por isso, devemos vê-lo com um agudo sentido internacionalista.

A construção de organismos independentes do Estado burguês

Na Argentina ainda não está colocada a possibilidade de resolver o problema do poder. Houve uma crise revolucionária de vários dias, de vazio de governo e de poder burguês. Provavelmente, essa crise se reabra nos próximos dias, se Duhalde não consegue dividir a frente única do movimento de massas que se mobiliza contra a fome e a miséria. No entanto, a tomada do poder ainda não está colocada na ordem do dia.

Mas é preciso trabalhar nessa perspectiva. É evidente que, apesar da discussão tática sobre o lugar das palavras de ordem mínimas, econômicas e democráticas, a tarefa central dos revolucionários hoje para que se possa abrir a possibilidade da revolução socialista e que as amplas massas, não só a esquerda, tomem o poder, é ajudar o processo apaixonante, incrível e ainda não-consciente, mas de centenas e milhares de trabalhadores e setores médios, da construção de organismos independentes do Estado burguês e dos aparatos.

As Assembléias Populares ainda não têm essa consciência. Mas é incrível. Imaginem Porto Alegre com Assembléias Populares de cem, duzentos, trezentos, quatrocentos companheiros, com uma Assembléia na principal praça da cidade, de 3 ou 4 mil pessoas! Há Assembléias Populares em praticamente todos os bairros da Capital. Lentamente começam a surgir na Grande Buenos Aires e interior.

Há um processo de recomposição do movimento de desempregados, das experiências classistas dos trabalhadores empregados e outros setores que começam a agrupar-se à esquerda da direção burocrática piqueteira. E nesse processo surge, cada vez mais consciente, um programa anticapitalista de saída para crise. Esses organismos começam a tomar nas mãos as tarefas cotidianas que o Estado burguês não

assume porque está quebrado. Isso nos obriga a aprender com o processo criativo da ação do movimento de massas.

Não lutamos por caricaturas de socialismo

Quero deixar aqui duas discussões. Em primeiro lugar, o *Argentinazo*, o processo revolucionário em marcha na Argentina, reinstala no século XXI, em 2002, depois da campanha vergonhosa de que o socialismo estava morto, a idéia da revolução. Isso tem muita importância, não só discursiva, porque toda a perspectiva, toda a projeção da CUT, do PT, do CTA, do neo-reformismo internacional, é que a perspectiva da revolução estava fora do horizonte histórico. E as massas, mobilizadas em uma ação histórica e independente, de baixo, reinstalaram a idéia da revolução.

Junto com isso, o *Argentinazo* reinstala outra discussão que existe entre nós, os revolucionários: por qual perspectiva lutamos, por qual perspectiva socialista lutamos? Nós não lutamos por uma caricatura do socialismo, da usurpação do poder do movimento de massas por parte da burocracia que sujou o nome do socialismo nos países do Leste. Lutamos, e podemos nos apoiar hoje no *Argentinazo*, por uma revolução socialista e por um socialismo que significa que são as amplas massas trabalhadoras, em sua própria ação consciente e massiva, e autodeterminadas, com a ajuda dos revolucionários, as que devem fazer a obra da revolução e da transição ao socialismo. Porque se a revolução socialista e a transição não são intimamente democráticas e autodeterminadas, não são socialistas.

Um movimento político-social revolucionário

Por último, estamos discutindo em nossa organização sobre como ajudar a resolver efetivamente, de uma maneira não-substituísta, o problema da direção revolucionária do processo. Há algumas hipóteses. Por um lado, acreditamos que devemos dar a vida para que o processo real de



surgimento de novas direções e novas organizações do movimento de massas, dos desempregados, dos trabalhadores classistas, dos docentes, das próprias coordenações das Assembléias Populares, se elevem como direção alternativa, com um programa anticapitalista e socialista. A isso damos um nome, que não é frente, porque dá uma imagem muito superestrutural, mas movimento político social-revolucionário.

Junto com isso, temos a firme convicção de que é necessário construir uma grande organização, um grande partido revolucionário, profundamente democrático. É muito provável que, pelo valor imenso que significa a abnegada militância de todas as correntes, no calor do *Argentinazo* possamos construir, em uma Frente Única Revolucionária, uma grande organização revolucionária na Argentina para ajudar o movimento de massas a tomar o poder e construir o socialismo.

PABLO RIEZNIK
PO-Partido Operário

Graças ao convite dos companheiros do PSTU, estamos aqui discutindo um problema fundamental, que não é puramente argentino. O processo revolucionário que se iniciou em nosso país marca uma virada na época em que vivemos. Não é casual que esse livro *ElArgentinazo y el presente como historia*, entre outras coisas analise as vicissitudes desse processo até quinze dias atrás. O caráter revolucionário da situação não se esgota ou não está determinado apenas por um fato sem precedentes.

Na Argentina, pela primeira vez, uma rebelião popular massiva acabou com o governo em vinte e quatro horas. Mas não é nisso que se esgota o caráter revolucionário da situação. Essa situação está indissolivelmente ligada a uma bancarrota econômica descomunal, que se arrasta há pelo menos três ou quatro anos. A combinação entre essa bancarrota, a queda do governo e a ação das massas não esgotam o significado mais profundo da situação revolucionária que está ocorrendo na Argentina.

A bancarrota do país paradigmático do grande capital nos anos 90

Não se trata de uma bancarrota ou uma crise econômica qualquer. É a bancarrota do país paradigmático do grande capital nos anos 90. Quando, no começo da década, depois da queda do Muro e da ex-URSS, se perguntava a qualquer comentarista político da ordem vigente, qual era o modelo desta história que havia terminado em 89 e 90, o futuro do capitalismo era a Argentina, era a convertibilidade, era o livre movimento de capitais, era a obra de um riojano (de La Rioja), província de origem do presidente Menem, que, partindo do movimento popular, havia encontrado na *modernidade* do grande capital a solução para os problemas definitivos. O neoliberalismo e o capitalismo tinham na Argentina seu modelo. E dez anos depois de inaugurado, esse processo desmorona e arrasta consigo todo o regime político histórico do país.

Os referentes políticos, as representações tradicionais que dominam a histó-

ria do país estão esgotados. E, para os companheiros brasileiros: os partidos políticos argentinos não surgiram, como ocorre neste país, como fungos depois da chuva, crescem e mudam de nome. A União Cívica Radical foi fundada há 90 anos, o peronismo há meio século e o mais incrível é que em apenas um ano, quando já era evidente a derrota do peronismo e do radicalismo, se afunda de uma maneira catastrófica a pequena-burguesia progressista que subiu ao governo no final de 1999.

Se tivesse havido um Fórum Social Mundial no início de 2000, não de 2001, a figura desse Fórum teria sido Chacho Álvarez, a classe média progressista argentina, que veio abaixo. Esta é a corrente profunda que reflete o caráter da revolução, não uma explosão momentânea, não a espontaneidade.

O problema do poder

Esta experiência foi acompanhada pela luta de todo o povo argentino. É a luta dos operários, dos desempregados e dos piqueteiros, que em 1993, em Santiago del Estero, saíram às ruas e queimaram o Palácio do Governo, o Poder Judiciário e a Assembléia Legislativa. Os que ocuparam as estradas em 97, na Província de Neuquén. Um processo de luta que vem ocorrendo nos últimos dois ou três anos.

Portanto, a Argentina hoje é o elo mais frágil de uma ordem que está se desmoronando e da necessidade de impor uma saída no impulso da base popular rebelada. Nisto consiste o caráter revolucionário e internacional da revolução argentina.

Está colocado em nosso país o problema nacional e internacional, chave, que é o problema do poder. Estas são as alternativas. Ou a classe operária, à cabeça do povo mobilizado, dá uma saída no sentido de expropriar e confiscar aqueles que o expropriaram e confiscaram, ou a reestruturação inevitável da Argentina, se faz às custas de um retrocesso da civilização sem precedentes no país. Este é o dilema.

Uma Constituinte soberana, que reorganize o poder de cima a baixo

Há um problema de poder, que deve ser resolvido com uma política concreta. Ainda não existem organismos de duplo poder. Se metodologicamente a derrubada final não só dos partidos da burguesia mas da pequena-burguesia coloca a necessidade do governo operário, compreendido como a ditadura do proletariado, há que abrir caminho para a cristalização, a encarnação em organizações e movimentos práticos concretos desse duplo poder.

As assembléias populares cresceram muito, e têm um terreno para se desenvolver. Os comitês de fábrica começam a surgir e se desenvolveram em diversas épocas desta longa preparação. Existe o movimento piqueteiro e é claro que é preciso desenvolvê-lo e centralizá-lo, mas a grande pergunta é: qual a orientação dessa preparação? que rumo orienta o desenvolvimento das assembléias populares, dos comitês de fábrica, assembléias piqueteiras? Só as reivindicações impostas pela situação de miséria que se vive?

Do ponto de vista geral, é necessário ou não que as assembléias populares, os comitês de fábrica, as assembléias piqueteiras se formulem, como vinham fazendo, o problema do poder? E já não no sentido puramente negativo. Na assembléia (e digo com orgulho porque fomos parte integrante da mesa que dirigiu os trabalhos da assembléia piqueteira) o problema do poder surgiu quando, devido à moção do Partido Operário, foi votada por unanimidade a bandeira de Fora De la Rúa-Cavallo.

Na Mesa da Esquerda foram feitas mobilizações importantes no último período com essa bandeira. Mas a esquerda tem de avançar nesse sentido, reconhecendo os problemas objetivos. Como fazer uma ponte entre a necessidade de propor o governo operário e a situação atual? Que expressão positiva podemos dar à bandeira *que saiam todos*? Nesse sentido, a formulação de uma Constituinte soberana que reorganize o país de cima a baixo, que expulse a todos, que nacionalize os bancos e se disponha a estabelecer uma

nova estrutura política, econômica e social no país é fundamental.

Não se resolve apenas com uma caracterização genérica sobre se essa Assembléia, no plano das caracterizações clássicas, é burguesa. Mesmo sendo burguesa, uma assembléia assim conteria dois elementos próprios dos organismos tipo comuna, dos organismos operários, soviéticos, que a história nos deixou como protótipo de um Estado novo, não-capitalista. Esses dois atributos seriam a anulação da divisão fictícia entre Poder Executivo e Poder Legislativo, da qual a burguesia se aproveita normalmente para enganar o povo. E seria, além de uma organização executiva, uma organização para poder instruir medidas do tipo da revogabilidade ou dos salários não superiores aos dos trabalhadores, que são próprias dessa forma de representação.



Comando político da esquerda

Mas não está garantido ainda o problema da hegemonia do movimento operário. Da direção da classe que historicamente está chamada a cumprir a função de rearmar a sociedade de cima a baixo. O Partido Operário disse: vamos construir essa perspectiva, o Comando Político da Esquerda, que seja mais que uma frente igual à que temos feito para muitas ações em comum. Para que essa direção seja o embrião de uma direção revolucionária, que dê uma saída para o problema que vive o país.

Ainda não se chegou a isso, mas seria um péssimo favor que fariamos aos companheiros do Brasil se transmitimos a pobre imagem de que o que dificulta nossa unidade é que alguns de nós são altos e não gostamos dos baixinhos, outros são baixos e não gostam dos altos, alguns falam muito alto e outros muito baixo, alguns têm preconceitos e outros não. Não. Temos de fazer um debate político aberto: como nos unimos? com esta estratégia?

O companheiro da Esquerda Unida criticou uma parte da esquerda que, no dia 20, furou. Esse setor jogou um grande papel na organização do movimento piqueteiro e, por limitações políticas profundas, furou o 19 e 20. É um problema. Como superamos esta situação? Como nos unir com os que abandonaram o barco? Mas outra parte da esquerda saiu do barco também, em outro sentido. Uma parte da Esquerda Unida integra o chamado Frenapo, Frente Nacional da Pobreza, um arremedo pobre da reconstituição do mesmo Frepaso de Chacho Álvarez. Que está contra colocar o problema do poder, contra o desenvolvimento autônomo dos piqueteiros e o movimento operário, e tem estado a favor da desvalorização de Duhalde. Como processar a unidade sem debater os problemas estratégicos que têm a ver com a constituição dessa unidade?

O Partido Operário colocou o problema do Comando Político da Esquerda para desenvolver uma direção definida nesse processo. Impulsionar as assembléias populares, a criação de comitês de fábrica, as plenárias operárias, a construção de uma grande assembléia operária e popular de organizações com a proposta de nacionalizar os bancos, com um plano de reconstrução



econômica e social do país e com a bandeira de *Fora Dubalde e pela Constituinte*, porque o movimento operário tem de ter uma proposta de poder quando a direção ainda não está constituída.

O Partido Bolchevique manteve a bandeira da Constituinte

É muito possível que o movimento operário chegue ao poder, sobretudo em países como os nossos, fazendo reivindicações de todo tipo, inclusive democráticas gerais. Foi assim na primeira grande revolução operária e socialista deste século, quando o Partido Bolchevique tomou o poder porque a burguesia não convocava a Constituinte. O Partido Bolchevique manteve a bandeira da Constituinte. Centralizou o movimento operário e desenvolveu uma consciência sobre a necessidade de uma ordem classista diferente, colocando a forma mais aberta, mais ampla, mais direta da liberação popular e opondo-a às formulações dos partidos defensores da ordem reinante que podem querer uma Constituinte outorgada, limitada, miserável, para salvar o que têm.

Mas sem Constituinte, a bandeira de *Fora Dubalde* nos deixa com o *Governo operário e dos trabalhadores*, como uma bandeira propagandística ou talvez eleitoral, quando o problema de uma etapa revolucionária é se damos os passos para que a propaganda, a agitação e a organização sejam um todo único concreto, como resposta ao problema do poder conforme se dá na experiência política das massas.

Esta é a posição do Partido Operário, que foi um fator ativo de intervenção no processo político, e por isso dá resposta ao movimento piqueteiro e faz estas propostas convencido de que a experiência e o debate poderão fazer com que uma direção revolucionária esteja à altura das circunstâncias. O Partido Operário se preparou e se prepara para isso na Argentina.

RICARDO PROPERSI

FOS - Frente Operária e Socialista

Para começar, quero agradecer a nossos ir-

mãos do PSTU que possibilitaram este debate. Nos dias 19 e 20 de dezembro ocorreu em nosso país uma insurreição, com enfrentamentos prévios, expropriação de alimentos por parte das massas famintas, piquetes, mortos nas ruas. Os dirigentes da CGT se omitiram, os dirigentes da CTA vêm a este Fórum dizer que outro mundo é possível, mas se transformaram em defensores do velho mundo. Foram defensores de De la Rúa, foram defensores de Cavallo e, junto com a Corrente Classista e Combativa, dirigida pelo maoísmo, suspenderam uma mobilização que poderia ter dado um eixo operário claro, de trabalhadores desempregados, à mobilização do dia 20.

Aqui entre nós há profundas divergências, mas todos os que aqui estamos, junto com outros partidos de esquerda e um punhado de gloriosas organizações sindicais e sociais, estivemos contra o estado de sítio, contra o governo e contra a repressão. Por isso, podemos ser duros no debate, mas com a fraternidade que nos une o fato de poder nos dirigir a todos vocês com a cabeça erguida.

A Argentina vive uma revolução operária, popular e antimperialista. E aqui quero assinalar um aspecto que, creio deve ser priorizado: esta revolução responde a um modelo neoliberal, mas que tem uma expressão concreta em nosso subcontinente. Há um processo de colonização crescente do imperialismo sobre nossos países. Por isso, esta revolução é parte do processo revolucionário de toda América Latina, e é parte de uma luta revolucionária de todos os nossos povos, em unidade com a classe operária dos países imperialistas. Por isso, exige uma saída operária anticapitalista, que convoque e combine diferentes tarefas, mas que uma das centrais seja a união antimperialista para derrotar o capitalismo e o imperialismo norte-americano. A unidade da luta dos trabalhadores e povos argentino, brasileiro, boliviano, chileno e de todo o continente não é só uma mostra de solidariedade.

O movimento avança

Esta revolução avança na Argentina. Em 19

e 20 contra De la Rúa-Cavallo, em 28 contra Rodríguez Saá. Saiu enfrentando a corrupção e os velhos partidos do regime e suas instituições. Saiu sem direção, saiu sim respondendo a um processo de lutas prévio, mas foi uma explosão. E assim o vivemos todos na Argentina.

Mas hoje surgem e se desenvolvem organismos independentes do movimento de massas, as assembléias barriais e suas coordenações nos bairros da Capital Federal, as coordenadoras e multisetoriais nos bairros da Grande Buenos Aires, comissões de moradores nos povoados do interior do país. Esse processo, ainda insuficiente, de organização independente, vem crescendo, e crescem também as tarefas. Bancos estão sendo ocupados em todo o país, e isso é o prólogo para que todos os afetados pelo *corralito* comecem a tomar nas mãos a solução deste problema. Começam a fazer campanhas em todo o país, como aquela que o Bloco Piqueteiro planejou para a Repsol-YPF, empresa privatizada, para recuperá-la e renacionalizá-la, recuperando assim 40 ou 50 mil postos de trabalho.

Todo o movimento avança nas tarefas de tipo anticapitalista. E isso vai surgindo de baixo, do movimento mesmo, que vê a necessidade de desenvolver, a partir dessas coordenações e organizações, tarefas e processos de duplo poder, mas não de duplo poder no sentido de que votem que é preciso tomar o poder, mas que comecem a fazê-lo concretamente.

Que propomos?

O problema do duplo poder avança de baixo e não há tarefa mais importante para desenvolver essa revolução que construir, unificar e promover estes organismos de duplo poder. Por isso é necessário responder, de forma concreta: o que propomos?

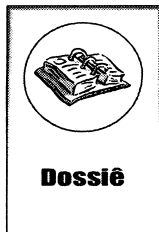
Propomos que a classe operária, nesses organismos, assuma o poder. Bem, mas os organismos são incipientes. Certo. Mas, companheiros, aqui não há atalhos, não há pontes que nos permitam obviar este caminho necessário. Com todo o respeito, dizemos: aqui a condição para a revolução é que esses organismos cresçam, se expandam e se desenvolvam. E para isso temos de propor a eles, com clareza, as tarefas necessárias, e dizer se a saída é dentro das instituições da democracia burguesa ou fora. É dizer com clareza que a saída é operária, contra o regime, contra o conjunto das instituições.

A Assembléia Constituinte é da democracia burguesa

Nesse sentido, temos uma grande polêmica com os companheiros do Partido Operário e outras organizações, para quem o centro do problema é a Assembléia Constituinte. Isso é confuso, e não só para nós. São as assembléias populares que se unificam e se transformam em uma Assembléia Constituinte?

Lenin dizia, frente ao processo da revolução alemã, sobre o perigo que representam essas saídas híbridas, como uma tentativa de conciliação. Mas o companheiro do PO diz: «Claro que a Assembléia Constituinte é um organismo burguês. Mas contém elementos de comuna».

Isso não é certo. É preciso dizer com clareza que a Assembléia Constituinte, como organismo, é da democracia burguesa. É o oposto pelo vértice à institucionalidade operária que devemos impulsar. Então, temos de dizer com



clareza que não há nenhuma possibilidade de evitar esse desenvolvimento dos organismos, porque se chamamos uma Assembléia Constituinte, quem ganha? A burguesia ou não? Nós achamos que os partidos da classe operária podem ganhar? Como?

Olhem, companheiros, com toda franqueza, queremos debater isto, porque tem muita importância. Para nós, não é à toa que a ARI, a Carrió, estejam propondo a Constituinte, e que o próprio Duhalde esteja pensando nisso. É um grande erro que a esquerda revolucionária esteja formulando esta proposta. Apesar das boas intenções, isso pode se transformar em um salva-vidas para a crise do capitalismo argentino.

Quanto à proposta que os companheiros do MST fizeram à Assembléia Legislativa, de eleger Zamora como presidente, concordamos com a resposta de Zamora: «Se eu repudio esta Assembléia, não tem cabimento pedir-lhe que me nomeie presidente.»

Insistimos mais uma vez: não existe atalho. Ou vamos para o terreno da construção dos organismos, sem pressa mas sem pausa, ou vamos entrar em um terreno que pode levar o processo revolucionário a um beco sem saída.

Avançar na construção de uma verdadeira frente dos trabalhadores e a esquerda

Sobre o problema da direção. Todos nós participamos, com muito orgulho, como disse Rieznik, das manifestações, com cartazes exigindo *Fora De la Rúa e Cavallo*. Mas nenhum de nós dirigiu. Nenhuma organização política, por si só, é hoje capaz de colocar em pé os 20 ou 30 mil militantes, dirigentes e lutadores sob uma direção que possa lutar pelo poder. Esta é a tarefa: conseguir essa direção. Não existe uma direção que possa fazê-lo no futuro imediato. Negar este fato contundente, enorme, é negar a nós mesmos a possibilidade de dar resposta a este problema nodal da revolução.

Nós somos pequenos, muito menores que, por exemplo, o PO ou o MST, mas todos juntos somos pequenos frente à enorme responsabilidade

que a revolução argentina colocou diante de nós. Todos nós nos referimos aqui hoje, de um modo ou outro, sobre a necessidade da unidade. Todos nós reivindicamos a existência, até hoje, de uma Mesa da Esquerda, onde os dirigentes dos partidos discutam atividades, resoluções etc. Isso é muito bom, mas temos de avançar.

Nós estamos colocando a necessidade de construir uma frente, um movimento bem amplo de trabalhadores e a esquerda, que unifique a nós e o conjunto dos partidos da esquerda revolucionária, que unifique em torno a um programa sintético, mas completamente antimperialista e anticapitalista, os dirigentes legítimos das lutas dos desempregados, que não negociam nem fazem pactos com o governo. Uma frente que unifique as novas direções combativas. Este poderia ser um enorme passo adiante. Poderia se tornar uma referência para centenas e centenas de lutadores que não se sentem representados por nenhum dos partidos existentes. Este debate que hoje estamos fazendo aqui poderia ser feito com 20 ou 30 mil lutadores em todos os bairros de Buenos Aires e da Grande Buenos Aires.

O companheiro Rieznik propõe um comando único, mas com uma condição: que tenha uma profunda unidade política e estratégica. Bem, mas isso é o que não existe. Então, não avançamos?

A variante de centro-esquerda reformista está muito debilitada, mas não está morta. Esta está trabalhando, está presente neste Fórum, tem o apoio da Igreja, do conjunto do capitalismo, que busca uma saída. Eles querem fazer uma Frente para um Governo de Unidade Popular, para salvar o capitalismo. Não somos capazes de fazer uma Frente respeitando nossas diferenças, mas nos unindo para brindar um ponto de referência para centenas e centenas de lutadores?

Todos os processos revolucionários deram origem a frentes dirigidas por reformistas. Na Argentina há uma particularidade, ou seja, que podemos hoje constituir entre nós, com o companheiro Zamora, com todos os dirigentes e lutadores, um ponto de referência não-reformista, um ponto de referência que, mesmo com as diferenças que existem entre os diversos parti-

dos, se postule como uma saída anticapitalista e revolucionária.

Então, companheiros, para terminar, creio que nós, todos os companheiros da Argentina aqui presentes, mas não só eles, também os companheiros de outros países militamos durante anos, décadas, esperando oportunidades como estas, temos de aproveitar e nos unir. A revolução não vai esperar, temos de tentar responder a partir do que somos. E isso nos obriga, uma vez mais, a fazer um grande esforço. Hoje todos falamos em unidade, então, concretizemos a unidade possível, avancemos em uma verdadeira Frente dos Trabalhadores e a Esquerda, que convoque absolutamente a todos os lutadores do país.



Dossiê

Depois dos informes dos representantes dos partidos, por razões de tempo houve apenas algumas intervenções da platéia e, em seguida, passou-se aos fechamentos, feitos na ordem inversa daquela em que foram apresentados os informes.

RICARDO PROPERSI

FOS - Frente Operária e Socialista

Só quero tocar em dois ou três problemas. Um deles é a Constituinte. Um companheiro disse que não havia uma contradição. Nós achamos que sim, que neste momento existe. É preciso pensar no que aconteceria se houvesse amplas camadas médias reivindicando isso. Mas não é assim. É preciso pensar no que ocorreria se o governo convocasse uma Assembléia Constituinte. Mas isso hoje não é assim. E se não há um setor do movimento de massas que esteja pedindo isso, e se não há uma instância concreta de Constituinte, qual é a razão para que nós, a esquerda revolucionária, proponhamos à classe operária que faça essa formulação? Talvez tenha sido um exagero polêmico, mas, se não entendi mal, o companheiro Pablo, do PO, disse que na Rússia de 17 a bandeira central com que se deu a revolução foi a Assembléia Constituinte. Não foi assim. Então, temos de esclarecer isso.

Segundo, temos profundas diferenças, mas temos também profundos pontos de acordo. Isso ficou claro aqui. Todos concordamos

que na Argentina está colocado o problema do poder. Que a burguesia tem dificuldades para

conservar seu poder. Todos colocamos a necessidade e a obrigação de impulsionar os

organismos que vêm surgindo no movimento de massas. Todos concordamos

que é necessário, imprescindível, uma nova direção para a classe operária, que

expulse a burocracia sindical podre, velha ou nova. Todos concordamos em

pontos muito importantes de um programa antimperialista e anticapitalista.

Todos concordamos sobre a necessidade de lutar imperiosamente contra toda

tentativa de suprimir as liberdades demo-



cráticas, e de lutar pela liberdade dos presos e o fim dos processos. Todos concordamos que é necessário encontrar a forma para que a classe trabalhadora governe com seus organismos.

Temos muitas diferenças, mas não são estes pontos suficientes para conformar agora mesmo um amplo movimento que chame a todos esses milhares de lutadores que dizem não a radicais e peronistas, que exigem que todos saiam do governo, para convocá-los a debater juntos, a lutar juntos? Isto não é suficiente para avançar já, enquanto continuamos discutindo o restante das diferenças, muito importantes, que existem?

Por último, queria encerrar com uma proposta concreta para debater. Um companheiro lembrou que no dia 16 de fevereiro ocorrerá uma importante assembléia nacional, em um estádio de futebol, que unifica direções de organizações de desempregados, novas direções combativas da qual os partidos de esquerda participarão como convidados. Ali vamos levar a proposta de iniciar uma campanha pela renacionalização das empresas privatizadas, em particular a Repsol-YPF, com medidas concretas votadas já pelos desempregados de Mosconi, uma clássica cidade petroleira, e Comodoro Rivadavia, outra clássica cidade petroleira. Já no dia 5 haverá ações nesse sentido. Podemos todos nos envolver e iniciar uma ampla campanha, tomando como eixo esta iniciativa, pedindo a solidariedade dos trabalhadores espanhóis, dos países imperialistas, e fazer da Repsol-YPF uma nova Aerolíneas neste momento?

Segundo, o feriado bancário decretado pelo governo demonstra a impossibilidade de responder ao problema da expropriação dos depósitos e a contradição e crise provocadas pela resolução da Corte Suprema de que sejam devolvidos. Há grandes possibilidades de que por aí passe uma parte importante da mobilização. Não seria muito importante se nos comprometemos a levar a todas as organizações uma proposta de ocupação de todos os bancos do país para exigir a nacionalização da banca e a devolução imediata dos depósitos dos pequenos poupadores? Queremos deixar sentadas estas iniciativas para ver como avançamos no debate sobre a ação conjunta.

PABLO RIEZNIK

PO- Partido Operário

O fato de que todos nós digamos que há um problema de poder, não significa que tenhamos acordo na formulação política desse problema.

Duhalde pode cair na semana que vem. Que resposta damos a isso? Se a exigência é que todos saiam do governo, por uma Assembléia Constituinte que reorganize o país de cima a baixo, para substituir os governos peronistas, radicais etc. Se essa bandeira concreta ajuda para que Duhalde saia, é uma bandeira revolucionária. Se, ao invés disso, propomos um governo operário cuja formulação não podemos dar, porque o instrumento não está, o reconhecimento do problema do poder é formal. Que Duhalde saia e que venha outro e nós continuamos construindo o duplo poder. A constituição desse duplo poder deve ser feita em torno a bandeiras que surgem da realidade, da exigência política e da evolução do movimento operário e de massas.

O que eu disse sobre os bolcheviques foi que os revolucionários russos chegaram ao poder pedindo a Constituinte. Os revolucionários não fazem fetiche de nada. Nem da Constituinte, nem dos soviets, que, como se sabe, em algum momento foram abandonados pelos revolucionários em relação à exigência de que tomassem o poder, porque haviam deixado de ser soviets revolucionários. Hoje é uma resposta concreta. Sem isso o reconhecimento do problema do poder é formal. É uma ponte para acelerar a consciência política do movimento operário no sentido de que a única saída é um governo próprio de suas organizações, que exproprie o capital e destrua o Estado capitalista. A ditadura operária.

Segundo. Não podemos dar aos companheiros brasileiros a falsa idéia de que a esquerda argentina é uma esquerda atrasada, débil. Não podemos nos apegar ao registro anacrônico de alguma eleição, que está superado pela realidade. A esquerda argentina é, em muitos sentidos, muito desenvolvida. Vide o peso que têm as organizações que se reivindicam do trostkismo no movimento operário e popular. E o companheiro sabe que a Assembléia Piqueteira de 15 e 16 de feve-



reio é um bloco, do qual fazemos parte. O Partido Operário se jogou muitíssimo, e um partido que impulsiona essas iniciativas há tanto tempo não é atrasado. Atrasado é dizer que os problemas de poder se resolvem com uma unidade inclusive com companheiros que abandonaram o campo da esquerda.

Zamora declarou que não só repudia o MAS que integrou, como a todos os partidos, de esquerda ou não, que é necessário abandonar a idéia do poder, que não é necessário ter um programa, e que não fez nada, perdão, que fez de tudo para não participar da Mesa de Esquerda que nós integramos.

E, em nome da revolução e da unidade da esquerda, se privilegia a unidade com um caudilho que não tem nada por trás. Quando a esquerda debate os problemas programáticos, é um debate muito desenvolvido. A frente de esquerda, até onde pudemos chegar, foi impulsionada por todos. O PO não faltou ao compromisso. O impulsionou. Mas temos o problema da Frenapo, temos o problema de Zamora, estamos debatendo questões estratégicas.

Então, não quero que em nome da proposta que fazemos de Constituinte se oponha uma colocação genérica revolucionária de governo operário, que vale tanto para a Argentina como para a Tanzânia. Porque na Argentina hoje não há governo operário com organizações operárias. Talvez amanhã, com o grande desenvolvimento das organizações operárias, sim, estimulemos a proposta da bandeira de poder.

Há algo que é pueril, companheiros, em meio a uma revolução. Quando estamos pedindo a nacionalização dos bancos e a expropriação dos monopólios, os operários saem a pedir aumento de salários e a lutar contra o desemprego. Que dizemos a eles? Não podemos pedir aumento de salários porque estamos lutando para expropriar o patrão? Com a Constituinte e o poder operário há uma relação até certo ponto similar. Se impulsionamos em uma situação revolucionária a greve por salários, aproximamos a tomada do poder. Se em uma situação revolucionária temos de construir o duplo poder e levamos a fundo uma reivindicação democrática de poder, aceleramos a tomada do poder. É um debate resolvido em décadas de experiência do movimento revolucionário.

Então, saudamos a iniciativa do PSTU, mas o debate não está se iniciando hoje aqui. Me parece que clarificar é muito importante e o marco político que propomos é para ir mais além na experiência de uma frente de esquerda que reúna gente que quer um partido e gente que não quer um partido, gente que quer um governo operário, e gente que não quer um governo operário, gente que quer um programa e gente que não quer um programa, gente que quer nacionalizar os bancos e gente que não quer. Isso sim é um retrocesso no debate programático. E ali onde haja um avanço do movimento real, isso os companheiros sabem, sempre estará presente o Partido Operário.

ROBERTO SAENZ

MAS - Movimento ao Socialismo

Evidentemente, por falta de tempo, não ouvimos a opinião de todos, o que seria necessário para ter um verdadeiro debate. Em minha opinião, este debate deve ser desenvolvido também na Argentina. Sem demagogia, não só para ganhar as discussões de um lado ou de outro, de um partido ou de outro,

mas para ver se a militância socialista revolucionária alcança uma compreensão comum sobre os complexos problemas colocados pelo processo revolucionário argentino. Não para fazer demagogia, para ganhar mesquinamente a discussão, mas para progredir em uma perspectiva revolucionária e eventualmente em uma frente única revolucionária. Sobre isso, quero assinalar apenas duas coisas.

É preciso fugir de certa discussão doutrinária sobre palavras de ordem que devem ser qualificadas ao final da discussão. Me refiro aos companheiros do PO e do MST. De forma equivocada, os companheiros do PO propõem Assembleia Constituinte e os companheiros do MST, eleições já, ou que assumam um governo integrado por Zamora e Walsh, em uma Assembleia Legislativa fraudulenta e usurpadora.

Para fugir da discussão mesquinha, o que o processo revolucionário argentino coloca como novidade é que se dá contra uma democracia burguesa, que tem 18 anos na Argentina e que há uma profunda, muito profunda experiência das massas com essa democracia dos ricos, uma democracia fraudulenta e mentirosa, e com o mecanismo do voto, porque reiteradamente elas votaram e tiveram o oposto de suas expectativas e esperanças.

Em nossa tradição, sabemos que custou muito ao movimento de massas e ao marxismo revolucionário enfrentar circunstâncias na quais opera a democracia burguesa. Os mecanismos da democracia burguesa empantanaram, absorveram os elementos de duplo poder pela via do voto e as instituições do regime. E a novidade na Argentina hoje é esse processo das massas, depois de fazerem uma imensa experiência com as ditaduras militares e com a democracia burguesa. E isso dá o que pensar, não fazer nada apressado, mas pensar, porque as tarefas democráticas e o direito do povo a decidir o que fazer com o país devem confluir na busca, no esforço, no desafio por elevar o nível político, a construção, a centralização, o amadurecimento dos organismos que hoje não são de poder, mas que queremos trabalhar para que sejam.

Há também perigos no processo argentino. Não é uma avenida ampla rumo à revolução, não é um processo fácil. Seguramente vão ocorrer enfrentamentos duros, violentos, sangue e mortos nas ruas. É próprio de todo processo revolucionário. Revolução também significa reação, contra-revolução. Revolução também significa momentos de auge e momentos de retrocesso. E então, como definição geral, mas que há também que pensar, o problema da autodefesa, a autodefesa dos trabalhadores, dos lutadores, das massas e o problema de estar preparados para eventualidades, para giros muito duros da luta de classes, mas que efetivamente é um problema para todos os que querem dar seu esforço ao impulso revolucionário argentino, que não está assegurado. É apenas uma enorme possibilidade e um grande desafio.

JUAN CARLOS GIORDANO

MST - Movimento Socialista dos Trabalhadores

Em primeiro lugar, lamentamos que por uma questão de tempo não pudemos abrir o debate a todos os companheiros. Esperamos poder fazê-lo em outra oportunidade.

Acho que todos puderam ouvir o que ocorreu na Argentina e as propostas que temos implementado os diversos partidos de esquerda. E isso o fizemos graças aos companheiros do PSTU, ao companheiro Zé Maria, o companheiro Edú, todos os militantes da LIT no Brasil.

O companheiro Pablo, do PO, disse que é preciso ser claro, fazer um esforço para clarificar as diversas opiniões que existem. Eu concordo. E creio que o podemos fazer justamente porque houve uma revolução, porque caíram governos burgueses e porque estivemos intervindo nesse processo revolucionário. Por isso, não concordamos com o que disse o companheiro Petras, que a esquerda na Argentina ficou debaixo da cama. Não. Não ficamos debaixo da cama. Tivemos opiniões, tivemos política, tivemos feridos, tivemos presos.

Por isso, podemos chegar desta forma, mas em honra à realidade, sobre a base de que debatemos, mas também construímos,

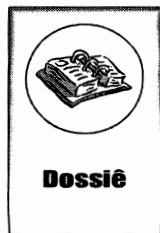
é importante para que haja clareza.

Os companheiros do MAS disseram que houve um vazio de poder. Já é uma definição muito importante, que nos obriga a dar uma resposta. Mas os companheiros chegam à conclusão de que não estava colocado o poder para os trabalhadores. Os companheiros do PO dizem que não estava colocado o problema do poder porque não havia um poder alternativo, um poder institucionalizado, um poder operário organizado e, por isso, creio que sua política foi completamente equivocada. Digo com toda seriedade, porque o MAS na Argentina, na década de 90, cometeu o mesmo erro. Porque levantamos a bandeira de *fora o governo* e propusemos às massas que fossem votar em uma Assembléia Constituinte quando o governo estava caindo. E não se pode enganar: Assembléia Constituinte é ir votar. E colocar a saída de ir votar, desculpem o tom, colocar isso quando o governo cai é, em nossa opinião, completamente equivocado.

O companheiro Pablo Rieznik diz que se Duhalde cai, vamos propor o voto em uma Assembléia Constituinte. É um erro, que é preciso propor que os trabalhadores governem, o povo e a esquerda, com os organismos e com o que existe na realidade. Essa é a tarefa dos revolucionários. Lenin disse em 1917 que é preciso explicar pacientemente que se não há um governo dos trabalhadores, não há saída. Porque quando as assembléias interbarriais votam por não pagar a dívida, nacionalizar os bancos, expropriar as empresas privatizadas, porque isso é o que se vota na interbarrial, é preciso explicar que esse programa só pode ser levado adiante por um governo dos trabalhadores e dos setores populares, e nesse caso agregamos a esquerda. E se os revolucionários não estão para isso, para quê estão?

Outra coisa é ir ao facilismo e dizer que hoje está colocado um Outubro bolchevique, revolucionário, como na Revolução Russa. Mas se o partido revolucionário, que tem de ir crescendo e conseguindo influência em anos, não o conseguimos a curto prazo, o que concluímos? Que não vamos chegar a um governo dos trabalhadores? É um erro.

Os companheiros da FOS colocam duas questões equivocadas. Se vocês não propõem a Constituinte, não estão dando resposta a um problema importante, de segunda ordem, mas importante: as ilusões democráticas que as pessoas ainda têm. Mas mais que ilusões democráticas, a questão é: Duhalde não foi eleito por ninguém, é um governo ilegítimo, os juízes não servem, a polícia não serve. Uma Assembléia Constituinte livre e soberana pode abrir o debate para que os trabalhadores tomem essa bandeira e se lancem contra o regime. Não se pode abandonar as bandeiras democráticas. Concordamos que são de segunda ordem, mas quero me referir ao último tema colocado pelo companheiro que diz que é preciso fazer um movimento amplo, revolucionário, e citou o companheiro Zamora e outras correntes. Para tarefas estratégicas não servem os movimentos amplos. É preciso construir a



unidade dos revolucionários.

É falso que Zamora não aceitou a proposta de assumir um governo de esquerda porque é uma Assembléia Legislativa anti-democrática. Isso se deu porque Zamora acha que os revolucionários, que a esquerda, não tem de colocar o problema do poder. Por isso, questiona os partidos políticos centralizados e de esquerda. Então, se o problema é Zamora, ou se o problema é o Partido Comunista, temos de dizer claramente, se aceitamos o desafio temos de deixar isso de lado e dar passos para construir a unidade dos revolucionários, porque se entramos em acordo aqui entre nós, estamos em melhores condições de poder empalmar com centenas e centenas de revolucionários que não estão nos partidos revolucionários para fazer a revolução em nosso país.

O companheiro acha que somos pequenos. E por isso é preciso a unidade da esquerda, dos lutadores. Para isso, a tática é: vamos unir a esquerda e os lutadores como a Esquerda Unida propõe. Oxalá consigamos isso, oxalá possamos voltar em outra ocasião dizendo que avançamos nessa tarefa. Porque na Argentina estão olhando para nós, se avançamos na unidade da esquerda e os revolucionários, isso vai ser um exemplo para os trabalhadores do Brasil. Se essa tarefa avança no Brasil, vai ser um exemplo para a Argentina. É uma tarefa mútua que temos de alcançar.

JOSÉ MARIA DE ALMEIDA

PSTU - Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

Antes de encerrar este debate, quero fazer duas observações. O companheiro Giordano, em sua primeira intervenção, disse que os companheiros do MST propuseram várias vezes a construção da unidade dos revolucionários, não só em um país, mas uma proposta encaminhada à própria LIT. É verdade, os companheiros encaminharam essa proposta, que também fizeram ao PO.

Primeiro, quero dizer que nós valorizamos muito isso. As revoluções na história às vezes dividiram os revolucionários, mas às vezes os uniram.

O desafio que está colocado hoje pela situação argentina exige de todos nós, que nos reivindicamos da tradição revolucionária socialista, particularmente as organizações trotskistas, fazer tudo, tudo o que estiver em nosso alcance para que nesta revolução ocorra a segunda hipótese, que ela nos una a todos, que una os trotskistas, as organizações das massas, para poder fazer dessa revolução uma revolução vitoriosa.

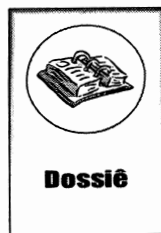
Nós não temos a mesma visão que os companheiros do PO sobre o papel da Constituinte nesse momento. Temos outra compreensão da tomada do poder em 1917, na Rússia, pelos bolcheviques. A bandeira central de poder dos bolcheviques era: *Todo poder aos soviets!* O partido bolchevique manteve a defesa da Assembléia Constituinte porque os Socialistas Revolucionários (SR), que representavam os camponeses, aliança fundamental para a classe operária tomar o poder, defendiam a Constituinte. Então, o partido bolchevique também manteve sua defesa, mas não foi a bandeira central nesse momento. É isso que não vemos na Argentina hoje. Não vemos nenhum setor social exigindo a Constituinte, como fizeram, na Rússia, os Socialistas Revolucionários.

Temos, evidentemente, avaliações diferentes sobre a importância do papel das organizações de massas no processo de disputa do poder. Além do partido revolucionário, que também é decisivo. A dinâmica política que pode fazer com que esses organismos, com todos os problemas políticos que tenham, evoluam e se transformem em instrumento concreto da tomada do poder, como ocorreu com os soviets na Rússia. Não era o partido bolchevique que dirigia os soviets até pouco tempo antes da tomada do poder em 17. Nesse sentido, é muito importante a construção de uma Frente de Trabalhadores e da Esquerda, que possa aglutinar o conjunto de experiências de organização e transformá-lo nessa alternativa de poder. Todos aqui concordam que não está construída, neste momento. Temos de ver com muito cuidado o papel que Zamora pode cumprir neste processo. Temos muitas diferenças com Zamora. Fiz uma reunião com ele também na Argentina. Mas

queremos tratar com cuidado cada caso, porque o processo político da Argentina é muito rico. Zamora teve uma posição correta no parlamento, mas tem também posições, no mínimo, muito confusas. Sabemos disso. Mas neste momento os revolucionários têm a obrigação de disputar a consciência e a direção dos processos políticos que existem no país. Para nós, Zamora faz parte disso. Vamos tentar ganhá-lo para esta proposta. Não sabemos. Pode ser que não. Mas queremos tratar com cuidado esta questão. Com cuidado.

Por último, quero reafirmar que, para nós, este debate não se encerra aqui. Mas quero agradecer profunda e sinceramente aos companheiros do MAS, de PO, do MST, da FOS que aceitaram o convite e nos possibilitaram este lindo debate, que pode ser um ponto de apoio, por pequeno que seja, para que possamos avançar. Como disse o companheiro Ricardo, precisamos avançar a partir dos acordos que temos neste momento, buscando construir essa unidade estratégica que queremos e que as massas argentinas tanto precisam, buscando desenvolver, a partir do grau de unidade que temos agora, ações concretas que permitam avançar a luta, a consciência e a organização dos trabalhadores e da juventude argentina.

Espero que este debate tenha sido útil não só para os revolucionários argentinos, como também para todos nós que lutamos pela revolução socialista em todo o mundo. 🌐



ARGENTINA: UMA REVOLUÇÃO EM MARCHA

MARIÚCHA FONTANA

Direção Nacional do Partido Socialista dos trabalhadores Unificado (Brasil)

Na Argentina, a partir das jornadas de 19 e 20 de dezembro, há uma revolução em curso que deixou em ruínas a democracia burguesa, criou uma situação de poder dual e forjou embriões de novos organismos de poder operário e popular. A revolução explodiu pela mesma razão que explodem todas as revoluções: porque a vida se tornou insuportável para as massas.

A partir de 19 e 20 de dezembro, as massas, com sua ação, conseguiram importantes conquistas, mas ainda não foram vitoriosas. Elas derrubaram o “todo poderoso” ministro da economia, Domingo Cavallo, o presidente De la Rúa, e os três presidentes que o sucederam, mas ainda não conseguiram tirar o poder das mãos dos capitalistas, atrelados até a medula ao imperialismo. Por isso, os problemas angustiantes que deram origem ao levante da população – o desemprego, a fome, o roubo dos depósitos bancários, a destruição da saúde pública, da educação se mantiveram e se agudizam.

No passado não muito distante, o regime militar que, com o pretexto de “salvar o país”, assassinou mais de 30.000 pessoas, terminou em um completo fracasso, deixando a economia em farrapos e o país em seu conjunto mais dependente do imperialismo. O regime democrático-burguês, que prometeu recuperar o país depois da tragédia militar, foi o mecanismo preferencial usado pelo imperialismo para colonizar o país e assim se chegou à atual situação. Hoje, a Argentina é um país quebrado.

A realidade está mostrando aos olhos da população que não se trata do fracasso de tal ou qual regime, mas do fracasso do capitalismo ou, para ser mais precisa, do fracasso de um Estado capitalista colonizado. Esta conclusão, que a esquerda revolucionária chegou há muito tempo, hoje é compreendida por amplos setores do movimento de massas que exige, entre outras coisas, que não se pague mais a dívida externa e se nacionalize os bancos. A realidade é por demais eloqüente e é justamente ela que empurra as massas a protagonizar o segundo ato da revolução, que não consistirá somente em derrubar o presidente de turno, mas em derrubar o Estado capitalista colonial para ser substituído pelo Estado dos operários e do povo.

As massas argentinas, ao derrubar a equipe Cavallo-De La Rúa, cumpriram o primeiro ato da revolução. Agora trata-se de cumprir o segundo.

A revolução argentina poderá cumprir este segundo ato? Hoje não podemos saber. O resultado desta batalha dependerá da capacidade da classe operá-



ria para acaudilhar este processo de desenvolvimento da organização das massas e da construção de uma direção revolucionária. O que sim podemos afirmar é que da resolução desta tarefa dependerá que a Argentina arruinada se recupere, ou que, pelo contrário, ela se transforme em um dos países mais atrasados e arruinados do continente.

A Argentina não vive uma crise, mas uma catástrofe

O que ocorre hoje na Argentina em termos de desastre econômico e social só é possível ser comparado com os efeitos de uma guerra. O avanço da recolonização imperialista nos últimos 20 anos na Argentina arrebitou o país e seus efeitos são de uma verdadeira catástrofe sobre o povo. Para termos uma idéia desta catástrofe, vale recordar que o valor atual do PIB é equivalente à metade do valor de 11 anos atrás e este processo de destruição se aprofunda. O último relatório do FMI prevê, para o ano de 2002, uma nova queda de 15% do PIB.

Para que tenhamos uma idéia do significado destes números, é necessário compará-los com outras experiências internacionais. A famosa crise do ano de 29 nos EUA provocou uma brutal queda do PIB, que, no entanto, foi menor que a prevista para a Argentina para este ano. Efetivamente, nos EUA, como resultado da crise de 1929, a máxima queda do PIB em um ano foi de 13% em 1932, isto é, 2% menos que o previsto para a Argentina neste ano. A queda da economia Argentina é tão grande que, na atualidade, um índice pior só se dá na Faixa de Gaza e na Cisjordânia, onde desde o começo da Intifada, o PIB teve uma queda de 33%, ainda que, como se poderá ver, se levamos em conta a realidade dos últimos 11 anos, a queda na Argentina é muito superior.

Os efeitos da catástrofe se refletem em tudo, como dá conta o último censo nacional do país, realizado em 2001 e analisado pela demógrafa mais importante da Argentina em uma entrevista ao jornal *Página 12*: “Salvo hecatombe ou uma situação social extrema,

como uma guerra, a esperança de vida tende a subir sempre”, diz a demógrafa Susana Torrado. “Mas aqui não. Supuseram que entre 1990 e 2000 haveria um aumento moderado da esperança de vida e de acordo com a projeção mais auspiciosa, a população esperada para 2001 era de 37.800.000 (..) e as piores perspectivas previam uma população de 37.200.000, já abaixo da média mais baixa recomendada que seria de 37,5 milhões (...). Os dados preliminares deram uma população de 36 milhões”.

A Argentina de hoje é um país saqueado, com um nível de desemprego oficial de 23% (que supera 50% se contamos os subempregados). A maioria da ex-poderosa e rica classe média está em ruínas, a tal ponto que uma boa parte dela deixou de pertencer a esse setor social para somar-se aos novos contingentes de pobres, obrigados a viver como subempregados ou diretamente como desempregados crônicos.

A classe trabalhadora vive sob um ataque ininterrupto, amarga o desemprego, as demissões constantes, a precarização do trabalho e um rebaixamento brutal dos salários. No serviço público, os sucessivos “ajustes” têm cortado os salários diretamente ou indiretamente, pagando os mesmos – quando pagam – com títulos podres do governo, que não são aceitos por seu valor de face no mercado.

Só em fevereiro deste ano mais 75 mil trabalhadores foram demitidos, em março mais 65 mil e agora o novo plano do FMI exige 400 mil novos demitidos do setor público. A cada novo dia, quando se pensa que já se chegou ao fundo do poço de uma situação intolerável para as massas, sem que se veja uma luz no fim do túnel, os trabalhadores, os desempregados, a parcela que ainda resta da classe média e a maioria do povo argentino descobrem que a bancarrota não pára.

Argentina, um país colonizado

Não é possível explicar a atual situação da Argentina sem entender o processo de recolonização imperialista que saqueou e continua saqueando o país.

A Argentina, a partir do golpe impulsionado



pelos EUA, que derrubou o General Perón, em 1955, começou a sofrer uma ofensiva colonizadora de caráter brutal. Desta forma, um país que havia conquistado uma relativa independência, acabou por converter-se em uma semicolônia do imperialismo e hoje já é praticamente uma colônia.

Nos últimos 25 anos, e a partir da instalação da ditadura em 1976, a dependência crescente do país ao imperialismo vem concentrando riqueza numa ponta e socavando as condições de vida das massas na outra. Na década de 80, pós derrubada da ditadura, a situação se agravou. Apesar da tremenda vitória que foi a derrubada do regime genocida ditatorial, as massas não conseguiram resolver a principal tarefa democrática: a libertação do país do imperialismo. Na década de 90, toda a situação dá um salto e com a crise do neoliberalismo os ataques ao nível de vida da classe trabalhadora e a verdadeira expropriação da classe média ganham uma nova dimensão.

A dívida externa argentina hoje é de 132 bilhões de dólares, apesar de que nos últimos 25 anos o país já pagou 200 bilhões de dólares aos bancos estrangeiros. Entre 1995 e 2001 foram pagos, só de juros e em dinheiro vivo 40 bilhões de dólares. O patrimônio público do país foi integralmente privatizado e desnacionalizado. Também foi desnacionalizado o grosso do sistema financeiro e a maior parte da indústria. Só nos últimos três anos estima-se um “desinvestimento” de 45 bilhões de dólares no país, dinheiro que tais empresas lucraram, mas não somente não reinvestiram um tostão na produção, como enviaram para o Exterior. Só a soma deste dinheiro, se tivesse sido investido no país significaria um PIB, em dólares, mais de 100% superior ao de hoje. Nesta conta não está entrando nem toda remessa de lucros, nem pagamento de royalties e nem o que é gasto com importações. Menos ainda o que é remetido ilegalmente para fora do país. Somente nas vésperas do *corralito*, que confiscou as poupanças e depósitos da classe média, pelo menos mais 40 bilhões de dólares de bancos e grandes empresas estrangeiras fugiram para o Exterior. A soma disso tudo certamente daria um número recorde de saque colonial, de roubo de um país e de um povo. A classe dominante argentina e sua superestrutura política, nas suas relações carniais com o imperialismo, é sócia do roubo. Basta dizer que estima-se em 100 bilhões de dólares o montante que os capitalistas argentinos têm em contas fora do país.

O caráter da revolução e o papel da classe média

A mídia, em praticamente todo o mundo, buscou mostrar a insurreição espontânea de 19 e 20 de dezembro como a “revolução da classe média”. A importância que deu a este setor social na luta contra o confisco das contas bancárias (o chamado *corralito*), assim como a composição social dos famosos *cacelorazos* estariam dando razão a esta teoria. No entanto, uma análise dos fatos mostra que estamos frente a uma revolução de caráter operário e popular (onde a classe média joga um papel muito destacado).

A descrição do estudioso Nicolás Iñigo Carrera dá a real dimensão do que ocorreu naqueles dias: “As mobilizações do movimento operário organizado (...) em todo território nacional, precederam a greve geral do dia 13 de dezembro

(...), que teve uma altíssima adesão (mais de 80%). No transcurso da greve, desempregados cortaram estradas e acessos na Capital, Tucumán e Jujuy, enquanto pequenos proprietários rurais o faziam em Rio Negro; assalariados estatais e desempregados manifestaram-se nas ruas e apedrejaram bancos e um jornal diário em Córdoba; manifestantes invadiram a prefeitura de Pergamino; assalariados estatais e desempregados apedrejaram e tentaram incendiar edifícios públicos, bancos, empresas estrangeiras e um diário em Neuquén, dando lugar a 5 horas de enfrentamento de rua com as forças especiais da polícia. Na mesma noite de 13 de dezembro começaram os saques (e tentativas e ameaças) em supermercados e outros locais comerciais de Mendoza, que no dia seguinte se repetiram em Mendoza e Rosário (Santa Fé); e nos dias seguintes em numerosas localidades como Concordia, Concepción del Uruguay e Gualeguaychú (Entre Ríos), Avellaneda, Quilmes, San Martín, Boulogne, San Miguel, Ciudadela, Moreno, Lanús e Lomas de Zamora (na Grande Buenos Aires), na Capital Federal, San Juan, Santiago del Estero, Neuquén, Mendoza, Córdoba, Cipolletti (Rio Negro) até alcançar um número de 800 a 1000, em vários dos quais (...) se produziram choques com a polícia e tiroteios.

(...) não são só saques que acontecem nestes dias: há ocupação pacífica de edifícios públicos (na cidade de La Plata os professores tomaram a sede do Banco da Província de Buenos Aires), mas também ataques a sedes governamentais, com enfrentamento de rua com a polícia (como ocorreu dia 19 em Córdoba e na Assembléia Legislativa de La Plata) e inúmeros cortes de estradas e ruas que duraram dias. No dia 19 foi bloqueada Ponte General Belgrano que une Corrientes ao Chaco, todo o sul da província de Tucumán e as províncias de Jujuy, Chaco e Entre Ríos.

A resposta do governo, com a decisão de decretar o estado de sítio (...) desata a mobilização e manifestação (*cacerola*), principalmente da classe média (assalariada e não-assalariada) mas também de outros assalariados(...)

A ação fundamental do dia 20 foi o combate de rua que, em nossa hipótese, foi protagonizado pelas massas e deveria ser conceituado como insurreição espontânea”.

Isto mostra o que de fato ocorreu (e continua ocorrendo) um movimento que abarca um amplo espectro social atacado pelo imperialismo e pelo capitalismo. É isso o que explica a explosão revolucionária dos dias 19 e 20 de dezembro, explosão na qual a classe média jogou um papel detonante.

A pequena burguesia argentina, por seu próprio caráter, frente aos grandes acontecimentos políticos ocorridos no passado, tendeu a dividir-se entre os que se aproximavam do proletariado e suas lutas e os que se mantinham fiéis à burguesia, seus governos e seu partidos. No entanto, para sermos justos com a história, é necessário dizer que quem se aproximou do proletariado foram os setores minoritários, enquanto que a ampla maioria se manteve em posições reacionárias. Todos os movimentos políticos mais reacionários que ocorreram na Argentina nos últimos sessenta anos encontraram uma poderosa base social na classe média. Foi assim no golpe pró-imperialista que derrubou Perón em 1955, no golpe militar de 1976 e, recentemente, na vitória eleitoral de De la Rúa.

É muito importante estudar o papel da classe média argentina neste processo, não para chegar à conclusão, evidentemente equivocada, sobre a “revolução da classe média” (que, na realidade, significa dizer que não houve uma revolução), mas para encontrar uma explicação de porque a poderosa classe média argentina, nesta oportunidade, jogou um papel tão diferente.

Pretende-se explicar esta situação a partir do famoso *corralito*. Isto é, a classe média voltou-se opositora ao governo em defesa de sua poupança. Isto é só uma parte da verdade, e não a mais importante. Ela não explica, por exemplo, porque a classe média, de forma massiva, não só se volta opositora ao governo, mas que confraterniza e se une, na luta, com os trabalhadores e os desempregados.

Este comportamento inédito explica-se porque estamos frente a uma classe que a ofensiva

imperialista está destruindo. Alguns dados, fornecidos por órgãos do próprio governo, mostram esta situação. Só nos primeiros meses deste ano 60 mil pequenas empresas quebraram. Por outra parte, segundo dados do Indec (o instituto de estatísticas do governo), durante o ano passado, 863 mil pessoas de classe média, em Buenos Aires e Grande Buenos Aires, se converteram em pobres. Isto é, a cada dia, só neste setor do país, 2.364 pessoas caíram da classe média para abaixo da linha de pobreza. Já a secretaria do governo que cuida dos sem-teto, dá conta de que 21% dos que vivem nas ruas e debaixo das pontes também vieram da classe média. Essa secretaria dá um outro dado: 6% das pessoas que atualmente não têm onde viver, e por isso dormem na rua, têm nível universitário.

Claro que não é esta a realidade de toda a classe média. Há ainda os que conseguem manter o dinheiro na poupança, mas... estes tiveram seu dinheiro seqüestrado com o *corralito*.

Então, quando na Argentina falamos em “classe média”, é necessário compreender que estamos falando de um setor social em decomposição e em permanente mutação. É equivocado falar de revolução da classe média, e não só porque esta definição minimiza o papel dos outros setores na luta, mas fundamentalmente pelos inimigos que a mobilização enfrenta em seu conjunto: o imperialismo e o grande capital. Também pelas reivindicações que levanta, que são de caráter claramente anticapitalista. Neste sentido, longe de enfrentar uma revolução da classe média, estamos frente a uma revolução operária, popular e antiimperialista.



Uma revolução contra a democracia burguesa

Há traços gerais e mesmo leis que acompanham todas as revoluções que é necessário estudar. Ao mesmo tempo cada revolução tem suas particularidades.

A revolução argentina tem um traço que, sem ser inédito, a distingue da grande maioria de outras revoluções, que é ser uma revolução contra um regime democrático-burguês. Existem muitos traços comuns entre a revolução argentina e a que se deu na Rússia em fevereiro de 1917, mas também existe a importante diferença que assinalamos anteriormente.

O dezembro argentino se assemelha ao Fevereiro Russo por sua espontaneidade, inconsciência, falta de organização, pela diluição da classe operária numa sublevação popular. Porém, guarda também uma enorme diferença. A revolução não enfrenta uma ditadura, menos ainda uma autocracia monárquica.



A Argentina, por sua vez, também não tem ¼ de sua população no campo e menos ainda carregando laços de servidão e traços feudais. A revolução argentina se arremete contra a democracia burguesa, depois de larga experiência e desilusão com esta. As ilusões republicanas e parlamentaristas fortíssimas que existiam na Rússia não existem na Argentina de hoje, muito pelo contrário.

Em 1983, logo após a derrubada da ditadura na Argentina, as expectativas democráticas das massas eram enormes. Alfonsín se elegeu presidente repetindo os bordões “com democracia se come”; “com democracia se cura”; “com democracia...”, enfim, as massas acreditavam que com democracia burguesa sua vida melhoraria sensivelmente. Quase 20 anos de democracia burguesa depois, a vida das massas só piorou e hoje elas vivem uma situação de catástrofe intolerável. Uma das ações das massas é o famoso “escrache” contra os políticos. Sendo que no “escrache” contra Alfonsín, quando populares cercaram sua casa, a massa gritava “com democracia se come? Seu filho da...”.

O grito de guerra das massas argentinas é *que se vayan todos e no quede uno solo*. Não se levantaram somente para derrubar De La Rúa, se levantaram contra todas as instituições (Executivo, Legislativo, Suprema Corte, Polícia, Exército) e todos os políticos, juizes e membros do regime.

Não questionam apenas todas as instituições e os partidos do regime, questionam hoje o sufrágio universal: as eleições. É voz corrente entre as massas que as eleições só servem para que eles todos continuem governando. Não é casual que no levante multitudinário que derrubou Cavallo e De La Rúa não tenha surgido nas massas a reivindicação de eleições. No último pleito, meses antes do levante, o grande vencedor foi o *voto bronca* (nulos e branco), majoritário na capital.

A experiência com a democracia burguesa é profunda. O ódio contra os políticos e todas as autoridades é enorme. Não é por outro motivo que estes não podem sair à rua. Basta que qualquer figurão – ministro, ex-ministro, deputado, juiz – seja reconhecido em qualquer lugar que

se encontre e é cercado, xingado, desmoralizado e agredido. E não é que isso seja feito por uma vanguarda militante, é feito pelas massas, inclusive setores de classe média. Já expulsaram políticos de avião, de restaurantes, de onde quer que se encontrem. As massas sentem e são conscientes da enorme podridão do poder “democrático” da burguesia. As massas identificam nas instituições e em todos aqueles que as conduzem os vendedores da pátria, os que entregam a riqueza do país para o capital estrangeiro, os que empobrecem o povo, enquanto nadam em dinheiro e corrupção.

A situação de poder dual e os embriões de organismos de duplo poder

Na Argentina pós-dezembro, a ordem burguesa vive uma profunda desordem e isto não se deve somente ao desastre da economia, mas ao fato de que, ao lado do poder do Estado burguês, surgiu outro poder, o das massas mobilizadas. Isto começou em 19 de dezembro, quando o presidente De La Rúa, frente aos saques da multidão aos supermercados, decretou o Estado de Sítio e centenas de milhares não o acataram e saíram às ruas para derrubá-lo. A partir daí, esse poder alternativo não parou de manifestar-se.

Acontecem todos os dias coisas que num país que não esteja vivendo uma revolução não ocorrem, por mais crise que exista. É impensável que neste momento, em países onde inclusive se desenvolve lutas importantes, como França ou Brasil, todos os dias pessoas comuns dirijam-se aos bancos com um martelo e quebrem todas as portas e janelas. Claro que casos como estes poderiam ocorrer, só que as pessoas que fizessem tal ação seriam imediatamente presas ou internadas em um manicômio. Na Argentina, as pessoas fazem isto de forma cotidiana, e o governo e os banqueiros respondem a tal ação trocando os vidros dos bancos privados por chapas de aço, que também são apedrejadas e marteladas pela população, provocando um barulho endurecedor.

Também é algo comum que os bancos sejam ocupados por seus clientes, sem que isto provoque uma violenta repressão policial. Na Argentina, pelo contrário, frente aos atrasos nos pagamentos ou a falta de dinheiro, as agências bancárias são ocupadas freqüentemente por seus clientes, sem que a polícia consiga impedir tal ação e na maioria das vezes nem sequer tente.

Os “escraches” são outra coisa totalmente incomum. Imaginem um país em que nenhuma autoridade pode sair às ruas? Não é que não possa ir a manifestações ou concentrações populares. Não pode ir ao supermercado, ao cinema, a um restaurante!

Normalmente os analistas de esquerda não valorizam suficientemente a existência deste poder dual, porque identificam, com razão, que faltam os organismos desse poder. No entanto, situação de poder dual não é o mesmo que organismos de poder dual, os quais, na Argentina, ainda são embrionários.

A revolução portuguesa de 1974 também tinha organismos embrionários de duplo poder, mas não deixava de ter uma situação de duplo poder. Assim o avaliava os dirigentes trotskistas da Fração Leninista e Trotskista da IV Internacional, entre eles Nahuel Moreno*: “(...) As massas ganham as ruas e intervem em cheio na vida política do país criando, de fato, com sua mobilização, um poder paralelo ao que exerce o Estado burguês. Este poder da classe operária não conseguiu ainda em Portugal dar forma a seus organismos soviéticos, porém, ainda assim, espontâneo e molecular como é todavia, mantém em xeque constante o poder da burguesia. Dois poderes enfrentados se anulam mutuamente (ao menos em grande medida). O resultado é um vazio político que a burguesia não pode tolerar.”

As assembleias populares que nasceram depois de dezembro, por sua vez, são um embrião de duplo poder. Agrupam uma ampla vanguarda nos bairros e têm apoio e respaldo de massas. Ainda não dirigem as massas como os soviets dirigiam e ainda não tomam generalizadamente tarefas de um poder paralelo. Também não existem ainda em todas as cidades e bairros periféricos, e não têm uma real centralização nacional. Não se unificaram de verdade com outros organismos da classe, como a organização dos piqueteiros, e outras. Tais embriões podem avançar, ou se frustrar e retroceder. Porém, até agora as assembleias têm se estendido e se fortalecido. Adotaram o programa antimperialista e muito progressivo, que já é maioria nas massas: defesa da nacionalização dos bancos, reestatização das empresas privatizadas, não-pagamento da dívida externa, emprego genuíno. Mas as assembleias não passaram ainda a assumir de modo generalizado o controle operário e a exercer seu poder na prática nos diversos terre-



* Trotskista argentino, fundador do velho MAS e da Liga Internacional dos Trabalhadores.



nos. E, mais importante, não se dotaram de um programa de transição que articule as tarefas concretas e imediatas com a construção do poder operário.

A primeira e principal tarefa posta para a revolução argentina é ajudar a que os embriões de duplo poder se desenvolvam, se estendam, se centralizem nacionalmente, levem à prática o programa que já defendem conscientemente: tomem em suas mãos o controle dos bancos, da produção, da distribuição de alimentos e do abastecimento. E, sobretudo, é preciso que estes se dotem de um programa de transição que articule as tarefas imediatas para preparar a tomada do poder.

As saídas que a burguesia procura para tentar desmontar a revolução

Se os revolucionários aprendem com as diferentes revoluções, a burguesia também aprende e também tenta diferentes alternativas para acabar com a ela.

A burguesia procura uma saída para a situação atual, também intolerável para ela, que não pode viver muito tempo sem poder exercer plenamente seu poder e impor alguma ordem. A revolução – embora possa durar mais tempo do que a russa, que teve todos seus prazos acelerados pela guerra – não permanecerá assim indefinidamente.

Hoje, todas as alternativas burguesas, tanto no terreno econômico e social, quanto no terreno político são complicadíssimas. Qualquer alternativa ou saída burguesa tem de conseguir controlar as massas.

Nas diferentes revoluções, a burguesia pode trabalhar com três variantes que não são totalmente contraditórias entre si. E, no caso argentino, seguramente todas estão sendo cogitadas.

Uma saída é a repressão, um golpe bonapartista, mesmo que em seguida dê um rosto civil a um novo governo. Esta, entretanto, não é uma saída fácil para a burguesia e é de alto risco, sobretudo pela experiência das massas com o genocídio da ditadura. Se o motor da revolução argentina é a recolonização imperialista, o

detonante do levante de dezembro foi a tentativa de De La Rúa de impor o Estado de Sítio. O genocídio é muito presente na consciência das massas. Não é por outro motivo que no último dia 24 de abril, aniversário de 26 anos do golpe militar de 1976, 100 mil pessoas foram às ruas demonstrar que ditadura nunca mais.

Outra saída é a reação democrática. É convencer as massas que com novas eleições e reformas no regime político – Constituinte e/ou parlamentarismo – o país pode melhorar. Esta é também uma saída de crise, mas que deu certo em várias revoluções, como em Portugal (com concessões econômicas e democráticas às massas) ou Bolívia de 1985 (sem concessões, mas com a anuência da direção das massas).

Há também dificuldades hoje nesta saída para a burguesia argentina, porque uma das particularidades desta revolução é que ela está em choque frontal com a democracia burguesa. E não somente com suas instituições e partidos tradicionais. A consciência das massas argentinas nesse terreno está muito mais avançada do que a das massas russas em 1917. Elas colocam em questão o sufrágio universal, o voto.

Uma terceira saída, não excludente com a anterior, é a conformação de um governo de colaboração de classes – ou um governo de Frente Popular, como historicamente é chamado (pela via eleitoral ou não necessariamente por essa via). Aqui também há mais complicação para a burguesia do que houve em outros países, porque outra particularidade da revolução é que o levante de dezembro se deu contra as direções colaboracionistas, que chamaram as massas a acatar o Estado de Sítio nos dias 19 e 20.

Entretanto, o fato de que hoje todas estas saídas sejam difíceis para a burguesia, não quer dizer que não ocorrerão.

No próximo período, muito provavelmente, veremos tentativas golpistas, eleições e projetos de Frente Popular, mas o que é bastante difícil é que, no quadro atual da luta de classes, tais saídas possam esmagar ou desviar a revolução. Claro que devemos entender que “o quadro atual” não vai se manter de forma indefinida. Como mostra toda a história das revoluções,

se a classe operária e o povo argentino não conseguem dar uma resposta positiva, a burguesia, nacional e internacional, com uma ou outra variante, acabará retomando o controle da situação.



A Esquerda, a Assembléia Constituinte e a questão do poder

O novos e inevitáveis levantes só poderão continuar colocando a questão do poder para o proletariado, mas não poderão resolver essa questão.

A questão do poder, ou melhor dito, a resolução da questão do poder na Argentina está colocada para a esquerda. Se a esquerda não se colocar a tarefa de preparar a tomada do poder pelo proletariado e, por conseguinte, a tarefa de derrotar uma a uma das saídas burguesas, o poder e a revolução já estarão perdidos de antemão.

Praticamente todas as organizações de esquerda da Argentina concordam que há uma revolução socialista em curso e também concordam que está colocado o problema do poder. No entanto, a compreensão de um determinado problema, ainda que signifique meio caminho andado, por si só não o resolve.

A respeito deste tema, Trotsky, analisando a revolução alemã dizia “A catástrofe alemã do ano passado (1923) colocou perante a Internacional Comunista o problema de como organizar a revolução e, em particular, a insurreição revolucionária (...) A social-democracia adotou para com a revolução a atitude que o liberalismo tinha em relação à luta da burguesia pelo poder (...) O liberalismo burguês especula sobre a revolução, sem assumir suas responsabilidades, no momento propício atrai para a balança a sua riqueza, ensinamentos e outros meios de influência de classe, a fim de deitar mão do poder. (...) Uma tal política de especulação passiva é totalmente incompatível com o comunismo que, em nome do proletariado e dos seus interesses, toma a seu cargo o objetivo da tomada do poder.”

A questão do poder é algo muito concreto, que exige uma política coerente, com tal objetivo e é aqui que começam as dificuldades para a esquerda argentina.

A questão do poder tem exigências muito concretas para os revolucionários, como, por exemplo, a questão militar. Sem uma correta política para paralisar e dividir as Forças Armadas, assim como um programa para o armamento das massas, toda a discussão do poder não passa, na melhor das hipóteses, de boas intenções. Mas tanto ou mais importante que esta questão é o problema mais geral, de orientação política em relação à questão do poder. Nesse sentido, em termos de esquerda revolucionária, há um debate muito interessante em torno da ques-



tão da Assembléia Constituinte.

Uma boa parte das organizações revolucionárias argentinas, entre elas o Partido Operário, em nome da experiência dos bolcheviques na Revolução Russa, reivindicava, como uma política central para o período, a convocatória de uma Assembléia Constituinte.

Para o PO, na medida em que os organismos da classe operária não estão suficientemente desenvolvidos, e na medida que o problema do poder estará rapidamente colocado para a ação (por exemplo, frente à possível queda do presidente Duhalde) a proposta de uma Assembléia Constituinte responderia, de forma concreta, ao problema do poder.

O PO tem razão ao retomar a experiência da Revolução Russa sobre esta questão. Onde se equivoca é quando diz que essa política era do Partido Bolchevique. Na realidade, a política que o PO defende foi a política de uma ala desse partido (conhecida como a direita bolchevique), mas ela foi derrotada pela maioria do mesmo, encabeçada por Lenin.

A política bolchevique, a partir da Revolução de Fevereiro, foi uma batalha mortal contra a Assembléia Constituinte como alternativa de poder. Por isso, o governo dos soviets encabeçado pelos bolcheviques, acabou dissolvendo a Assembléia Constituinte.

Na Rússia, na luta contra o czarismo, isto é, até a Revolução de Fevereiro, a palavra-de-ordem de Assembléia Constituinte ocupava um lugar central para toda a esquerda, inclusive os bolcheviques. No entanto, essa realidade mudou a partir da derrota do czarismo na Revolução de Fevereiro. A partir desse momento, os bolcheviques orientaram sua política em direção ao poder operário e, para isso, centraram toda sua ação no desenvolvimento dos soviets e, desde essa perspectiva, combateram a Assembléia Constituinte como alternativa de poder. A bandeira que resumia a orientação bolchevique era: *todo o poder aos Soviets!*

Esse combate não foi fácil, porque a Rússia, diferentemente da Argentina, nunca havia sido uma república. Por isso, havia enormes ilusões nas instituições da democracia burguesa, em

especial na Assembléia Constituinte. É por isso que os bolcheviques se viram obrigados a usar uma tática para enfrentar a Assembléia Constituinte, que levava em conta as ilusões das massas. Essa tática consistia em dizer que estava muito bem a Assembléia Constituinte, mas que não se podia confiar em uma Constituinte convocada pelo governo. Que só os soviets no poder poderiam convocar uma Assembléia Constituinte e, por isso, o centro de toda a política deveria ser: *todo o poder aos soviets*. A tática bolchevique tinha um objetivo claro: convencer as massas, por sua própria experiência, de que seu organismo eram os soviets, e não a Assembléia Constituinte.

A partir daí, a história é bem conhecida. Os bolcheviques, à frente dos soviets, de operários e camponeses, tomaram o poder. Na direção dos soviets, cumpriram seu compromisso com as massas e convocaram eleições para a Assembléia Constituinte e, como não podia ser de outra maneira, na medida em que se tratava de um órgão da democracia burguesa, eleita pelo sufrágio universal, os delegados que defendiam o novo poder dos soviets (entre eles os bolcheviques) foram absoluta minoria na Assembléia Constituinte. Na primeira sessão da Assembléia, os bolcheviques propuseram que se votasse o reconhecimento do poder dos soviets, coisa que foi rechaçada pela maioria burguesa. A partir daí, os soviets dissolveram a Assembléia Constituinte. O objetivo bolchevique foi cumprido. Os operários e camponeses, organizados nos soviets, puderam ver, com seus próprios olhos, que a Assembléia Constituinte era um organismo contrário ao governo dos soviets, e por tanto, alheio a seus interesses.

Como se poderá ver, a política do Partido Operário na Argentina pouco tem a ver com a política de Lenin na Rússia. Se este houvesse tido a mesma política do PO, no mês de abril (quando os soviets eram embrionários) haveria defendido: *Assembléia Constituinte já!* Ou, *todo o poder à Assembléia Constituinte!*, o que significaria todo o poder à burguesia. Mas o problema é ainda mais grave, porque a Argentina, diferentemente da Rússia de 17, não vem de toda uma vida de mo-

narquia, e por isso, não existem as expectativas que existiam na Rússia com a Constituinte. A Argentina vem de uma enorme experiência com a democracia burguesa. Na Rússia, Lenin se viu obrigado a ter uma tática para a Constituinte para conseguir que as massas deixassem de ter expectativas nela. Na Argentina, tal tática não é necessária, porque não há nenhum setor do movimento de massas que reivindique eleições para uma Assembléia Constituinte. Nesse sentido, o papel do PO, e das outras organizações que defendem uma política similar, não é combater as ilusões na Constituinte, como fazia Lenin, mas criar tais ilusões entre as massas, o que evidentemente, as distanciam do poder.



A esquerda e a questão da direção

A revolução argentina enfrenta-se com toda a velha ordem, a tal ponto que os políticos dos diferentes partidos tradicionais não podem nem aproximar-se das mobilizações ou dos organismos surgidos da revolução, como as Assembléias Populares. No entanto, o mesmo não ocorre com os militantes e dirigentes dos partidos de esquerda. Eles são parte ativa das mobilizações e dos novos organismos, e isto é possível porque as massas mobilizadas, a partir de sua experiência, têm assumido muitas bandeiras que antes eram defendidas, quase exclusivamente, pela esquerda revolucionária, como, por exemplo, o não pagamento da dívida externa, a nacionalização do sistema bancário ou a expropriação das grandes multinacionais.

Mas o problema dos partidos burgueses não é só que não podem aproximar-se dos novos organismos. O problema é que se o fizessem, frente ao desastre do sistema, teriam muito pouco, quase nada, a propor. Desta forma, na medida que a crise e o ascenso se aprofundam, a questão do poder está colocada, cada vez mais, para a esquerda revolucionária. No entanto, há uma contradição na revolução argentina que, por outro lado, é bastante comum na maioria das revoluções. Esta contradição é que a situação se desenvolve de forma muito mais acelerada que as organizações revolucionárias.

Na Argentina, as organizações de esquerda, desde o ponto de vista orgânico, são relativamente pequenas. Possivelmente nenhuma delas supere os mil militantes, e nenhuma delas chega a ter influência de massas. No entanto, a Esquerda, vista como movimento, ganhou muito peso no último período.

O problema do poder da classe operária coloca, com força dobrada, o problema da direção revolucionária. Nesse sentido, tentar resolver a contradição que há entre a debilidade orgânica dos partidos e grupos revolucionários e o peso que a esquerda



tem como um todo, é uma questão central da atual revolução na Argentina.

A atual dispersão da esquerda revolucionária em múltiplas organizações é algo que conspira contra a construção de um ou vários partidos revolucionários poderosos. Esta realidade é tão aguda e tão sentida pelo ativismo que, se é certo o que dizíamos anteriormente, que nenhuma organização possivelmente supere os mil militantes hoje, não é menos certo que se se conformasse uma frente, ou um movimento, que agrupasse as correntes operárias e de desempregados junto com os partidos da Esquerda, o mesmo teria um poder de atração tal que poderia agrupar 30 mil, 40 mil, ou talvez mais ativistas. Por que não encarar então esse desafio?

A esquerda reformista, em muitas oportunidades, encarou a construção deste tipo de frente política. Por que a esquerda revolucionária, na Argentina, não pode fazer o mesmo?

Contra esta idéia, argumenta-se, neste caso também o PO, que uma frente deste tipo precisaria de um acordo programático de fundo em relação à questão do poder. Claro que isto seria o ideal. Mas se tal acordo existisse na esquerda revolucionária, não estaríamos frente a esta contradição.

É certo que uma frente de esquerda e dos

trabalhadores não resolve, por si mesma, a questão da direção revolucionária, mas abre caminho para isso, porque em uma organização com estas características, os debates estratégicos sobre as saídas para a Argentina seriam feitos com milhares de ativistas operários, jovens e populares, no marco de uma atividade comum na luta de classes.

Todos estes ativistas e organizações terminariam abraçando um programa comum, revolucionário, que permitiria construir uma organização centralizada democraticamente?

Não o sabemos, é provável que não. Mas o que não temos dúvida é que, se a revolução continua avançando, haverá um processo de reagrupamento de organizações e ativistas que abrirá a possibilidade de construir uma organização revolucionária, centralizada democraticamente, qualitativamente superior a qualquer das que hoje existem.

Esta discussão sobre a possibilidade de construir uma frente ou um movimento de esquerda na Argentina, de todos os pontos de vista, isto é central porque tem a ver com o problema dos problemas da revolução argentina e latino-americana: a questão da direção revolucionária de massas, sem a qual não se pode nem sequer sonhar com o poder da classe operária. 🇦🇷

AS EXIGÊNCIAS E BANDEIRAS DEMOCRÁTICAS NA “HORA DO TROTSKISMO”

HORÁCIO LAGAR

Membro da direção da Convergência Socialista (Argentina)

A insurreição popular de dezembro na Argentina mostrou que a profetizada “hora do trotskismo” era muito mais que uma fanfarronada autoproclamatória dos fanáticos da Quarta Internacional. Essa é uma razão mais que suficiente para que *Marxismo Vivo* abra suas páginas ao debate sobre a melhor maneira de assumir esta *hora*, dado que nunca antes suas campanhas se fizeram ouvir com tanta força e dramatismo, sobretudo neste país, onde estamos tentando construir o partido trotskista, imprescindível para dar resposta a seu chamado com uma política revolucionária.

Este debate é decisivo porque a Quarta Internacional é a única corrente mundial que participa da insurreição com o objetivo de transformá-la em revolução e chegar ao poder operário para construir o socialismo.

Convergência Socialista, como parte do projeto de reconstrução internacional e nacional que a LIT impulsiona, não concebe melhor forma de levá-lo a cabo que apontando, entre outras coisas, *saídas políticas* às encruzilhadas da luta de classes, porque somente assim, acertando nestas saídas, poderemos ganhar a confiança das massas e de sua vanguarda.

Mas, para nós, as saídas políticas mais revolucionárias não são “as mais esquerdistas”, e sim as mais justas, isto é, aquelas que, respondendo às necessidades objetivas, melhor ajudam a pôr em movimento as massas insatisfeitas para modificar a seu favor a relação de forças com a burguesia. Assim nos ensinaram.

O processo revolucionário, agudizado pela insurreição, nos coloca um duplo desafio: por um lado, ganhar a classe trabalhadora e sua vanguarda para nossa estratégia e, por outro, ganhar a confiança da classe média que se mobiliza e resiste às imposições do regime. Neste último caso, “ganhar” significa neutralizar a classe média para que, pelo menos, não jogue a favor do inimigo.

Para o primeiro, as palavras de ordem de caráter anticapitalista e socialista não se discutem hoje entre os trotskistas. Mas o segundo sim, se discute. Ou seja, as palavras de ordem que respondem às exigências democráticas, já que para alguns dirigentes, este tipo de exigência ficou definitivamente superado pelo triunfo da uma suposta “revolução de fevereiro”.

Dizem: levantar bandeiras políticas democráticas é capitular à democracia

burguesa e distrair o proletariado de sua tarefa imediata, que é a tomada do poder para construir o socialismo.

Semelhante disjuntiva pretende resolver de maneira absoluta a antinomia entre o programa de “revolução democrático-burguesa” e o programa da revolução proletária.

Ignora o fato de que ambas são aspectos da revolução permanente e se juntam em uma mesma encruzilhada, agudizando a crise do regime. É uma contradição do desenvolvimento desigual e combinado nas condições da recolonização imperialista.

Desconhecer esta contradição não fortalece a luta da classe. Só “fortalece” as convicções ideológicas dos próprios militantes e simpatizantes.

Este último objetivo, lamentavelmente, parecer ser a principal preocupação de alguns dirigentes trotskistas, segundo constatamos na prática diária. Eles consideram que assim se constrói o partido.

Não negamos que este “principismo” satisfaz em parte as exigências daquela luta ideológica de que nos falava Lenin para enfrentar de maneira permanente os oportunistas da social-democracia. Mas é unilateral porque repete o que exigia Lenin ante os renegados do marxismo e esquece que o próprio Lenin os enfrentava politicamente, em todos os terrenos, com uma política que tentava educar, organizar e mobilizar de maneira independente.

Construir e fortalecer o partido é oferecer para cada circunstância uma linha de unidade de ação para colocá-lo à cabeça do movimento da classe em sua atividade frente a burguesia. Isto é, o partido se constrói “fazendo política”, o que significa proporcionar caminhos para a mobilização, não se limitar à propaganda, explicando idéias no nível mais abstrato dos princípios.

Como materialistas dialéticos, sabemos que uma diretiva política (leia-se palavra de ordem) responde ou não a uma necessidade básica profundamente sentida e desejada pela classe, ou um setor importante dessa classe, seja o proletariado ou a classe média, urbana ou rural.

Na Argentina de hoje devemos responder politicamente às necessidades básicas, sentimentos

e aspirações da população, tanto assalariada como pequeno-burguesa no sentido da propriedade. É facilmente reconhecível em suas mobilizações o papel e o peso da classe média empobrecida. Ignorar esse peso é sectário e suicida.

A consciência das massas e o Programa de Transição

É evidente que nem os trabalhadores assalariados, nem a classe média, se mobilizam por sentimentos ou aspirações de tipo socialista, e muito menos para dar o poder a um governo operário. Ambos protagonistas do processo querem expulsar os corruptos, exigindo *que se vão todos*, mas para substituí-los por funcionários “honestos” e respeitadores da Constituição e das leis. Este é o verdadeiro estado de consciência política das massas insurretas. Sobre ele aspiram a sentar sua liderança política os oportunistas de direita, de centro-esquerda e da Igreja, utilizando os “opositores” partidários e sindicais.

Os que alguma vez fizeram uma revolução ou participaram dela, sabem que é um crime político ignorar esse grau de consciência do sujeito histórico tradicional. Por isso, se colocam as bandeiras táticas *transicionais* com o fim de ganhar ou neutralizar um aliado de grande peso (ou potencial inimigo) e evitar que seja utilizado pela burguesia. As *exigências democráticas* (desde a unidade e independência nacional, a divisão da terra e a Assembléia Constituinte) foram sempre o ponto de partida para qualquer escalada revolucionária. Com esse fim, o trotskismo conseguiu elaborar um programa que chamou, não por casualidade, de “transição”.

Tratava-se de facilitar o trânsito ao poder operário, partindo do estado atual, objetivo e subjetivo, do sujeito revolucionário. Para um partido inserido na classe, que “faz política” e não apenas propaganda, isto significa ajudar as massas a pôr o pé no primeiro degrau, e logo impulsioná-las até o último degrau, que é o “poder operário” e tudo o mais.

Por isso, nenhuma palavra de ordem transicional do programa da IV Internacional pretende ser a “solução”, mas somente a “ponte”

ou o tapete vermelho aos pés das massas para que estas transitem desde o nível atual até... o poder operário. Assim o assinalamos toda vez que lançamos bandeiras como controle operário, escala móvel de horas de trabalho, e muito particularmente a bandeira de Assembléia Constituinte.

Nossos mestres nos ensinaram que, para implementar esta política revolucionária, devemos partir do estado real, e transformá-la em atividade independente, canalizando-a, pela via da experiência, no processo ininterrupto da revolução.



Ultra-esquerdismo e vanguardismo

Contra esses ensinamentos, nossos críticos atuais repudiam a bandeira de Assembléia Constituinte e nos declaram fora do marxismo por levantá-la na Argentina. Não só ignoram as aspirações e o grau de consciência política das massas, mas algo muito pior: substituem ambas por suas próprias aspirações e sentimentos, traçando uma linha reta entre o atual estado de consciência das massas e o “programa máximo” que é, nada menos, que a ditadura do proletariado e o socialismo. Não há dúvida que com semelhante linha reta se chega mais rápido ao socialismo, mas... oh dor! Tão somente na cabeça da supervanguarda doutrinação pelo ultra-esquerdismo.

Nos parece que este ultra-esquerdismo favorece a direita porque isola o partido do *sujeito eficiente*, e abandonando-o, deixa-o cativo da propaganda dos meios de comunicação, e serve-o de bandeja aos “opositores” da direita. Não é a melhor maneira de acaudilhar uma classe operária e neutralizar uma pequena-burguesia que, por agora, só culpam de seus males os corruptos e não as instituições do capitalismo.

Desde Lenin sabemos que as exigências democráticas não satisfeitas, não atendidas, ou pisoteadas pela burguesia decadente, passam a ser nossas exigências irrenunciáveis. Cedê-las a outras direções, de direita ou centro-esquerda, é um crime político e uma capitulação à burguesia. Contrariando esse sectarismo infantil, pretendemos ser os líderes “mais resolutos e decididos” desses direitos e reivindicações, dando-lhes a expressão política transicional e independente com a bandeira de Assembléia Popular Constituinte.

Sabemos que esta bandeira, como qualquer outra, assim como pode outorgar à classe operária o papel de *reorganizar o país*, pode servir também à democracia burguesa para seus objetivos mais reacionários e consolidar as instituições do sistema. O mesmo risco corremos quando propiciamos a formação de um sindicato, uma coordenação ou uma assembléia popular. Mas ainda assim, o importante não é o ponto de “chegada”, mas o caminho a percorrer durante a mobilização.

Mas ante qualquer perigo de capitulação, burocratismo, oportunismo, *temidor* ou *bonapartismo*, o remédio não é o abstencionismo sectário nem o ultra-esquerdismo infantil, proclamando “nada



de eleições, nem Constituintes, só poder operário e socialismo” (como fez a ultra-esquerda na assembléia da Praça de Maio).

Esta formulação não foi mais que a atualização da velha bandeira guerrilheirista de “nem golpe nem eleição, revolução”. Rechaçamos esta nova versão da teoria do “foco”, consistente em instalar-se no último degrau da escada e desde lá chamar as massas a que subam até lá, isto é, dizer-lhes que se façam trotskistas.

Longe de semelhante pretensão autoproclamatória, sustentamos a necessidade de inserir-se no processo e orientá-lo com uma linha de passos táticos transicionais e ascendentes, mediante os quais a classe mobilizada possa superar seu atual estado de consciência, cativa das instituições do sistema, e pôr o pé no degrau seguinte até subir ao último degrau que – esse sim – é o poder operário e o socialismo.

Combinar as tarefas democráticas e socialistas

Com esta estratégia estamos propondo a unidade de ação à esquerda e a vanguarda para criar um pólo de atração, levantando de forma combinada bandeiras anticapitalistas e bandeiras democráticas que respondam politicamente à atual crise e vazio de poder. Sem oferecer esta saída, o grito atual de “que saiam todos” cairá no vazio... e esse vazio será mais facilmente preenchido pelos políticos da burguesia. Trata-se de juntar na mesma luta a resistência dos assalariados por suas necessidades trabalhistas e econômicas, com as exigências democráticas profundamente sentidas por todos os setores mobilizados.

Por isso, resgatamos a bandeira de Assembléia Constituinte do arsenal teórico e político de nosso movimento internacional, sabendo que sua aplicação é sempre conflitiva. Em primeiro lugar, porque é uma bandeira de caráter de-

mocrático-burguês (não socialista), e, em segundo lugar, porque tem um caráter tático, não estratégico.

Requer não “princípios abstratos”, mas avaliações precisas e acertadas sobre as contradições de um processo muito dinâmico, cambiante por razões de tempo e lugar. Dialeticamente pode ser uma bandeira mobilizadora, democrática, revolucionária, antimperialista e corrosiva de todo o sistema... ou simplesmente reacionária. Só a linha orientadora de um partido revolucionário poderá determiná-la.

Não corresponde analisar aqui as diversas “Constituintes” de caráter contra-revolucionário, descartando que se usem como argumento polêmico para injuriar a que propomos. Contra essas Constituintes reacionárias, usamos a tática da denúncia e o boicote, como fizemos em 1994 com o Pacto de Olivos. O que devemos destacar é que nenhuma delas foi promovida como ferramenta de mobilização por uma direção revolucionária, e que por isto tinham o objetivo de “estabilizar” o regime, amarrando-o a novas normas jurídicas e institucionais dentro do sistema.

Para concluir esta apresentação do tema em debate, nos perguntamos o que ocorreria se na Argentina falida, arruinada econômica, política, social e institucionalmente, se o avanço da esquerda se concretizara em unidade de ação, levando a bandeira de Assembléia Popular Constituinte para reorganizar democraticamente o país sobre novas bases.

Se o trotskismo e os revolucionários se despojarem do ultra-esquerdismo declamatório poderão intervir de maneira efetiva na crise política, responder ao vazio de poder e ganhar um grande espaço na liderança das massas. Mas isto não será possível sem combinar as bandeiras operárias e socialistas com as exigências democráticas. ●

SOBRE A CONSTITUINTE NA RÚSSIA E O DEBATE ENTRE A ESQUERDA ARGENTINA

VIACHESLAV RODIN

Membro da direção do POI - Partido Operário Internacionalista, da Rússia e Ucrânia

Quando participei do Segundo Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, tive a sorte de presenciar a discussão sobre a revolução na Argentina entre os partidos de esquerda desse país proporcionada pelo PSTU, seção brasileira da Liga Internacional dos Trabalhadores (LIT). Tanto a cidade de Porto Alegre como o Estado do Rio Grande do Sul têm um governo do Partido dos Trabalhadores, a que chamam de “esquerda” e inclusive “governo marxista”.

A discussão entre os partidos de esquerda argentinos, ao contrário do que se deu com as organizadas pelo “governo marxista”, que se realizaram no *campus* da Universidade Católica, aconteceu num grande galpão do Porto. Não sei se o lugar da reunião foi premeditado ou se o acaso levou até esse lugar distante a discussão sobre uma revolução tão próxima. Mas o fato é que o “governo marxista” caminha de braços com a Igreja Católica, enquanto a esquerda argentina não tem a menor confiança na Igreja.

Para mim, ficou claro que era impossível ignorar a convocação da LIT aos partidos de esquerda para discutir a marcha da revolução argentina. Porque as massas populares que, lutando nas ruas de Buenos Aires e outras cidades, conquistaram com sangue o direito de se reunir em Assembléias Populares por todo o país, estão também debatendo sobre seus destinos e resolvendo na prática tarefas vitais. Nesse processo, avaliarão em que medida a esquerda se coloca à altura das circunstâncias revolucionárias.

A discussão se realizou no dia 3 de fevereiro. Reuniram-se cerca de 800 pessoas. Após os primeiros informes, ficou claro que há duas orientações determinantes para a revolução argentina. A primeira foi defendida pela Frente Operária Socialista, FOS, a seção argentina da LIT. A segunda, pelo Partido Operário, PO.

A orientação da LIT foi definida pela via do desenvolvimento do movimento das Assembléias Populares por local de moradia, em direção à unidade de suas ações com a ação dos organismos de massas de trabalhadores desempregados e das organizações de operários e outros setores de trabalhadores desempregados por empresas, escolas, hospitais e outros centros. Pelo caminho da eleição, por parte dessas assembléias, de seus próprios órgãos de poder e pela

eleição de delegados à Assembléia da cidade. Pela perspectiva da convocação de uma **Assembléia Nacional de delegados populares** como órgão centralizador da vontade e das ações das Assembléias Populares locais.

A orientação do PO foi no sentido da Assembléia Constituinte. Em outras palavras, no sentido da refundação do poder burguês-burocrático. Em muitas de suas intervenções e argumentações, o PO fez referência à Revolução Russa de 1917. Foi dito que a posição defendida estava baseada na experiência dos bolcheviques. Isso me levou a verificar essas afirmações e paralelos.

Diferenças entre as condições concretas de ambas as revoluções

A situação na Argentina, vista da Rússia, é neste momento parecida com a situação da Rússia da primavera (março-abril) de 1917. Mas há notáveis diferenças.

A principal, e talvez decisiva, diferença é que os partidos de tipo leninista na Argentina são pequenos. Esta diferença, sem dúvida, reduzir-se-á no curso de todo o período pacífico da revolução argentina. Ainda assim, deve-se ter em conta que este período pode ser interrompido a qualquer momento por um ataque do imperialismo.

São de suma importância as diferenças entre a estrutura de classe da Argentina e a estrutura da sociedade da Rússia pré-revolucionária. Na Rússia, o campesinado, numeroso, tinha muita força, e se compunha de aproximadamente 40% de proletários e semi-proletários, outros 40% de pequeno-burgueses e 20% de capitalistas, os quais em sua maioria tinham de um a três trabalhadores assalariados. A classe camponesa se opunha à classe dos *latifundistas*¹, à frente dos quais estava a família do czar. A burocracia da Igreja Ortodoxa também era proprietária de uma significativa parte da terra. O proletariado concentrado nas cidades era muito menor que a quantidade total de camponeses das aldeias espalhadas por todo o país.

Diferente da situação da Rússia, na Argentina, onde a massa fundamental da população está

concentrada nas cidades, a parte urbana proletária da população é muito maior que a rural. Além disso, os grandes proprietários de terra arrendam suas terras a outros capitalistas e, no caso de que as trabalhem, o fazem como capitalistas, com utilização de maquinarias e contratando, não mais um, dois ou três trabalhadores, mas inúmeros. A colossal quantidade de terras não-produtivas na Argentina impressiona o grande setor de trabalhadores do campo que não são proprietários da terra.

Na Rússia, a quantidade de camponeses completamente despossuídos de terras em relação ao percentual total dos camponeses era insignificante, porque a cada família com homens era dada uma parcela de terra cuja área era determinada pela quantidade de homens que tivessem família. Além disso, no início de março de 1917, milhões de operários e camponeses russos estavam armados e alistados como soldados. Essa parte da classe operária e dos camponeses tinha experiência de combate e sede de paz.

As massas na Argentina ainda não estão armadas. Sua coragem e ânimo combativo são muito grandes. Mas, como se sabe, se com coragem se pode tomar o poder, só é possível conservá-lo estando-se bem armado.

No momento da Revolução de Fevereiro de 1917, a Igreja Ortodoxa, graças aos “esforços” de Rasputin e da família do czar, havia perdido a confiança das massas religiosas. Os camponeses proprietários de pequenos lotes, vendo os imensos latifúndios da Igreja, evidentemente não sairiam a defendê-los sob a bandeira da “defesa da fé”.

Na Argentina, a influência da Igreja Católica ainda é tão grande que um, muito pouco provável, passo de suas organizações em direção às massas poderia reduzir significativamente a quantidade de vítimas no momento de defender a revolução dos ataques da burguesia e da burocracia pró-imperialista e reacionária. Mas hoje a hierarquia religiosa usa seu peso político e social para dar tempo à contra-revolução.

Na Rússia, o poder popular nos diferentes territórios surgiu dos soviets de deputados operários nas empresas, dos soviets de deputados

camponeses no campo, dos soviets dos delegados de soldados nos quartéis. Na Argentina, a formação do poder do povo passa pela iniciativa das Assembléias Populares e assembléias de delegados, em ações coordenadas com organismos sindicais de empresas, centros de educação, centros de saúde e outros, gerando ou no mínimo alentando a fundação, nessas estruturas, de organismos de operários e trabalhadores de base.

Enfim, uma última – mas não menos importante – diferença é o fato de que em Fevereiro de 1917, na Rússia, a autocracia czarista acabava de ser derrubada, e os soviets exigiam o direito ao voto universal e igualitário para todos os homens e mulheres. Demandava-se a formação de uma República e não a continuação monárquica com designação de um czar “bom”. Hoje, as massas argentinas vêm de uma longa experiência de 20 anos com a “democracia” burguesa e já questionam a validade desse mecanismo pelo qual se vota, mas não se elege e, depois de lamentarem a frustração, se vêem obrigadas a sair às ruas para derrubar os “eleitos”.

Seguramente há outras diferenças. Daqui da Rússia, é difícil notá-las. Mas é evidente a dinâmica comum entre a revolução popular de hoje na Argentina e a da Rússia da primavera de 1917. Nestas condições, esperar a Assembléia Constituinte é só perda de tempo. E a perda de tempo, como se sabe, conduz à derrota.

No final das contas, a Revolução Russa triunfou. A burocracia soviética, por mais de 70 anos, não pôde lançar-se abertamente nos braços do imperialismo capitalista e arrancar dos operários e do restante dos trabalhadores da URSS as conquistas sociais da revolução, que para muitos – tanto na Rússia como fora dela – representavam o socialismo. A vitória da Revolução Russa em outubro de 1917 nos obriga a prestar atenção à posição de Lenin em relação à Assembléia Constituinte e aos soviets.

Lenin e a Assembléia Constituinte

A posição de Lenin sobre a Assembléia Constituinte no período do desenvolvimento pacífico da revolução, ou seja, o mesmo período em que atualmente transcorre a revolução argentina, está refletida em muitos artigos escritos por ele. A seguir, transcrevo parte deles, os quais me parecem de vigência para os revolucionários argentinos, em especial para aqueles que se reivindicam marxistas.

Todas as citações foram extraídas do Tomo 31, Março-Abril de 1917, das *Obras Completas* de Lenin, 5ª edição, da Editorial Progreso.

“É necessário mudar o Programa, ele envelheceu. O soviet de deputados operários e soldados é um passo em direção ao socialismo. Nenhuma polícia, nenhum exército, nenhuma burocracia. Convocação da Assembléia Constituinte; mas, por quem? Escrevem-se resoluções, para serem arquivadas ou para sentar-se sobre elas. Me alegraria que a Assembléia Constituinte fosse convocada amanhã, mas é ingênuo acreditar que Guchkov a convocará. Toda a verborrêia sobre se deve obrigar o Governo Provisório a convo-



¹ Proprietários de terras de acordo com os direitos e bases feudais. Recebiam a posse de suas terras por serviços prestados ao czar até o séc.XVIII. (N. do T.)



car a Assembléa Constituinte são palavras vazias, puro engano. Fizeram-se revoluções, mas a polícia permaneceu em seu posto; fizeram-se revoluções, mas a burocracia permaneceu em seus postos. Isso foi o que malogrou as revoluções. O soviet de deputados operários é o único Governo que pode convocar essa Assembléa. Todos nós nos aferramos aos sovietes de deputados operários, mas não os estendemos. Desta forma recuamos em direção à Internacional, que marcha na retaguarda da burguesia.” (*Do Informe pronunciado na Assembléa de delegados bolcheviques à Conferência de toda a Rússia dos Sovietes de Deputados Operários e Soldados de 4/17 de abril de 1917*, pág.115)

“Outra particularidade importantíssima da revolução russa é que o soviet de deputados soldados e operários de Petrogrado, que goza, segundo todos os indícios, da confiança da maioria dos sovietes locais, entrega *voluntariamente* o poder do Estado à burguesia e a seu Governo Provisório, lhe *cede* voluntariamente a primazia, subscrevendo com ele o compromisso de apoiá-lo, e se contenta com o papel de observador, de fiscalizador da convocação da Assembléa Constituinte (até hoje, o Governo Provisório não marcou sequer a data de sua convocação).”

“Esta circunstância extraordinariamente original, que a história não havia conhecido sob semelhante forma, *entrelaçou, formando um todo, duas* ditaduras: a ditadura da burguesia (pois o Governo de Lvov e Cia. é uma ditadura, isto é, um poder que não se apóia na lei nem na vontade previamente expressada do povo, mas que foi tomado pela força e, além disso, por uma classe determinada, a burguesia) e a ditadura do proletariado e dos camponeses (o Soviet de deputados operários e soldados).”

“Não resta a menor dúvida de que esse “entrelaçamento” *não está em condições* de se sustentar por muito tempo. Num Estado *não podem existir* dois poderes. Um deles tem que se reduzir a nada, e toda a burguesia da Rússia já trabalha com todas as suas forças, por todos os lados e por todos os meios, para eliminar, debilitar e reduzir a nada os sovietes de deputados operários e soldados, para criar o poder único da burguesia.”

“A dualidade de poderes não expressa mais que um momento *transitório* no curso da revolução, o momento em que esta completou o percurso da revolução democrático-burguesa corrente, *mas não chegou ainda* ao tipo “puro” de ditadura do proletariado e dos camponeses.” (*De “A tarefas do proletariado em nossa revolução” [Projeto de plataforma do partido proletário]*, págs.162-163)

“Tudo o que dizemos a seguir é uma tentativa de formular as perguntas e respostas, primeiro mais essenciais e depois menos essenciais, que caracterizam a atual situação política da Rússia e sua avaliação pelos diferentes partidos.

Perguntas:

4) Que regime político querem na atualidade?

C (social-democratas e socialistas-revolucionários). A república parlamentar burguesa com reformas para os operários e camponeses.

D (bolcheviques). A república dos sovietes de deputados operários, soldados, camponeses, etc. A dissolução do exército regular e da polícia e sua substituição pelo armamento geral do povo: não só elegibilidade, mas também revogabilidade dos funcionários, cujos salários não deverão ser superiores ao salário de um operário qualificado.

6) Que opinam sobre a tomada do poder? A que denominam ordem e a que denominam anarquia?

C (social-democratas e socialistas-revolucionários). Se os sovietes de deputados operários, soldados, etc. tomarem sozinhos todo o poder, estará colocada a ameaça da anarquia. Que os capitalistas tenham por enquanto o poder e os sovietes de deputados operários e soldados, uma “Comissão de Enlace”.

D (bolcheviques). Todo o poder deve pertencer unicamente aos sovietes de deputados operários, soldados, camponeses, trabalhadores braçais do campo, etc. Deve-se *orientar* imediatamente para este fim toda a propaganda, a agitação e a organização de milhões e milhões de pessoas.

9) Deve-se convocar a Assembléa Constituinte?

C (social-democratas e socialistas-revolucionários). Deve-se convocá-la e com a maior rapidez. É preciso fixar um prazo; já falamos dis-

so 200 vezes na “Comissão de Enlace” e amanhã repetiremos pela 201ª vez definitivamente.

D (bolcheviques). Deve-se convocá-la e com a maior rapidez. Mas só há uma garantia de seu êxito e de sua convocação: aumentar o número de soviets de deputados operários, soldados, camponeses, etc., e aumentar sua *força*, organizar e *armar* as massas operárias. É a única garantia. (De “Os partidos políticos na Rússia e as tarefas do proletariado”, págs.207-210)

Nas resoluções de uma série de congressos camponeses vemos já a idéia de esperar que se reúna a Assembléia Constituinte para resolver o problema agrário; isto é uma vitória dos camponeses acomodados, que se inclinam para os democratas constitucionalistas. Os camponeses já se apoderam da terra. Os socialistas-revolucionários tentam detê-los, propondo-lhes esperar que se reúna a Assembléia Constituinte. É necessário combinar a reivindicação de tomar a terra imediatamente com a propaganda pela criação de soviets de deputados dos trabalhadores braçais do campo.

Os camponeses não necessitam de direitos sobre a terra, mas de soviets de deputados de trabalhadores braçais do campo. Quem os aconselha a esperar a Assembléia Constituinte engana-os.

Nossa tarefa é nos separarmos do pântano pequeno-burguês com uma linha classista: a burguesia faz seu trabalho com perfeição, prodigalizando todo gênero de promessas, mas os fatos comprovam que ela segue praticando sua política de classe. (Da ata taquigráfica do “Informe sobre o momento atual e sobre a atitude ante o Governo Provisório”, dado em 14 (27) de abril de 1917, durante a Conferência da cidade de Petrogrado do POS(b)R, págs.253-254)

Criar uma rede de soviets de deputados operários, soldados e camponeses: tal é a tarefa de hoje. Toda a Rússia já vai se cobrindo de uma rede de órgãos de administração autônoma local. Uma comuna pode revestir também a forma de órgãos de administração autônoma. A supressão da polícia e do exército regular, o armamento de todo o povo, tudo isso pode ser realizado por meio da administração autônoma. Tomei como exemplo o soviet de deputados operários simplesmente porque já existe.

Uma atividade verdadeira é conseguir a supressão do exército regular, da burocracia e da polícia e armar todo o povo.

A Assembléia Constituinte não sufocará a revolução, porque ninguém mais fala dela e ninguém se propõe a convocá-la. Os eseristas* podem “exigir” sua convocação. (Do discurso de resumo da discussão do “Informe sobre o momento atual”, pronunciado durante a Conferência da cidade de Petrogrado do POS(b)R, págs. 261-262)

* Socialistas-revolucionários (SR)



A modo de conclusão

É inegável que as experiências de todas as revoluções, por mais valiosas que sejam, não podem substituir a experiência prática que surge no processo vivo da marcha da própria revolução. Por isso, peço tolerância aos revolucionários argentinos se, porventura, não consegui notar algo importante da atividade e da política que desenvolvem. Meu ponto de vista parte de muito longe. 🌐

ALEMANHA 1918-1919

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE SELA A DERROTA DA REVOLUÇÃO ALEMÃ

SCHMIDT VON KÖLN

Jurista e pesquisador do marxismo em Munique (Alemanha)

A revolução argentina está conseguindo atualizar uma discussão que tomou corpo há 90 anos, na Alemanha: a questão da Assembléia Constituinte. Neste artigo, apesar do pouco espaço que temos para isso, buscamos reavivar essa polêmica na mente dos marxistas, no sentido de colaborar para a discussão que se trava hoje em torno da saída para a revolução argentina. Com base em extensa pesquisa feita em Munique, levantamos os antecedentes históricos que mostram como a instalação da Assembléia Nacional Constituinte na Alemanha em 1919 significou a derrota da revolução proletária e marcou a ferro e fogo o destino político dos trabalhadores no mundo inteiro.

Em 1913, um ano antes da explosão da I Guerra Mundial imperialista, o movimento dos trabalhadores alemães era então o mais poderoso do mundo e servia de paradigma para muitos partidos socialistas.

No seu último congresso antes da guerra, realizado em Jena em 1913, o Partido Social-Democrata Alemão (SPD) tinha cerca de 1 milhão de membros, 90 jornais diários e conformava, com seus 4 milhões e 250 mil votos obtidos em eleições parlamentares, o maior partido alemão de todos os tempos. 110 deputados federais, 220 deputados estaduais e 2.886 vereadores

representavam o partido da social-democracia alemã no parlamento do país. Os sindicatos associados livremente à social-democracia alemã incorporavam cerca de 2,5 milhões de trabalhadores e possuíam, sob seu controle, um patrimônio de cerca de 88 milhões de marcos alemães. Em 1914 explode a guerra. A direção do SPD, ao votar a favor dos créditos de guerra, vira as costas aos trabalhadores. Sua decisão a favor da participação do país no conflito arrefece o ímpeto revolucionário da classe trabalhadora, o que só volta com fôlego total no ano de 1917, com os reflexos na Alemanha da Revolução Socialista na Rússia. Em 1919 a revolução alemã é derrotada. A derrota é selada com a proclamação da Assembléia Nacional Constituinte, que consolida o poder burguês na Alemanha.

Em setembro de 1918, entra em colapso o front alemão do oeste: a Alemanha havia sido derrotada na I Guerra Mundial. O Comando Maior do Exército exige a celebração imediata de um armistício.

Com a instituição do parlamentarismo constitucional no Império Monárquico alemão, o objetivo político defendido pela Social-Democracia havia sido atingido. Na medida, porém, em que cresceu o número de vítimas da guerra e prolongou-se o conflito bélico, tomando-se cada

vez mais difícil disfarçar a carnificina humana como “guerra defensiva”, a classe trabalhadora se torna cada vez mais hostil às batalhas de campo e todo o país é tomado por uma onda irresistível de ascenso revolucionário.

Mas a classe trabalhadora alemã padecia de um grave problema: a ausência de um partido revolucionário tarimbado para a luta, como tinham as massas russas no Partido Bolchevique.

Em 23 de outubro de 1918, no quadro de uma anistia geral concedida a presos políticos, Karl Liebknecht sai da prisão e é recebido entusiasticamente pelas massas trabalhadoras. Juntamente com Rosa Luxemburgo, assume a direção da Liga Spartakus. E rejeita toda e qualquer colaboração com a Social-Democracia, de Ebert e Scheidemann, e o Partido Social-Democrático Independente (USPD), de Kautsky e Bernstein, em face do qual tornou-se inadiável uma ruptura pela esquerda.¹

Em 4 de novembro de 1918, eclode a revolução das massas alemãs. Seu prelúdio foi o levante dos marinheiros de Kiel que se negaram, ainda no último minuto, a acatar ordens para zarpar e atacar as forças armadas britânicas.

Em Kiel surge o primeiro Conselho de Trabalhadores e Soldados, que fez com que a onda revolucionária se espalhasse por toda Alemanha. No interior, onde a Social-Democracia tinha mais controle sobre o movimento de massas, isso não ocorreu².

Logo a seguir, em 9 de novembro de 1918, irrompe a greve geral em Berlim. Trabalhadores e soldados armados dominam as ruas. É o colapso definitivo do Império Monárquico. O chanceler do Império, príncipe Max von Baden, transfere seu cargo, oficialmente, para Friedrich Ebert, presidente do SPD. Sobre isso, diz o renomado biógrafo de Rosa Luxemburgo, Peter Nettl:

“Imediatamente, ambos os partidos socialistas empreenderam negociações acerca da formação do governo. O SPD ofereceu, generosamente, composição paritária do gabinete. Em troca, os Independentes (obs.: o USPD) retiraram, “a fim de consolidar as conquistas socialistas revolucionárias”, quase todas as consignas radicais contra as quais batia-se o SPD. Agora que o grande dia havia chegado, os dirigentes sentiam um impulso para a unidade. O novo governo do Império designou a si mesmo Conselho dos Comissários do Povo, compondo-se, respectivamente, de três representantes do SPD e outros três do USPD.”³

Nesse mesmo dia 9 de novembro de 1918, Karl Liebknecht proclamou, da sacada do Castelo de Berlim, a fundação da “República Socialista Livre da Alemanha”.

Mas duas horas antes do mesmo dia, Philipp Scheidemann havia instituído no Parlamento Imperial, desde uma perspectiva notoriamente burguesa-imperialista, a “República Livre Alemã”⁴.

No dia seguinte reúne-se a Assembléia Geral dos Conselhos de Trabalhadores e Soldados de Berlim e elege um Conselho Executivo que, como órgão supremo de representação dos Conselhos, haveria de funcionar até a convocação de um Congresso dos Conselhos do Império. Suas funções não foram, porém, claramente definidas.

No entanto, o resultado mais relevante dessa Assembléia foi o reconhecimento do Conselho dos Comissários do Povo, composto pelo SPD e pelo USPD, enquanto Governo Provisório, confirmando, pois, sua existência e atribuições.



No entanto, o SPD já vinha fazendo uma enorme campanha para esvaziar o poder dos Conselhos, com um discurso aparentemente muito democrático, de que o poder deveria ser de “todo o povo”. Seu jornal, o *Vörrwarts*, em 13 de novembro, proclamava: “Nós vencemos, mas não vencemos para nós sozinhos, vencemos para todo o povo! Eis porque nossa palavra de ordem não é “todo o poder aos soviets, mas todo o poder ao povo inteiro”. Para isso, lançaram-se a uma campanha pela Assembléia Constituinte e pelo esvaziamento dos Conselhos de trabalhadores. O partido procurava postergar todas as mudanças reivindicadas pelos Conselhos em nome da convocação imediata da Constituinte. Somente a ala esquerda do USPD e os Spartakistas rejeitavam a Constituinte e exigiam todo o poder aos Conselhos.

Assembléia Nacional Constituinte ou República dos Conselhos?

Entre 16 e 21 de dezembro de 1918, quando começam a retornar as primeiras unidades das tropas berlinenses do front, reúne-se o I Congresso Geral dos Conselhos de Trabalhadores e Soldados da Alemanha, na Câmara dos Deputados da Prússia, sob a presidência de Richard Müller, dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos.

Nas manifestações de rua que acompanharam os debates, as massas marchavam exigindo “Todo Poder aos Conselhos!” Reiteradamente o congresso foi interrompido por representantes e delegados de base dos trabalhadores e soldados que protestavam, ininterruptamente, nas imediações, exigindo a “Proclamação da República Socialista” e a “Passagem de Todo o Poder aos Conselhos de Trabalhadores e Soldados”.⁵

A questão central que polarizou os debates foi a disjuntiva: Assembléia Nacional Constituinte ou República dos Conselhos?

Para entender o resultado dessa votação, é preciso recordar a composição do plenário. Os delegados foram eleitos em clima de grande confusão, sem procedimento eleitoral regular, sem tese-guia⁶. Cada delegado era eleito na propor-

ção de 200 mil trabalhadores e soldados, tendo como base o resultado de cálculo da população alemã de 1910. Nessas condições, foram eleitos 489 delegados trabalhadores e soldados, sendo 405 deles oriundos dos Conselhos de Trabalhadores e 84 deles, dos Conselhos de Soldados⁷.

O SPD tinha 292 delegados, o USPD 101, 11 eram ligados a Heinrich Laufenberg e denominavam-se revolucionários unidos, sendo que 26 eram membros da Liga Spartakus, dirigida por Rosa Luxemburg e Karl Liebknecht. Além disso, 25 delegados eram adeptos do Partido Democrático Alemão (DDP), de orientação social-liberal, sendo que os 37 restantes não possuíam organização partidária (tal como diversos delegados de soldados).

Quanto à composição social, 195 delegados tinham sido eleitos pelos organismos de partidos e sindicatos, 71 eram intelectuais, 17 oficiais ativos das forças armadas alemãs, 179 eram trabalhadores diretamente eleitos pela base.

Na abertura do Congresso houve uma manifestação-monstro, convocada pelos Delegados Revolucionários, com a presença de 250 mil trabalhadores exigindo a proclamação de uma república socialista unitária, o poder dos Conselhos operários e de soldados, a revogação do gabinete de Ebert, deportação dos contra-revolucionários, armamento dos trabalhadores e exortação aos trabalhadores do mundo inteiro a também fazerem sua revolução.

No entanto, esse ascenso não se refletia na composição de delegados. De forma distorcida, o SPD tinha a maioria e o resultado disso foi que por 400 votos a 50, o Congresso declarou-se em favor da Assembléia Nacional Constituinte, fixando a data das eleições para 19 de janeiro.

Em defesa dessa proposta, o líder do SPD Max Cohen, assim se expressou:

“A socialização é um processo orgânico de desenvolvimento e de reconformação, no qual novas formas econômicas existirão ao lado de formas futuras e também velhas formas. Porém, caso não se estimule esse processo de desenvolvimento do modo mais cuidadoso, a catástrofe será inevitável. Se a produção ficar paralisada – como está ocorrendo –, se não tiver-

mos disponíveis matérias-primas ou fábricas, o que deverá então ser socializado? Nessas condições, o repentino socializar significa uma loucura descabida, já que, nesse quadro, não existe absolutamente nada a ser socializado”.⁸

Nas palavras de Cohen expressava-se claramente a orientação lassaliana-reformista de que apenas quando o proletariado adquirisse a maioria parlamentar se poderia pensar em medidas de socialização. Para que o socialismo fosse realidade, seria necessário um segundo pressuposto: as relações econômicas teriam de se tornar tão maduras que uma transição orgânica do capitalismo para o socialismo pudesse ocorrer sem grandes abalos econômicos e políticos.

A partir daí resultou a concepção, defendida por Max Cohen e os mais célebres dirigentes do SPD, de que o socialismo deveria ser conquistado não mais por meio da mais impiedosa luta de classes revolucionária, fundada na crise econômica e político-estatal do sistema capitalista, mas sim mediante a tomada pacífica do poder político, viabilizada pelos mecanismos parlamentares.

O dirigente do USPD, Ernst Däumig, defensor da República dos Conselhos⁹, rebateu a posição de Max Cohen:

“O que deverá fazer esse sistema de Conselhos ao lado de um sistema burguês democrático-parlamentar tão amplamente assentado como o que há de decorrer da Assembléia Nacional, uma vez instituída? Uma armação vazia, uma marionete! Na vida econômica, os sindicatos do velho estilo e, naturalmente, os Conselhos de Trabalhadores, serão expulsos das fábricas rapidamente, contando ainda com o auxílio da Assembléia Nacional e da burguesia. Por isso, eu lhes digo: todas as suas ilusões em relação a uma nova Alemanha livre, livre também em sentido cultural e espiritual, ilusões em relação a um povo alemão que lançou para longe de si esse velho espírito de vassalagem, cravado, ainda hoje, muito profundamente, no fundo do povo alemão, ilusões em relação a uma Alemanha na qual o povo também assuma uma parte realmente ativa de seu destino – e não corra, a cada dois anos ou três anos, com uma cédula eleitoral na mão, rumo às urnas eleitorais – não serão alcançadas com esse velho sistema.”¹⁰

No entanto, após os debates, o Congresso se dividiu. Por um lado, os representantes do SPD afirmavam defender o socialismo e ser ele efetivamente necessário para a Alemanha, de modo a poder conquistar a confiança de uma larga base dos delegados presentes. Por outro lado, sustentavam ser o socialismo, no momento histórico em andamento, plenamente irrealizável, devido ao caos econômico decorrente da destruição provocada pela I Guerra Mundial. Os spartakistas e independentes de esquerda, apesar do apoio à revolução e ao poder dos Conselhos, se dividiram em cima da questão da Constituinte.

Depois de derrotados no Congresso, viram-se diante de uma disjuntiva: participar da Constituinte ou abster-se e não acompanhar a experiência das massas? Paul Levi, um dos fundadores da Liga Spartakista, assim se pronunciou no Congresso de fundação do KPD: “a questão é muito séria. Nós vemos a situação assim: a decisão sobre esta questão pode comprometer por meses o destino de nosso movimento



(...) A Assembléia irá se reunir; ninguém poderá impedi-lo. Durante alguns meses ela dominará toda a vida política alemã. Não se poderá impedir que todos os olhos estejam voltados para ela, não se poderá impedir que, mesmo os melhores militantes, para se orientar, se informar, prever, buscarão saber o que ocorrerá na Assembléia Nacional. Ela estará na consciência dos proletários alemães e vocês, contra este fato, querem ficar de fora, trabalhar desde fora?”

Apesar das intervenções favoráveis de Rosa Luxemburgo, o Congresso do KPD votou por 62 a 23 o boicote às eleições.

Reflexos no processo revolucionário

Com a decisão da Assembléia Geral dos Conselhos de Trabalhadores e Soldados em favor da Assembléia Constituinte, fortaleceu a concepção constitucional, ilusória e fantasiosa, de que apenas um Parlamento livremente eleito estaria legitimado para efetuar intervenções mais amplas do Estado nas relações sócio-econômicas, ainda que se acoplasse aos Conselhos de Trabalhadores e Soldados.

Os grupos marxistas-revolucionários, que se esforçavam por acelerar o processo de transformações sociais, viram-se expostos à dificuldade adicional de serem, falsificadamente, considerados como suspeitos de putchismo e de desconsiderarem, em absoluto, a vontade formalmente expressa pela maioria do proletariado alemão. Em uma palavra, de serem “bolcheviques”.

Por outro lado, os resultados do Congresso estimularam a presença das tropas contra-revolucionárias em Berlim, no curso de dezembro de 1918 e nos primeiros meses de 1919.

Depois dos trabalhos congressuais, Ebert não se sentiu vinculado a qualquer representação dos trabalhadores e soldados no desenrolar de seu plano sigiloso de colaboração com os militares. Logo após o fim desse congresso, começou-se a executar os planos militares traçados pelo Estado-Maior dos generais Groener e Hindenburg, para eliminar os principais representantes da re-

volução. Em 23 de dezembro, solicitou ao general von Lequis, comandante da guarnição de Brandeburgo, que marchasse sobre Berlim, para ocupá-la militarmente.

Além disso, dissolveu-se a Divisão da Marinha Popular, que havia-se convertido no símbolo mais expressivo daqueles meses, sendo que contou, de início, com cerca de 6 mil marinheiros rebeldes, até que, posteriormente, diversos milhares de marinheiros e soldados a ela se filiaram. Desde a Revolta de Kiel, pairava sobre a Divisão uma verdadeira auréola de glória revolucionária. Nos primeiros dias de outubro de 1918, seus membros haviam ocupado, provisoriamente, o bairro do antigo Castelo Imperial.

Sem aderir formalmente a qualquer partido, a Divisão colocara-se à disposição de Ebert, sendo que esse último procurou se livrar dessas forças indesejáveis, tão logo quanto fosse possível. Em 23 de dezembro, a Divisão ocupou por algumas horas a Chancelaria do Império e o Departamento de Telégrafos, para protestar contra o não pagamento de seus soldos.

Emil Barth, delegado de polícia de Berlim e representante do USPD, conseguiu que os marinheiros desocupassem os prédios públicos que haviam ocupado, sob a promessa de que negociaria, pessoalmente, com o governo de Ebert e Scheidemann.

Entrementes, entrevistou o general Von Lequis, bombardeando pesadamente o bairro do antigo Castelo Imperial. Porém, a Divisão de Marinha Popular, agora na região do Marstall resistiu bravamente. Ebert e seus seguidores foram forçados a reconhecer o direito de permanência dos marinheiros nessa localidade, desde que fosse firmado o compromisso de que essa divisão de rebeldes parasse de recrutar novos combatentes.

Quando as notícias sobre a resistência da Divisão de Marinha Popular chegou ao conhecimento da Direção Suprema do Exército, abateu-se sobre essa última um profundo desânimo e um marcado abatimento¹¹.

O militarismo burguês-imperialista alemão pretendeu, a partir de então, romper, definitivamente, com os principais representantes do

conciliacionismo de classes de então, Ebert e Scheidemann.

Estavam lançados alguns dos pressupostos fundamentais para a eclosão do levante armado de janeiro de 1919, que viria a ser encabeçado por Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo.

A despeito disso, resulta inteiramente surpreendente, à primeira vista, os motivos e as razões pelas quais, ao reunir-se o II Congresso Geral dos Conselhos de Trabalhadores e Soldados da Alemanha, em 15 de abril de 1919, também na cidade de Berlim, já não possuir esse órgão de poder proletário qualquer maior significado palpável, tendo em vista que, no período intermediário entre janeiro e abril de 1919, inúmeros dirigentes revolucionários de fábricas haviam sido exterminados ou aprisionados, no quadro da Guerra Civil da Alemanha, desatada durante esses meses¹².

Finalmente, em 23 de agosto de 1919, o Ministro do Interior da Social-Democracia, Gustav Noske, mandou confiscar o Bureau do Conselho dos Trabalhadores e Soldados da Grande Berlim¹³.

Uma Constituição para desmontar a revolução

Após a aprovação da Assembléia Nacional Constituinte no seio do I Congresso Geral dos Conselhos dos Trabalhadores e Soldados, sua abertura e início de trabalhos em 4 de fevereiro de 1919, e posteriormente à eliminação física dos mais expressivos dirigentes marxistas-revolucionários, a direção do SPD tratou de desviar a revolução para a via parlamentar-institucional.

A Constituição surgida em 11 de agosto de 1919 mantinha um verniz socialista, e não poderia ser diferente, porque nascera do calor do processo revolucionário. Se essa era mais uma forma de a social-democracia aproveitar-se das ilusões das massas alemãs no novo regime e fazê-las crer na nova legislação, na essência a Constituição então aprovada não deixava dúvidas quanto a seu caráter capitalista.

O jurista alemão Gerhard Anschütz acentua o fato de ela ter nascido de uma revolução socialista-democrática:

“Aqui se demonstra quão longe alcançou a influência do mundo especulativo socialista na nova Alemanha. E não se pode negar que essa influência alcança, de fato, muito longe. Muito do que surge na Parte V é, decididamente, socialista. Assim deve ser entendida a autorização conferida ao Império para transferir ao domínio comum empreendimentos econômicos privados, apropriados à comunidade (Art. 156), os preceitos sobre a proteção da força de trabalho, a previdência social, o dever de trabalho e o direito ao trabalho (Art. 157, 161-163).

Totalmente localizado no campo do socialismo surge também o Art. 165, inciso I, alínea I, que autoriza o trabalhador e o empregado a produzir, juntamente com os empresários, a regulamentação das condições salariais e laborais, assim como a atuar, conjuntamente, no desenvolvimento econômico comum das forças produtivas.”

No entanto, o célebre artigo 151 não deixa margem a dúvidas:

“Art. 151. A ordem da vida econômica deve corresponder aos fundamentos da Justiça, com o objetivo de garantir uma existência digna a todos. Nesses limites, assegura-se a liberdade econômica do indivíduo. A coação legal será



apenas permitida para a efetivação de direitos ameaçados ou colocada a serviço dos reclamos prementes do bem comum. É assegurada a liberdade do comércio e da indústria, nos termos da lei do Império.”

Ainda que o primeiro governo republicano de Ebert e Scheidemann, exercido através do Conselho dos Comissários do Povo, declarasse, na proclamação de 12 de novembro de 1918, pretender concretizar o socialismo, isso não significa que a Constituição de Weimar tivesse dele se aproximado substancialmente. Em sua Parte V, ela não ordenava e nem permitia a organização da relação do Estado com a economia de modo efetivamente socialista. E isso mesmo no quadro da concepção jurídico-dominante à época do socialismo renovado, promovido pela Social-Democracia Alemã, era, assim, apresentada pelo mesmo constitucionalista Anschütz:

“Ela (a Constituição de Weimar de 1919) é também nessa sua parte econômico-política a obra de um parlamento no qual a parte do povo que pensa de modo socialista era, em verdade, muito forte, porém não representada de modo dominante.”

Em verdade, é preciso reconhecer que a Constituição da República de Weimar nada mais representou que a consagração da orientação social-reformista do capitalismo imperialista alemão, dando expressão jurídico-constitucional à tentativa de colaboracionismo de classes, de conciliacionismo dos interesses materiais do proletariado e da burguesia, algo impossível de ser efetivamente realizado a não ser no marco da preservação da exploração econômica e dominação política assegurada pelo Estado burguês. Tal contexto foi denominado pelos principais dirigentes social-democratas e pelo pensamento jurídico-dominante da época como sendo o de um Socialismo Democrático Renovado.

Quanto ao Direito de propriedade, a Constituição Imperial dispôs expressamente:

“Art. 153. A propriedade é assegurada pela

Constituição. Seu conteúdo e seus limites resultam da lei.

Uma desapropriação poderá apenas ocorrer em favor do bem geral, com base em fundamento estabelecido em lei. (...) A propriedade obriga. Seu uso deve, ao mesmo tempo, ser útil ao bem comum.”

Sobre isso, Gerhard Anschütz assinalou :

“As velhas Constituições (como a Prussiana de 1850, Art. 9) afirmaram : “A propriedade é intocável”.


Se tivéssemos usado uma expressão menos patética: “A propriedade é assegurada pela Constituição”, isso não significaria nenhuma mudança objetiva. As expressões “é intocável” e “é assegurada” dizem a mesma coisa. Nenhuma delas proclama a soberania do indivíduo e de sua propriedade.

Ambas afirmam, porém, que o indivíduo “pode proceder com sua propriedade segundo seu bel prazer, na medida em que a lei ou os direitos de terceiras pessoas não se oponham.”

Eis, portanto, o segredo inofismável do socialismo democrático e de uma Constituição que habilmente soube cavalgar nas costas do movimento revolucionário justamente com a missão precípua de desmontar um a um os alicerces dessa mesma revolução.

A derrota do socialismo na Alemanha e a eliminação física de seus principais dirigentes, sobretudo o brutal assassinato de Rosa Luxemburgo e Kark Liebknecht, colocam em carne viva as palavras pronunciadas por Ernst Däumig diante dos Conselhos de Trabalhadores e Soldados:

“Companheiros e Camaradas!

Poucos momentos atrás, quando o companheiro Cohen, de modo tão candente, defendeu a Assembléia Nacional Constituinte e posicionou-se em favor de uma data fixada brevemente para sua convocação, vocês aplaudiram, em parte, entusiasticamente. Porém, com isso, vocês declararam, indubitavelmente, a sua própria sentença de morte”. 

Notas

¹Vide, acerca do tema, Liebknecht, Karl. *Acerca da Justiça de Classe*, Sao Paulo-Munique-Paris : Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2002, especialmente Introdução : O Revolucionário Karl Liebknecht, p. 16.

² Nesse sentido, vide, de modo mais preciso, Winkel, Udo. *November-Revolution 1918*(A Revolução de Novembro de 1918), in : Fritz Rück. *Schriften zur Deutschen November-Revolution 1918* (Escritos sobre a Revolução Alema de Novembro de 1918), Stuttgart : Selbstverlag Studiengruppe zur Geschichte der Arbeiterbewegung, 1978, p. 10.

³ Cf. Netti, Peter. *Rosa Luxemburg*, Köln-Berlin, 1969, p. 677.

⁴ Vide, nesse sentido, Liebknecht, Karl. *Acerca da Justiça de Classe*, Sao Paulo-Munique-Paris : Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2002, especialmente Introdução : O Revolucionário Karl Liebknecht, p. 16.

⁵ Nesse sentido, vide, claramente, Dingel, Frank. *Die Revolution 1918/19 in Deutschland* (A Revolução de 1918-1919 na Alemanha), in : Neue Gesellschaft für Bildende Kunst (Nova Sociedade para a Arte Cultural), *Revolution und Fotografie. Berlin 1918/19* (Revolução e Fotografia. Berlim 1918-1919), Berlim : Verlag Dirk Nishen, 1989, p. 40.

⁶ Acerca do tema, vide o relato do presidente do congresso Muller, Richard. *Vom Kaiserreich zur Republik* (Do Império Cesarista à República), Vol. II, Berlim, pp. 203 e s.

⁷ Acerca desses números, vide Flechthelm, Ossip K. *Die KPD in der Weimarer Republik* (O PCA na República de Weimar), Frankfurt a.M., 1969, p. 125.

⁸Cf. Cohen, Max. *Relatórios do Congresso Geral dos Conselhos de Trabalhadores e Soldados da Alemanha*, de 6 a 1 de dezembro de 1921.

⁹ Anote-se que foi apenas em dezembro de 1920, no quadro do Congresso Extraordinário dos Sociais-Democratas Independentes, que se operou a esperada ruptura entre a ala majoritária de esquerda, comandada por Ernst Däumig (237 delegados), e a ala de direita, dirigida por Rudolf Hilferding (156 delegados), sob o impacto da intervenção oral de Grigori Zinoviev que clamava : “Vocês têm de decidir claramente em prol do menchevismo ou do bolchevismo !” Acerca do tema, vide Weber, Hermann. *Die Wandlungen des deutschen Kommunismus. Die Stalinisierung der KPD in der Weimarer Republik*(As Modificações do Comunismo Alemão. A Stalinização do PCA(KPD) na República de Weimar), Vol. 1, Frankfurt a.M., 1926, p. 24. A seguir, teve lugar a fusão da ala esquerda do Partido Social-Democrático Independente da Alemanha(USPD) com o Partido Comunista da Alemanha(KPD), operada entre os dias 4 e 7 do mesmo mês de dezembro de 1920, no quadro do Congresso de Halle, dando nascimento ao Partido Comunista Unificado da Alemanha(VKPD), sob a Presidência de Paul Levi e Ernst Däumig. Depois da expulsão de Paul Levi do novo KPD, em 15 de abril 1921, Ernst Däumig veio a abandonar esse Partido. Junto com ele, seguiram o mesmo caminho diversos deputados comunistas, entre os quais Clara Zetkin, Adolph Hoffmann, Kurt Geyer e Wilhelm Düwell. A partir do momento de sua expulsão, Paul Levi fundou, transitoriamente, a Comunidade dos Trabalhadores Comunistas(KAG) e dirigiu-se, a seguir, para o Partido Social-Democrático Independente da Alemanha (USPD), de Karl Kautsky e Rudolf Hilferding.

¹⁰ Cf. Däumig, Ernst. in : *Allgemeiner Kongress der Arbeiter- und Soldatenräte Deutschlands vom 16 bis 21 Dezember 1918 im Abgeordnetenhaus zu Berlin. Stenographische Berichte.* (Congresso Geral dos Conselhos de Trabalhadores e Soldados da Alemanha de 16 a 21 de Dezembro de 1921, ocorrido na Câmara dos Deputados de Berlim. *Relatórios Estenográficos*), ed. Zentralrat der sozialistischen Republik Deutschlands (Conselho Central da República Socialista da Alemanha), Berlim : Herrenhaus, 1919, Coluna 229.

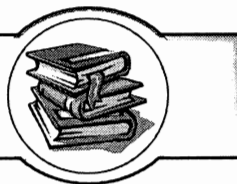
¹¹ Cf. Idem. *Ibidem*, p. 163.

¹² Cf. Fischer, Ruth. *Stalin und der deutsche Kommunismus. Der Übergang zur Konterrevolution* (Stálin e o Comunismo Alemão. A Transição para a Contra-Revolução), Frankfurt a. M. : Verlag der Frankfurter Hefte, 1948, p. 84.

¹³ Acerca do tema, Schäfer, Heinrich. *Tagebuchblätter eines rheinischen Sozialisten* (Páginas do Diário de um Socialista Renano), Bonn, 1919, pp. 11 e s.



Em teoria



 NAHUEL MORENO

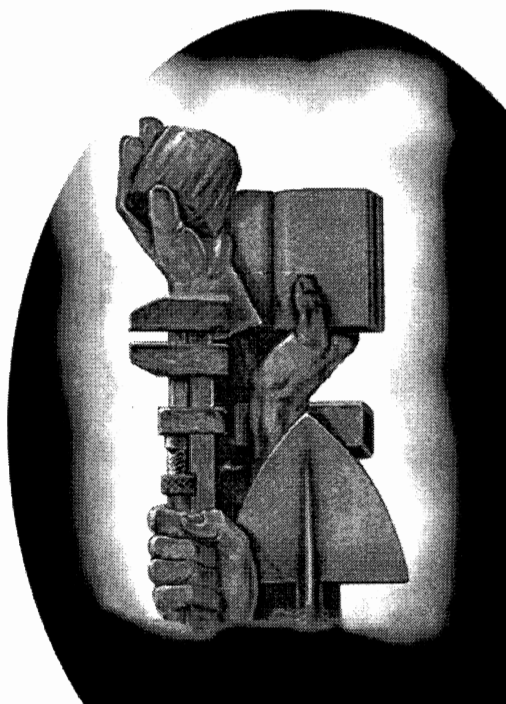
A relação entre as bandeiras democráticas e as bandeiras de poder 81

 VALÉRIO ARCARY

Polêmica sobre as aptidões revolucionárias do proletariado 91

 VLADISLAV INOZEMTZEV

Revoluções sociais e revoluções políticas 100



A RELAÇÃO ENTRE AS BANDEIRAS DEMOCRÁTICAS E AS BANDEIRAS DE PODER - NAHUEL MORENO

APRESENTAÇÃO DE ALICIA SAGRA

Membro da Direção Nacional da FOS - Frente Operária Socialista (Argentina)

O desenvolvimento dos organismos de poder operário como tarefa central - A relação entre as bandeiras democráticas e as bandeiras de poder

Como fizeram os grandes mestres do marxismo, Nahuel Moreno foi precisando suas definições políticas, teóricas, programáticas, a partir não só do estudo minucioso dos clássicos, mas também das polémicas geradas pelos grandes acontecimentos da luta de classes.

Nos dois textos que publicamos, Moreno coloca sua concepção sobre qual deve ser a tarefa central nas situações revolucionárias, o desenvolvimento e centralização dos organismos de poder, e como essa tarefa central deve combinar-se com as outras (mínimas, democráticas, de transição) que o movimento de massas tem colocado na ordem do dia.

O texto central que apresentamos é parte de seu mais importante trabalho sobre a revolução portuguesa *Revolução e Contra-revolução em Portugal*. Esse texto foi apresentado em julho de 1975, com o objetivo de contribuir para a polémica que se desenvolvia na IV Internacional. Como disse seu autor:

«Todo o movimento de esquerda está de acordo em que Portugal é, hoje em dia, um dos principais focos revolucionários do mundo e, sem dúvida, o eixo da revolução europeia. Para muitos de nós é, de fato, o ponto mais alto da luta de classes em escala internacional.»


«Este primeiro acordo sobre a importância atual da revolução portuguesa passa a sofrer abalos quando começamos a analisar os problemas que essa revolução coloca. É uma revolução operária ou popular-democrática? O que é o MFA? Qual o caráter de seu governo?»¹

Neste momento, depois da derrota por parte do movimento de massas, da intentona contra-revolucionária de Spínola, assumira em Portugal o governo do MFA-PC². O trabalho de Moreno coloca centralmente «que em Portugal era necessário levar a linha de impulsionar os comitês de operários e camponeses, incentivar as ocupações de fábricas e terras e impulsionar os comitês de mora-

dores. Que era preciso desenvolver os comitês de soldados para girar o exército em favor de uma insurreição. Ou seja, que era preciso orientar-se rumo a tomada do poder pelo movimento de massas»³.

Moreno faz essas propostas polemizando, por um lado, com a corrente liderada por Ernest Mandel, que capitulava às correntes maoístas e ultra-esquerdistas que apoiavam o MFA e que se pronunciava, em geral, a favor dos órgãos de poder, sem propor-lhes um programa que se ordenasse em torno da luta contra o governo e pela tomada do poder. Por outro lado, também polemiza com o SWP norte-americano, que «colocava que só devia levantar bandeiras democráticas. Nada que levasse à tomada do poder pelo proletariado, porque as condições não estavam maduras»⁴.

O outro texto que apresentamos é uma tese de seu trabalho *Teses para a Atualização do Programa de Transição*. Moreno expõe pela primeira vez, de forma sistematizada, as elaborações que vinha fazendo desde o pós-guerra e as atualizações que, segundo ele, era preciso fazer em dois pilares da concepção trotskista: a Teoria da Revolução Permanente e o Programa de Transição. O que aqui publicamos é a Tese XXVII: *A importância fundamental das tarefas democráticas. A Assembleia Constituinte*. Nesse texto, Moreno desenvolve sua posição sobre a importância

das tarefas e bandeiras democráticas, o enorme papel mobilizador que podem assumir em determinadas situações e o caráter subordinado que essas bandeiras devem ter em situações revolucionárias diante das bandeiras de poder operário. Porque, segundo Moreno, «a política trotskista não tem como objetivo fazer uma revolução democrática, e sim uma revolução que leve a classe operária e seus aliados, organizados revolucionariamente, ao poder». 

1 Nahuel Moreno. *Revolución y contrarrevolución en Portugal*- Preentación, Cuadernos de Revista de América, pag. 28

2 MFA: Movimento das Forças Armadas, corrente pequeno-burguesa pró-imperialista, integrada por oficiais que haviam derrubado a ditadura de Salazar e se diziam de esquerda. O MFA era, na verdade, o pilar que sustentava o estado burguês frente a revolução. Moreno define o governo que formaram com o PC, como governo de Frente Popular.

3 Nahuel Moreno: *El partido y la Revolución*- Prólogo, Ed. Antídoto.

4 Idem

FORTALECER OS ORGANISMOS DE PODER DAS MASSAS

NAHUEL MORENO

Dirigente trotskista argentino, falecido em 1987

Nem programa mínimo democrático, nem programa máximo de poder e democracia operária exclusivamente. Por um programa de transição para que as comissões operárias e os comitês de soldados tomem o poder.

As massas portuguesas enfrentam três perigos: o plano bonapartista contra-revolucionário do MFA-PC, o plano democrático-burguês parlamentarista do PS e seus aliados da burguesia imperialista portuguesa, o estrangulamento econômico provocado pela sabotagem imperialista. Destes três perigos, o mais imediato é o projeto antidemocrático, bonapartista, do MFA e do PC, visto que são eles que estão no governo e não há perigo imediato de um novo golpe de estado bonapartista nem de surgimento de um movimento fascista de massas.

Esta fase da situação atual não nos deve fazer perder de vista o seu conjunto, caracterizado como um regime kerenskista, com poderosos germes de poder dual, que infelizmente só mobilizam um setor minoritário do movimento de massas. A existência desse regime significa que a situação está madura ou vai amadurecendo para a revolução operária ou para um retorno a um regime contra-revolucionário, seja parlamentarista ou bonapartista (com o tempo, pode até ser fascista).

Nessa situação se enfrentam dois pólos: a contra-revolução bonapartista do MFA-PC contra os germes do poder dual e toda expressão do movimento de massas relativamente independente do governo: sindicatos não-stalinistas, partidos socialistas, maoístas etc. Há companheiros que levam em conta, esquematicamente, um só dos elementos da realidade: uns vêem apenas a ofensiva do bloco bonapartista MFA-PC; outros ignoram o caráter contra-revolucionário do governo e do principal inimigo da revolução, e só consideram o poder dual, esquecendo-se dos outros setores do movimento de massas, o majoritário Partido Socialista, as massas angolanas, os operários e soldados que não estão nos comitês e que são ampla maioria. Assim, tem-se esboçado em nosso movimento posições antagônicas, todas elas unilaterais.

Alguns camaradas insinuam uma posição correta, mas parcial, insuficiente: defesa das liberdades burguesas e operárias, e da revolução colonial, atacadas pela reação MFA-PC. Colocam essencialmente um programa mínimo democrático e de retirada das tropas de Angola para a atual etapa da revolução portuguesa, sem ligar essas tarefas democráticas defensivas aos germes do poder operário: as co-



missões operárias e os comitês de soldados. Parece que o governo português é um governo democrático-burguês ou bonapartista de uma situação burguesa normal que começou a atacar as liberdades democráticas e operárias em um típico rumo reacionário bonapartista. De fato, se nega o caráter socialista da revolução, limitando-a a democrática.

Este erro de isolar a defesa das liberdades democráticas e a revolução colonial dos germes de poder dual, e os outros graves problemas que as massas portuguesas, enfrentam têm seu oposto na posição de outros companheiros. Para Lívio Maitan, o eixo central de uma estratégia revolucionária é “estabelecer e estender” os “órgãos de democracia operária” para combater o “inevitável putsch” e “as manobras do capitalismo local e internacional”. “Ao mesmo tempo, os revolucionários devem lutar por todas as reivindicações democráticas das mais amplas massas”, o que “significa” a luta pela democracia sindical”. (“MFA ou democracia revolucionária?”).

Maitan dá aos “órgãos de democracia proletária” um objetivo relativamente remoto e profundamente pessimista, defensivo: combater o “inevitável putsch”. Sem dúvida, há uma forma de impedir a realização do “putsch” ou, se ele ocorrer, que seja derrotado imediatamente: que os “órgãos de democracia proletária” tomem o poder. Por que não disse isso? Por que não mostra que esses órgãos estão destinados a tomar o poder ou, em caso contrário, a desaparecer, já que são incompatíveis com a existência do regime capitalista? Por que não os define como organizações para a ofensiva revolucionária que, ainda que taticamente possam cumprir tarefas defensivas, não perdem por isso seu caráter de organizações para a revolução socialista?

Mas há outros problemas que as massas enfrentam, de caráter urgentíssimo, que a estratégia do camarada Maitan não observa, principalmente no plano contra-revolucionário antidemocrático do MFA-PC. Os “órgãos” devem combatê-los ou não? Não se trata, como disse Maitan, de não “reforçar a autoridade e órgãos do MFA”, como se fosse um encargo das organizações de massas. Trata-se de algo mais

concreto e decisivo: enfrentar e esmagar, a partir dos “órgãos de democracia operária”, a “autoridade e órgãos do MFA”, combater e denunciar seus planos de preparar, por meio da luta e da propaganda, o inevitável enfrentamento físico com o governo. A crise econômica e o desemprego que se agravam dia a dia, são os problemas mais agudos que as massas enfrentam. Os “órgãos de democracia proletária” não têm nada a fazer quanto a isso? Em Angola, o exército imperialista português continua presente para servir às manobras colonialistas do MFA. Não há nada a propor aos “órgãos” em relação a isso? Se suprimem as liberdades, se perseguem o PS e os maoístas. Devemos exigir das comissões operárias que os defendam?

Muitos companheiros incorrem no mesmo erro de Maitan: fazer declarações gerais em favor dos órgãos de duplo poder sem relacioná-los com as necessidades decisivas das massas, sem estruturar ao seu redor um programa que se estenda e dê soluções a todas as tarefas do movimento de massas, fundamentalmente a mais urgente e imediata de todas nesta etapa, a revolução socialista, a tomada do poder por esses órgãos, a denúncia e enfrentamento sistemático com o MFA no governo, até conseguir a insurreição contra ele.

Os “órgãos de democracia proletária” são a mais democrática das formas de organização da classe operária. Como toda forma organizativa, são precisamente isso, uma forma: necessitam um conteúdo, saber para que servem, que problemas da classe operária devem solucionar. Sem um programa de transição que mostre soluções aos problemas mais agudos da classe operária e do povo, sem deixar claro que a tarefa central dessa forma organizativa é a revolução socialista contra o governo do MFA-PC, os “órgãos de democracia proletária” se transformam em uma forma vazia, que podem se inflar com conteúdos reacionários – órgãos momentâneos do Estado burguês ou dos sindicatos – e logo desaparecer, porque a reação capitalista vence. Isto é o que pode ocorrer hoje em Portugal, com a ultra-esquerda tentando transformar os comitês em sua tendência política, e deixando que o

governo manobre com eles.

Enfim, não podemos concretizar os famosos “órgãos”? Existem realmente ou não? Se não existem, devemos dizer quais devem ser criados. Se existem, temos de chamá-los por seu nome. Não são comissões operárias e comitês de soldados como achamos que são? São as assembleias populares fundadas pelo MFA? Não são, mas podem chegar a sê-lo? Temos de falar claro, a situação revolucionária exige isso mais do que nunca.

Dizemos isso pela falta de precisão e clareza sobre o caráter, a força e a dinâmica desses órgãos. Maitan nos diz que temos de estendê-los. Controlam apenas uma parte mínima do movimento de massas, como nós dizemos? Se é assim, temos um problema de vida ou morte para estender esses órgãos, ganhar para eles o movimento de massas, principalmente a maioria do movimento operário e o povo que votaram com os socialistas, assim como os camponeses que votaram nos partidos burgueses e os operários stalinistas. Como ganhá-los? Fazendo com que esses órgãos estejam à frente na defesa de todos esses setores do ataque reacionário do governo do MFA, transformando os “órgãos” em organizações unitárias para a mobilização revolucionária contra o governo. Se não damos esse caráter aos órgãos, não há como ampliá-los e, o que é pior, poderão ser utilizados como ferramentas do plano bonapartista do MFA. Ao não denunciar o MFA como o principal inimigo dos trabalhadores neste momento, se facilita essa manobra.

Este deve ser o eixo de nossa intervenção decidida, audaciosa nas organizações que surjam com possibilidades de se desenvolver como órgãos de poder operário. Entretanto, os agentes do MFA irão, com seus “idiotas úteis” da ultra-esquerda, a essas organizações colocar problemas divisionistas, administrativos ou de ataque à social-democracia “contra-revolucionária e agente do imperialismo”, enquanto nós devemos ir lá para denunciar o governo e defender as massas de seu ataque. A ordem do dia nas reuniões dos “órgãos” de base teria um só ponto, com muitos sub-pontos: como defender o povo angolano, o PS, os maoístas, a classe operária, os soldados, os camponeses, do ataque do governo contra-revolucionário? Não podemos nos desviar deste objetivo, ainda que se mostrando por muitas faces, de denunciar o governo, de preparar as massas politicamente, por meio de propaganda, para o inevitável choque físico, insurrecional contra o governo. Se não conseguimos que os “órgãos” se ampliem até abarcar as massas como organizações de poder dual para a luta frontal contra o governo contra-revolucionário do MFA, até derrotá-lo, estes passarão a ser não órgãos de poder, mas uma manobra engenhosa da burguesia, que conseguiu enganar muita gente das fileiras da ultra-esquerda.

Repetimos, só um programa de transição que unifique todos os setores do movimento de massas, começando pelos operários socialistas por serem os mais numerosos, pode conseguir a extensão dos órgãos de poder, sejam eles comissões de operários e soldados, ou assembleias populares. E enquanto não conseguimos que estes comitês ou embriões de poder dual deixem de ser manobrados pela ultra-esquerda e utilizados pelo MFA, não conseguiremos que se transformem em organização para a mobilização revolucionária das massas.

Hoje, infelizmente, esses órgãos estão controlados pela ultra-esquerda. Por isso, nosso movimento tem a obrigação de não esperar nem um minuto que



estes comitês mudem sua política e direção ultra-esquerdista para atuar. Temos de lutar já, agora mesmo, para impor o programa de transição que a realidade exige, com ou sem os organismos de base. Isto significa, nos dias de hoje, a luta na primeira fileira, ao lado dos operários socialistas, pela defesa das liberdades democráticas. Isto significa levantar já, agora mesmo, a palavra de ordem de retirada imediata e incondicional das tropas portuguesas de Angola. Com essa luta poderemos dar vida nova e agitar os órgãos ou embriões de poder dual.

O exemplo da Espanha

O que dizemos é perfeitamente conhecido pelo trotskismo. *The Militant*, ao comparar as revoluções russa e portuguesa, insiste na necessidade das formas soviéticas. Efetivamente, o Partido Bolchevique manteve uma linha central durante todo o ano crucial de 1917: dar todo o poder aos soviets. Todas as outras palavras de ordem – Fora os ministros burgueses, Todos contra Kornilov, Boicote, Assembléia Constituinte, Paz etc – eram táticas, se combinavam com a fundamental, a estratégia da revolução operária e socialista por meio da tomada do poder pelos soviets.

Pode-se dizer que esta estratégia estava justificada na Rússia, onde os soviets existiam e estavam centralizados em todo o Império, mas não em Portugal, onde não há nada parecido. Não é assim. Sempre, em todo país onde se iniciou um período pré-revolucionário ou revolucionário, o trotskismo tirou uma conclusão estratégica revolucionária: impulsionar os germes de poder dual existentes ou, onde não existiam, ser seus iniciadores, como forma de orientar-se para a revolução socialista e a tomada do poder pela classe operária. Assim foi como, em situações muito menos revolucionárias que a portuguesa atual, os trotskistas levantaram como ponto fundamental de seu programa a criação ou o desenvolvimento dos soviets ou outros órgãos de poder dual. Tais foram os casos da Espanha a partir de 1931 e da França em meados de 30.

A partir de 1931, teve início na Espanha

uma situação pré-revolucionária muito mais aguda que a de hoje, em Portugal, ou a de 1917 na Rússia. Entre outras razões, porque o exército espanhol não havia sofrido nenhuma crise e pôde manter-se como o baluarte mais forte da contra-revolução. Apesar disso, Trotsky não se cansou de dizer que a única política correta era a luta pelas tarefas democráticas, mas tendo como eixo o desenvolvimento dos organismos de poder operário.

“As massas da cidade e do campo – dizia Trotsky em 12 de janeiro de 1931, assim que começou a revolução espanhola – podem unir-se no momento atual somente por reivindicações democráticas (...) Por outro lado, obviamente será possível construir soviets no futuro imediato unicamente mobilizando as massas sob as bases de reivindicações democráticas”. (Trotsky, *The Spanish Revolution*). Em um de seus trabalhos mais importantes daquele período sobre a Revolução Espanhola, de janeiro de 1931, apesar de um circunstancial retrocesso do movimento, Trotsky dedica um capítulo especial para explicar a necessidade de impulsionar as “juntas revolucionárias”, nome espanhol dos soviets. Sua palavra de ordem é de conclusão: “o que está colocado hoje na Espanha são as juntas operárias”. Ele insiste também na necessidade das juntas camponesas e de soldados. (op.cit.)

Em abril do mesmo ano, nos “Dez mandamentos aos comunistas espanhóis”, Trotsky sintetiza o programa revolucionário para a Espanha da seguinte forma: nos pontos sete e nove do programa democrático e agrário respectivamente, mas no oito – que une, e não por casualidade, os outros dois – mostra que a palavra de ordem central do proletariado é a de soviets operários”. E, para esclarecer confusões, diz mais adiante que “os soviets operários não significam a imediata luta pelo poder”. (op.cit.)

No dia 20 do mesmo mês, Trotsky sintetiza todo o programa leninista-trotskista para a Espanha: “Em outras palavras, é necessário que os comunistas, no momento atual, se postulem como o partido que defende a democracia da forma mais consistente, decisiva e intransigente. Por outro lado, é necessário proceder imedi-



atamente à formação de soviets operários. A luta pela democracia é um excelente ponto de partida para isso. Eles têm seu próprio governo municipal: nós, os operários, necessitamos nossas próprias juntas nas cidades para proteger nossos direitos e interesses”. (op.cit.)

Sobre esse mesmo ponto, Trotsky volta a insistir, em fins de maio, em um de seus artigos fundamentais, “A revolução espanhola e os perigos que a ameaçam”: “Sem dúvida, a tarefa imediata dos comunistas espanhóis não é a luta pelo poder, mas a luta pelas massas, e além disso, esta luta se desenvolverá no próximo período sob a base da república burguesa e em grande medida sob a palavra de ordem da democracia. A criação de juntas operárias é, sem dúvida, a principal tarefa do dia”. (op.cit.)

Em setembro de 1931, em uma carta, Trotsky comenta que a palavra de ordem dos soviets não foi assumida pela classe operária, e chega à conclusão de que é preciso insistir que a principal tarefa é o desenvolvimento de um pólo de poder operário: “Em todo caso, se a palavra de ordem de soviets (juntas) não tem resposta, devemos nos concentrar na palavra de ordem de comitês de fábrica (...) Sobre a base dos comitês de fábrica, podemos desenvolver a organização soviética sem nos referir a ela por seu nome”. (op.cit.)

Depois da vitória eleitoral da Frente Popular e antes da guerra civil, Trotsky volta a insistir nisso. Em abril de 1936, referindo-se às tarefas dos trotskistas nesse momento, sublinha nos pontos oito e nove: insistir sempre em que as massas em luta formem e constantemente expandam seus comitês de ação (juntas, soviets) eleitos ad hoc (...) Contrapor o programa da conquista do poder, a ditadura do proletariado e a revolução social a todos os programas híbridos (a la Caballero e Maurin). (...) Este é o verdadeiro caminho da revolução proletária, não há outro”.

Não queremos entrar novamente na discussão sobre se há ou não um grande paralelismo entre a Espanha republicana e Portugal de hoje, como acreditamos. O que não pode haver dúvida alguma é que, em condições muito menos revolucionárias que a de Portugal hoje, para Trotsky a palavra de ordem e eixo essencial de nossa política era a criação de soviets ou organismos de poder da classe operária.

E tampouco pode haver dúvidas de que Trotsky combateu também as tendências que – como faz Maitan hoje em dia – levantavam um programa de soviets ou ditadura do proletariado não ligado às palavras de ordem democráticas e de transição que vinham sendo colocadas pelas massas. Já citamos como ele remarcava que a “luta das massas” se desenvolvia por um período “sob a base da República Democrática e em grande medida sob a palavra de ordem da democracia”.

Criticando a “plataforma da Federação Catalã”, que dizia que “as massas operárias se organizarão elas mesmas em todas as províncias sob a base de juntas revolucionárias”, Trotsky respondia exasperadamente: “com que fim? Não se indica nenhum programa. Não somente não se menciona que juntas desse tipo têm de ser a garantia da passagem revolucionária do poder às mãos dos operários e camponeses pobres, mas que tampouco têm um programa de reivindicações transitórias. Não mencionam que a junta é uma organização do proletariado e as massas exploradas contra a classe que está no poder, isto é,

contra a burguesia. A junta é vista como organização revolucionária no espírito da tradição da pequena burguesia espanhola”. (op.cit.)

O exemplo francês

Em 1935, quando subia na França um governo reacionário bonapartista e o fascismo se desenvolvia junto com a crise econômica, Trotsky não levantava um programa de liberdades democráticas como fazia o stalinismo, mas outro muito diferente: “explicando todos os dias às massas que o capitalismo burguês em putrefação não permite não só a melhoria de sua situação, mas inclusive a manutenção do nível de miséria habitual; colocando abertamente diante das massas a tarefa da revolução socialista como a tarefa imediata de nossos dias, mobilizando os operários para a tomada do poder; defendendo as organizações operárias por meio das milícias, os comunistas (ou socialistas) não perdem, ao mesmo tempo, nenhuma chance de arrancar do inimigo, durante a luta, tal ou qual concessão parcial ou pelo menos impedir que se rebaixe ainda mais o nível de vida dos operários”. (L.T. *Onde Vai a França?*)

Em junho de 1936, a partir das ocupações e da Frente Popular, Trotsky levanta este programa: “os comitês de ação não podem atualmente ser outra coisa que comitês de grevistas que ocupam as empresas. De oficina em oficina, de fábrica em fábrica, de bairro em bairro, de cidade em cidade, os comitês de ação devem estabelecer uma ligação estreita entre si e unir-se em conferências por cidade, por ramos de produção, por distritos, para terminar em um congresso de todos os comitês de ação da França.

Está aí a nova ordem, que deve substituir a anarquia atual.” (op.cit.)

Este texto é de 5 de junho de 1936; alguns dias depois, em 9 de junho, Trotsky insiste em uma posição similar à adotada em relação à Espanha: “a nova organização deve responder à natureza do próprio movimento, refletir as massas em luta, expressar sua vontade mais firme. Trata-se de um governo direto da classe revolucionária. Não há necessidade de inventar aqui novas formas: há precedentes históricos. As oficinas e fábricas elegem seus deputados, que se reúnem para elaborar em comum os planos de luta e para dirigi-las. Inclusive, não é preciso inventar outro nome: são os soviets de deputados operários”. (op.cit.)

Trotsky estava errado ao dar tanta ênfase e considerar como eixo da política revolucionária a criação e desenvolvimento dos soviets ou outros órgãos de poder, sujeitando todas as outras palavras de ordem a esta tarefa? Ou estava certo e, salvo as diferenças táticas, essa é a linha justa atualmente em Portugal? Esta última é a nossa opinião.

É preciso defender, desenvolver e centralizar as comissões operárias e os comitês de soldados, dar-lhes a perspectiva da revolução socialista, prepará-los para a inevitável luta armada contra o governo, combiná-los com todas as tarefas que as massas portuguesas enfrentam. Qualquer política que não seja essa não é trotskista, mas “poumismo” de diferentes tipos, que utilizam o programa bolchevique-leninista para escamotear tanto a democracia e o enfrentamento com o governo contra-revolucionário do MFA-PC, como a revolução socialista, que são as duas tarefas imediatas que as massas portuguesas têm pela frente.”

TESE XXVII

A IMPORTÂNCIA FUNDAMENTAL DAS PALAVRAS-DE-ORDEM E DAS TAREFAS DEMOCRÁTICAS

A ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE

As palavras-de-ordem e as tarefas democráticas adquirem importância cada vez maior devido as tendências mais profundas, tanto do imperialismo e dos monopólios, como da burocracia. Todos eles têm uma tendência permanente aos Estados totalitários. É a única forma de frear o rumo permanentemente ascendente do movimento de massas. A influência estatal dos monopólios nos países capitalistas e imperialistas, assim como a identificação do Estado com a burocracia nos Estados operários burocratizados, levam ao totalitarismo. Por isso, as grandes palavras-de-ordem e tarefas democráticas para todo o povo tornam-se cada vez mais atuais. Isso explica o caráter democrático geral das Revoluções de Fevereiro contemporâneas.

Quanto ao caráter, essas tarefas fazem lembrar a proposta da revolução democrático-burguesa; mas, por estarem colocadas contra a burocracia, o imperialismo, os monopólios e os Estados que respondem a estes setores, fazem parte da revolução socialista nacional e mundial. É isso que explica o fato de as direções pequeno-burguesas e burocráticas insistirem no caráter popular-democrático de suas revoluções, procurando dar-lhes um caráter não antiburguês, mas antimonopolista e, nos *países* atrasados, antifeudal. Não reconhecem que, apesar de serem tarefas democráticas, vão contra os regimes capitalista, imperialista e burocrático, e que isso confere uma nova dimensão às tarefas democráticas que retomamos. Pelo caráter das tarefas, é uma revolução francesa mas, pelas classes que combate, é uma revolução socialista. Têm de destruir o capitalismo nos países capitalistas ou a burocracia nos Estados operários burocratizados, para impor essas palavras-de-ordem e tarefas democráticas.

Daí a enorme importância que adquiriu a palavra-de-ordem de **Assembléia Constituinte**, ou variantes, em quase todos os países do mundo. Mas essa tarefa, antes da Revolução de Fevereiro, é relativizada por uma muito mais importante e decisiva, de tipo operário e popular: Abaixo o governo bonapartista ou ditatorial de plantão. A Revolução de Fevereiro se faz ao redor de uma palavra-de-ordem fundamental, que não é primordialmente Assembléia Constituinte, mas Abaixo as ditaduras. Esta palavra-de-ordem se aplica tanto na França, na Inglaterra, na Espanha, na Itália democrata-cristã, quanto se aplicou contra Caetano em Portugal e contra os coronéis gregos, e igualmente nos países atrasados, como demonstra a exigência de **Abaixo Somoza**. Também se aplica contra governos bonapartistas **burocráticos: Abaixo a ditadura de Brejnev!**


Esta palavra-de-ordem, que convoca não somente a classe operária, mas todo o povo a derrubar esses governos totalitários, ditatoriais ou, no mínimo,

bonapartistas ou ultra-reacionários, é a fundamental. Mas, assim que atinge o objetivo, em muitos países (sobretudo naqueles que tiveram regimes totalitários), se combina imediatamente com a de Assembléia Constituinte, como a máxima expressão de luta democrática. Sem esquecer nem por um minuto que é uma palavra-de-ordem burguesa, pois chama a uma Constituinte na qual cada homem é um voto, devemos reconhecer que é urna palavra-de-ordem mobilizadora e que tem, muitas vezes, conseqüências que a diferenciam de seu caráter democrático-burguês. Isso sobretudo nos países onde há uma numerosa classe média, principalmente camponesa.

A Assembléia Constituinte se transforma numa palavra de ordem para se opor à burguesia, para educar o movimento de massas e para desenvolver a unidade da classe operária com o campesinato, mas deve ser parte de um conjunto. Por exemplo, propomos Assembléia Constituinte para que se dê terras aos camponeses e para que nela se vote o armamento do proleta-

riado, a escala móvel de salários e de horas de trabalho, bem como a expropriação dos monopólios. Propomos Assembléia Constituinte, mas dizendo que “somos os maiores democratas, que se dê rádio e televisão a todas as correntes políticas que derrubaram o ditador de plantão”.

Nenhuma dessas palavras-de-ordem empalidece o eixo e a palavra-de-ordem essencial de toda etapa revolucionária pré-fevereiro ou pós-fevereiro, que é a de desenvolvimento do poder operário e popular.

Qualquer tentativa de colocar numa etapa revolucionária, a palavra-de-ordem **Assembléia Constituinte** como essencial, é urna traição direta à política trotskista, que não tem como objetivo fazer uma revolução democrática, e sim uma revolução que leve a classe operária e seus aliados, organizados revolucionariamente, ao poder. Por isso, todas as palavras-de-ordem devem ser combinadas entre si, com o objetivo supremo de desenvolver o poder operário e popular. Isso é o que propomos e aplicamos perante o movimento operário. 

A POLÊMICA SOBRE AS APTIDÕES REVOLUCIONÁRIAS DO PROLETARIADO

VALÉRIO ARCARY

Professor de História e dirigente do PSTU (Brasil)

Uma significativa parcela da intelectualidade socialista, e mesmo da esquerda que se reivindicava revolucionária até alguns anos, vem renunciando ao proletariado considerando que, por sua vez, o proletariado teria renunciado à revolução anti-capitalista. Outros ainda se reivindicam socialistas, mas renegam a revolução porque ela “degeneraria sempre em tirania”. Finalmente há aqueles que se divorciaram do proletariado, da revolução e também do socialismo porque teria se aberto a época da “crise das ideologias”, depois da restauração capitalista na ex-URSS. Diante da hegemonia do mercado e da democracia burguesa, fizeram as pazes com o capitalismo e resignaram-se a lutar pela cidadania. À sua maneira, não poucos retomam a expressão proverbial de 68: “Cristo está morto, Freud está morto, Marx está morto, e eu não estou me sentindo muito bem...”

Muitos abraçam o mundo dos “excluídos” no lugar que, no passado, foi do mundo do trabalho. Como se a classe operária industrial tivesse se transformado em um parcela privilegiada, porque “incluída”, já que, pelo menos, tem um emprego. Outros depositam a sua esperança nos trabalhadores “intelectuais”, aquela parcela do trabalho assalariado com alto índice de instrução. Corresponde também a essa nova visão de “esquerda” do mundo, a luta pela “democracia participativa” como “paradigma utópico”, no lugar do que antes foi a luta pelo socialismo.

O “velho” movimento operário e sindical deixou de ser o pólo de atração que foi no passado. Não é estranha a esse sentimento uma generalizada frustração com a burocratização dos sindicatos e da CUT que, nos anos 80, se afirmavam como a coluna vertebral da auto-organização independente, assim como com a adaptação eleitoralista do PT. Simetricamente, o movimento anti-globalização, não só no Brasil, tem despertado grandes simpatias e não poucas ilusões. Mas como seria inevitável em todo movimento que ainda não tem programa, mas já tem direção, há um grande abismo entre a vontade que se inspira no exemplo das ações internacionalistas contra o FMI, ALCA, Banco Mundial e União Européia, como as de março último em Barcelona, e a limitada iniciativa política do Conselho Internacional do Fórum.

A versão completa deste artigo encontra-se na revista *Interalia*, no site www.interalia.cjb

Não é a primeira vez que esse processo ocorre. Depois de 1968, uma parte dos que se reivindicavam da luta socialista também deram as costas ao movimento operário. Argumentavam, por diferentes razões, que este teria sido assimilado à ordem econômico-social do capitalismo. Especulava-se, naqueles anos, sobre a potencialidade da radicalização dos estudantes, ou dos jovens. Outros estavam fascinados com o exemplo da revolução cubana e convencidos de que as massas camponesas dos países pobres e, sobretudo, o voluntarismo de uma vanguarda armada poderiam substituir a ação de massas do trabalho assalariado. A classe operária já não seria mais a mesma, fosse pela menor importância de sua participação na produção, devido à explosão do setor de serviços, fosse pela sua menor disposição de luta, integrada às aspirações da sociedade de consumo.

Depois do segundo Fórum de Porto Alegre, este novo internacionalismo embrionário, que ainda não é proletário, nem revolucionário, estará colocado diante do desafio de retomar a discussão de estratégia e programa. Ensina a sabedoria popular que quem não sabe contra quem luta não pode vencer. Mas também é verdadeiro que quem não sabe o quer, corre o risco de lutar em vão. Já se disse, mais de uma vez, que nada de novo poderá surgir da perda da memória. Convém, portanto, conferir as velhas idéias e hipóteses, e verificar com muito rigor se elas envelheceram mesmo, antes de abraçar outras, perigosamente atraentes e “populares”, mas que, como o fogo de palha, brilham intensamente, mas se apagam rápido.

Se o impressionismo de jovens é tanto explicável como desculpável, porque lhes falta a perspectiva que somente os anos e a experiência podem oferecer, o mesmo não se pode dizer da dedicação incansável com que intelectuais torturam os clássicos da literatura marxista para demonstrar qualquer coisa. Não estamos, contudo, entre os que enxergam a tradição socialista como as tábuas da lei. Mas reivindicamos uma tradição. Não vamos recorrer a citações de Marx, Lenin, Rosa Luxemburgo, Gramsci, Trotsky ou Moreno. Não se encontrará nas linhas que se

seguem uma polêmica fundamentada em argumentos de autoridade. Nos apoiaremos somente em apreciações de processos históricos.

Um proletariado ontologicamente reformista porque incapaz de ações revolucionárias?

A luta dos trabalhadores urbanos demonstrou uma **inquestionável força social e protagonismo político** e afirmou-se como o **mais poderoso movimento social** dos últimos cem anos. Resumindo, e como sempre em um resumo, sendo brutal: cinco vagas da revolução antiimperialista e anticapitalista se sucederam: a primeira, na seqüência da revolução russa, entre 1917 e 1923, teve epicentro na Europa central. A segunda, depois da crise catastrófica de 1929, teve seu eixo na Alemanha, mas depois da vitória de Hitler alcançou a forma mais dramática, na Espanha. A terceira se seguiu à derrota do nazi-fascismo, tendo a França e a Itália vivido crises revolucionárias que foram derrotadas, e culminou no triunfo da revolução chinesa. A quarta foi aberta pelo Maio francês e se estendeu durante os anos 70, da derrota americana no Vietnã à libertação das ex-colônias portuguesas, até o triunfo na Nicarágua sandinista e a derrubada do Xá no Irã. A quinta e última vaga, entre 89 e 91, foi exterior à área de influência capitalista, e foi, também, derrotada, não conseguindo barrar o processo de restauração capitalista iniciado por Gorbachev.

Mas é certo, também, que **a revolução socialista não triunfou** ainda em nenhum dos países que foram o berço do moderno movimento operário. Alguns veteranos militantes marxistas, no entanto, pensam de forma diferente. Entre eles, merece atenção as recentes conclusões de Jacob Gorender, que reabre a discussão em nosso país. Ele defende, em livro recente, *Marxismo sem Utopia*, que o intervalo histórico do século XX já foi suficiente para se fazer um balanço terminal sobre a vocação reformista do proletariado:

“Não há dúvida de que, levado pela paixão revolucionária e pelo exagero na apreciação de

indícios objetivos, Marx fez a proposição de uma necessidade histórica, que se desprende da fundamentação empírica e discursiva. **Desta maneira, preparou o mais difícil impasse que a doutrina por ele fundada hoje enfrenta.** As explicações a respeito da força do reformismo no seio da classe operária, embora esclarecedoras, não foram, segundo penso, ao fundo da questão. É incontestável a influência da ideologia burguesa e das concessões materiais prodigalizadas pela burguesia de países como a Inglaterra do século XIX, privilegiada pela obtenção de ganhos extraordinários. **Porém, mais a fundo, vamos encontrar algo que os teóricos revolucionários do marxismo evitaram admitir e, no entanto, nas circunstâncias atuais, já é impossível negar. Isto é, que a classe operária é ontologicamente reformista. Toda a experiência histórico-mundial demonstra que, dia a dia, no transcurso cotidiano de sua existência, a classe operária não ultrapassa as fronteiras da ideologia do reformismo.**”(grifo nosso)¹

No plano teórico, é insatisfatório o método que pretende retirar conclusões ontológicas, portanto definitivas, sobre a “natureza do ser”, logo, sobre o protagonismo social e político do proletariado. O argumento central desta tese é que o intervalo histórico dos últimos cem anos, a época do imperialismo moderno, teria sido suficiente para demonstrar a incapacidade da classe trabalhadora de liderar um bloco social suficientemente forte para derrotar o capital.

O tema do intervalo histórico de cem anos merece, ele mesmo, alguma reflexão. Porque pode parecer muito razoável retirar conclusões teóricas, se consideradas essas escalas de temporalidade. Mais ainda, se considerarmos que os últimos cem anos, pela sua intensidade qualitativa, valem por dois ou três séculos. As medidas da História não são lineares como as dos relógios, em que todas as horas são iguais entre si.

Do ponto de vista do método, a figura filosófica do proletariado “ontologicamente reformista” fecha uma análise **que não pode ser teoricamente conclusiva, pelo menos, enquanto o sujeito social existir e lutar.** Se o capitalismo viesse a evoluir, hipoteticamente, no sentido de um novo modo de produção, seja ele qual for, de tal forma que prescindisse do proletariado, e por isso, se extinguisse o trabalho assalariado, então sim, seria possível, retrospectivamente, um balanço dessa natureza. **Mas enquanto existir luta, um sujeito social não pode se render.** Tem de se mover na defesa de seus interesses. Sempre foi assim para todas as classes sociais no passado.

Afinal, encontramos a burguesia e elementos relativamente desenvolvidos de relações capitalistas desde o século XI, mas a burguesia só se alçou à conquista do poder na França, o país decisivo no velho continente, no século XVIII, depois de uma transição muito lenta. Já sabemos que o feudalismo permitiu um amálgama de relações mercantis nos poros da sociedade medieval durante séculos. A passagem econômica ao capitalismo foi **um processo em escala internacional**, que culminou, a partir do século XVI, com a expansão marítima e a conquista do mercado mundial. Historicamente, não foi indispensável uma revolução política que abrisse o caminho para a transformação econômico-social anti-feudal. Mas, embora não tenha existido uma “transição nacional ao capitalismo”, o deslocamento do Estado Feudal e a tomada do poder pela burguesia foram, no entanto, **essencialmente, uma luta dentro de fronteiras nacionais.**



Jacob Gorender é um veterano militante comunista. Foi membro do Comitê Central do PCB nos anos 50 e, nos anos 60, um dos fundadores do PCBR ao lado de Mário Alves e Apolônio de Carvalho. Preso pela ditadura militar, ao sair trabalhou na Editora Abril onde foi editor da coleção *Os Economistas*. É autor de dois clássicos: *Combate nas Trevas*, um dos melhores balanços das desventuras da esquerda armada brasileira e *O Escravismo Colonial*. É também autor do *Marxismo sem Utopia*, motivo desta polêmica.

E essa luta conheceu incontáveis fracassos, sofreu derrotas e passou por inúmeros compromissos. O que nos diz Gorender?

“Enquanto a burguesia foi uma classe efetiva e eficientemente revolucionária, o revolucionarismo do proletariado é, por enquanto, inexistente ou, quando menos, problemático. Constatação histórica da qual nós, os marxistas, precisamos extrair as devidas conclusões, se quisermos restabelecer a coerência teórica que hoje nos falta.”(grifo nosso)²

Descobrimos que a burguesia teria sido mais revolucionária na luta contra o feudalismo do que o proletariado na luta contra o capitalismo. A história ensina, no entanto, que não só o proletariado, mas o movimento político de todas as classes sociais, inclusive a burguesia, quando se situava como uma classe média no interior das formações sociais feudais, nunca se colocaram *a priori* a revolução como um projeto. Este só existe como uma elaboração programática de uma vanguarda teórica. As classes sociais sempre lutam por seus interesses **no interior das relações sociais estabelecidas**. Somente quando não mais conseguem a conquista de reformas que as beneficiem, procuram a via da luta pelo poder político. Somente quando a pressão objetiva do impacto da crise social se abate de forma catastrófica sobre seus ombros, tornando a preservação da ordem política **intolerável**, somente portanto em condições excepcionais, em circunstâncias de **crise revolucionária**, se vêem empurradas para a vertigem da luta pelo poder. Quem empurrou a burguesia francesa para o caminho da revolução foi a obstinação da aristocracia feudal em preservar, a qualquer preço, seus privilégios e seu Estado. A monarquia absoluta dos Bourbons, depois do endividamento causado pelas guerras contra a Inglaterra e, curiosamente, depois da única guerra em que a França participou da coligação vitoriosa, a Guerra de Independência das colônias inglesas na América, resolveu elevar de forma draconiana a carga fiscal, e para esse fim, foi

forçada à convocação dos Estados Gerais, que não reuniam desde o início do século XVII. Quem empurrou o proletariado de Petrogrado para a conquista do poder foi a impotência da burguesia russa de romper com o imperialismo francês e fazer a paz com a Alemanha.

Enquanto, portanto, o capitalismo for capaz de absorver as reivindicações operárias, não veremos a abertura de crises revolucionárias, independentemente do maior ou menor voluntarismo político dos socialistas revolucionários. Em síntese: **a questão teórico-histórica é saber se o capitalismo tem condições de fazer, em escala mundial, no início do século XXI, as concessões que aceitou negociar com o proletariado europeu no final do XIX.**

Nesse sentido, à luz de uma perspectiva histórica mais ampla que um balanço impressionista das derrotas do final do século XX, a última palavra ainda não foi dada. A luta é sempre uma aposta no futuro.

Um proletariado que só luta por reformas seria incapaz de fazer revoluções?

No plano político, não parece sustentável fazer uma oposição irreconciliável entre “objetivos” de reforma e de revolução. Podemos admitir que não existe na luta de classes correspondência direta entre reivindicações e formas de luta: pode-se lutar com métodos e entrega revolucionária por “reivindicações de reforma”, e defender um programa revolucionário, com absoluta coerência, por dentro de processos eleitorais, o suprassumo dos métodos reformistas. Correntes reformistas, ou seja, com um programa etapista de reforma social do capitalismo, podem recorrer a métodos de ação direta, podem até pegar em armas e fazer guerrilhas, como já ocorreu mais de uma vez na América Latina. Por sua vez, organizações revolucionárias não só podem como devem participar de eleições, se as esperanças das massas estão depositadas nas urnas. Vejamos o argumento de Gorender:

“Fora do cotidiano, trava, às vezes, lutas sangrentas, de alta intensidade no que se refere aos



meios empregados, **mas o faz por objetivos de reforma, não de revolução.** Quanto mais desenvolvida e poderosa a classe operária, mais reformista é a sua conduta política, maior sua preferência pelos benefícios de possível obtenção dentro do regime capitalista e mais taxativa sua rejeição de iniciativas revolucionárias. Ou seja, a condição ontológica reformista da classe operária não se enfraquece, **mas se fortalece com o seu desenvolvimento.**”(grifo nosso)³

O argumento se apóia, supomos, no comportamento político do proletariado dos países centrais no pós-guerra, em especial na Europa. No entanto, não parece nem histórica, nem politicamente satisfatória a explicação do pacto social do pós-guerra em função de uma natureza “ontologicamente reformista” do proletariado. Não é mais plausível que o impressionante crescimento da economia europeia entre 45 e 74, apoiado na já referida coexistência pacífica, tenha sido a razão de fundo das concessões que então foram possíveis? E, sendo assim, não é possível que, diante da crise e da recessão mundial que hoje vivemos, o velho proletariado “reformista” não volte a se levantar, como na vaga europeia que se seguiu à crise de 1929? Em 1968, na França e Itália, não tivemos uma imagem aproximada do que poderá vir a ser a força social das novas gerações proletárias? A greve geral dos trabalhadores estatais e do funcionalismo na França em dezembro de 95, que levou à antecipação eleições e à queda de Juppé, não foi uma antecipação do que poderá vir a ocorrer?

Gorender previsivelmente responderia: mas, e o que existiu de objetivos revolucionários nesses exemplos? Enfrentemos então a questão dos “objetivos de reforma”: será que a redução da jornada de trabalho sem redução de salários, ou trabalho para todos, é sempre reformista? Mas, e se o capitalismo não puder mesmo garantir trabalho para todos? Nessas circunstâncias, a exigência da intervenção do Estado e a expropriação das grandes empresas que demitem não pode adquirir um conteúdo revolucionário, ou seja, levar as grandes massas à compreensão da necessidade da luta pelo seu próprio poder? **A história não nos ensina que as mesmas reivindicações podem adquirir um caráter reformista ou revolucionário, dependendo das condições das classes dominantes de fazerem ou não essas concessões, e da determinação das classes exploradas de levar a luta por elas até ao fim?**

Não foi essa a premissa de Marx ao alertar que, uma época de revolução social só se abriria quando a crise do capital, pela tendência histórica à queda da taxa média de lucro, tivesse atingido um patamar de crise crônica em que, mesmo a luta pelas mais mínimas reivindicações, exigiria a luta pelo poder? Em **resumo: uma época revolucionária seria aquela que se define pelo bloqueio das forças produtivas e pelo crescimento das forças destrutivas, um período regressivo em que a preservação das relações sociais capitalistas impediria as concessões e exigiria uma exacerbação da super-exploração de mais-valia.** Esta premissa histórico-teórica é o fundamento das expectativas do marxismo revolucionário desde a fundação da Terceira Internacional.



A argumentação de Gorender seria, portanto, mais consistente e radical se tivesse seguido o caminho, já trilhado por outros, que defenderam que a previsão de Lenin de que se teria aberto uma época revolucionária com o moderno imperialismo, há cem anos atrás, não teria se confirmado. Mas isso o colocaria diante de um paradoxo histórico: como explicar que a propriedade privada chegou a ser derrotada em países onde viviam algo próximo a um terço de toda a humanidade, se não se abriu uma época de crise histórica do capitalismo?

Em resumo: as grandes massas se engajam na luta de classes, seja maior ou menor a intensidade inicial do conflito, com o objetivo de defender os seus interesses, **e despojadas de um projeto de como a sociedade deverá se reorganizar. A questão do poder, isto é, da revolução política, só se coloca quando todas as outras vias foram ensaiadas e esgotadas.**

Nenhuma classe lutou tanto quanto o proletariado

No plano histórico, parece incontroverso que o proletariado comprovou, em variados processos, disposição para ações revolucionárias. Foi assim na Europa Central entre 17 e 23, na Europa mediterrânica entre 45 e 48, e de novo na França, Espanha e Portugal, entre 68 e 76. Outros exemplos demonstram o protagonismo social do proletariado nos países dependentes: os mineiros bolivianos na revolução de 1952, no Cordobazo argentino, e mesmo no Brasil, onde os metalúrgicos do ABC estiveram à frente da vaga de greves e lutas entre 1978- 81. A ironia da História quis, todavia, que a maioria das revoluções vitoriosas, mesmo quando socialistas, não fossem proletárias. Ainda assim, Gorender é peremptório: o proletariado não foi e não será capaz de ações revolucionárias anti-capitalistas, mesmo que a super-exploração venha a atingir os trabalhadores dos países centrais.

“No final do século XX, o papel do proletariado se torna, não obstante, demasiado problemático diante das circunstâncias já abordadas (...) A expansão da indústria capitalista nos paí-

ses atrasados, aos quais o capital multinacional acorre em busca de força de trabalho barata, enquanto nos países desenvolvidos aumenta o desemprego estrutural e caem os salários reais, **levou Arrighi a concluir que ocorrerá um nivelamento internacional por baixo das condições de existência da classe operária, de tal maneira que finalmente passará a existir aquele proletariado descrito no Manifesto comunista de Marx e Engels. Trata-se de uma conjectura e sua confirmação não mudaria, segundo penso, a propensão ontológica reformista do proletariado.** (grifo nosso)⁴

Nessa passagem, observemos, o proletariado deixou de ser ontologicamente reformista e passou a ter uma propensão. Temos uma relativização, portanto. Mas por que os trabalhadores americanos e japoneses, se vierem a ser atacados como os operários brasileiros e argentinos, não reagiriam da mesma forma? A crise não poderá levar as burguesias imperialistas a ter de destruir os direitos conquistados pela geração anterior, se for necessário para a defesa de suas “vantagens competitivas” em cada país? Não é isso que Berlusconi persegue na Itália, e provoca, em resposta, a maior mobilização do pós-guerra, no passado mês de março?

A demonstração da confirmação ou não da disposição para ações revolucionárias não se resolve, portanto, com um terrível, e além disso muito parcial, balanço das derrotas do passado, que só serve para semear desmoralização.

O proletariado se uniu em “matrimônio indissolúvel” com os reformistas?

Que os trabalhadores foram (e são) sindical e politicamente reformistas em condições não-revolucionárias e, com mais razão, em situações contra-revolucionárias, não é uma descoberta que impressione. Na verdade, as amplas massas proletárias são até hostis às idéias revolucionárias nessas circunstâncias. A esse propósito, Gorender usa a imagem de “amor não correspondido” para definir com humor cáusti-

co as relações entre os trotskistas e o proletariado:

“Compreende-se a incapacidade crônica do trotskismo para organizar e liderar movimentos de massa, dada sua insistência dogmática em apelar à suposta vocação revolucionária do proletariado. Uma vez que este se mantém surdo aos apelos, os trotskistas não conseguem ultrapassar a condição de seita. Trata-se de um caso típico de amor não correspondido.”

O relativo isolamento dos trotskistas certamente merece uma explicação marxista rigorosa, e até impiedosa, se necessário. E é certo que a marginalidade das organizações da Quarta Internacional teve como seqüela uma crise crônica que se manifestou ora em adaptações oportunistas às pressões das correntes majoritárias, ora no enrijecimento sectário em torno de diferenças que podem parecer minúcias talmúdicas. Será que essa influência reduzida a setores de vanguarda pode se explicar pela ausência de disposição revolucionária do proletariado? Parece mais razoável explicar a marginalidade política da Quarta Internacional pelo fortalecimento do stalinismo no pós-guerra, aliás, mais em função do prestígio da ex-URSS depois da derrota do nazismo, do que pelos acertos das direções dos PC's no Ocidente.

Mas não foi um privilégio dos trotskistas terem sido desprezados, em algum momento, pelos trabalhadores que pretendiam representar. Outras correntes revolucionárias tiveram, fora de situações revolucionárias, melhor sorte? Marx, Rosa, Gramsci e muitos outros não tiveram, no seu tempo, em grande medida, as mesmas vicissitudes? Combateram em situações em que o isolamento político demonstrou-se inevitável. Por outro lado, quis a ironia da história que reformistas incorrigíveis, mas favorecidos pelas circunstâncias dos tempos políticos que são, em grande medida, acidentais, fossem carregados pela força de ventos históricos, que estavam longe de compreender, e se vissem à cabeça de gigantescas mobilizações que nem sequer suspeitavam serem possíveis, somente porque eram o único material humano disponível.

A conquista do apoio de massas obedece a inúmeros imponderáveis e não prova grande coisa, em si mesmo: **na maioria dos casos, as direções operárias burocráticas devem sua sustentação menos ao apoio dos trabalhadores, e mais ao apoio dos patrões.** Claro que, como insiste com razão Gorender, não há porque ser indulgente com os trabalhadores. Na verdade, podemos afirmar que, sem exceção, todas as correntes revolucionárias da história foram minoritárias em situações políticas adversas. Nesse sentido, foi parte do “destino” dos revolucionários aguardar a abertura de situações revolucionárias para sair da obscuridade. Hoje pode parecer inacreditável, mas Lenin era um ilustre desconhecido na Rússia alguns meses antes de Outubro. Os bolcheviques (apesar do nome de origem querer dizer maioria) foram sempre uma minoria, e durante muitos anos, uma ínfima minoria, pouco mais do que círculos de propaganda, e Lenin teve, na prática, mais de uma vez que reconstruir o partido, dilacerado por cisões ou destruído pela repressão.

Que tenha sido assim, não parece ser tão enigmático, já que o que define essas etapas (etapas de estabilidade política dos regimes de dominação, reacionárias ou contra-revolucionárias) é justamente uma correlação de forças que desaconselha a luta aberta e franca. Por uma razão simples: os trabalhadores



não sentem confiança em suas próprias forças. Nessas circunstâncias, quase sempre se entrincheiram atrás de suas organizações tradicionais, reforçam as lideranças mais moderadas e se protegem como podem.

O último argumento: os trabalhadores e suas representações políticas

Mas o tema do sujeito social revolucionário também foi historicamente focado pelo ângulo da formação da consciência de classe. Gorender identifica o problema, mas é duvidoso que tenha encontrado uma explicação satisfatória:

“Lenin se defrontou com a mesma questão. Polemizando com os partidários do chamado “economicismo”, afirmou, apoiando-se em Kautsky, que, espontaneamente, a classe operária não chegaria à consciência revolucionária de classe social. Deixada a si mesma, a classe operária somente seria capaz de alcançar a consciência sindicalista, a consciência da necessidade da luta conjunta pelas reivindicações econômicas. Seguindo um curso apenas espontâneo, seria inevitável a subordinação do proletariado à ideologia burguesa por intermédio da consciência sindicalista. **Uma vez que a teoria socialista era resultado unicamente da atividade da intelligentsia, a consciência revolucionária socialista deveria ser introduzida na classe operária, trazida a ela de fora para dentro. Lenin atribuíu tal incapacidade à força da ideologia burguesa, mais antiga, mais elaborada e dotada de recursos de comunicação muitíssimo maiores.** Esta argumentação visava demonstrar a necessidade do partido revolucionário, que se dedicasse não só a incentivar reivindicações econômicas, à maneira dos sindicatos, porém, prioritariamente, a introduzir no proletariado a consciência de classe revolucionária. (grifo nosso)⁵

Para começo de conversa, é bom lembrar que Lenin nunca defendeu que o proletariado não seria capaz, espontaneamente, de ações revolucionárias. Quantas páginas ele, Trotsky, e

Rosa Luxemburgo escreveram sobre a mobilização proletária na revolução de 1905? Afirmou sim, algo muito mais rigoroso: **que a experiência histórica demonstrava que, sem uma direção experimentada, seria improvável a vitória no calor de uma crise revolucionária.** Já foi muitas vezes repetido, mas de forma imprópria, que Lenin não teria senão recuperado a fórmula de Kautsky: aos intelectuais caberia o papel de introduzir a ciência no movimento operário. Entretanto, em *O que Fazer?*, que cumprirá este ano o centenário de sua publicação, Lenin defende algo muito diferente: que o programa de luta política pelo poder deve ser levado às organizações de massa dos trabalhadores pelo partido marxista. O partido, não os intelectuais, apresenta à classe um programa político, não a ciência.

Mas enfrentemos o argumento principal: a conclusão que afirma que o programa da revolução é apresentado à classe de fora, pelo partido, não parece ser incompatível com a disposição do proletariado para ações revolucionárias. É forçoso observar, em primeiro lugar, que todas as teorias revolucionárias (como a experiência histórica da revolução burguesa também comprova) foram construídas pela inteligência radical: esta, por diversas razões, se antecipa teoricamente à maturidade política do sujeito social que procura representar.

Não só a inteligência extremista elaborou as principais teorias de interpretação da sociedade humana, e os mecanismos de sua transformação, como tomou na sua mão a construção dos primeiros círculos, grupos, jornais e revistas que são a fase inicial de propaganda de um programa, indispensável para construir uma intervenção capaz de buscar uma base social para a defesa das novas idéias.

No caso da experiência dos partidos operários, esse processo tem como explicação evidente e agravante as condições materiais de exploração econômica e opressão política do proletariado, que tem as suas energias consumidas pela luta pela sobrevivência. Isto é muito diferente de concluir que o proletariado, se considerado como sujeito social que vive e necessariamente

luta, não constrói consciência de classe, organizações independentes e lideranças representativas, a partir da experiência acumulada em combates parciais. Nunca o marxismo clássico defendeu, em nenhuma obra dos seus dirigentes mais reconhecidos (que, por sua vez, polemizaram entre si exaustivamente sobre este tema da consciência de classe) a teoria absurda de que, sem a ação dos socialistas, a classe não construiria consciência de classe, ou não seria capaz de escolher nas suas próprias fileiras os seus chefes sindicais e políticos.⁶ Vejamos outras conclusões de Gorender:

“Constitui uma contradição lógico-formal reconhecer, até com muita ênfase, que o proletariado nunca alcança, por si só, espontaneamente, a consciência de classe revolucionária e, no entanto, atribuir-lhe a missão histórica de fazer a mais radical das revoluções. Com toda a evidência, nesta contradição lógico-formal in adjeto incorreu Lenin, em *Que Fazer?. Uma classe que é impotente para formar a própria consciência revolucionária só pode ser considerada, pela natureza do ser real, como uma classe também impotente para fazer a revolução.* Lenin e os seus companheiros bolcheviques se esforçaram para introduzir a consciência revolucionária no proletariado russo. Tiveram tanto êxito que, no momento da tomada do poder em novembro de 1917, não mais do que um único dentre os 21 membros do comitê central do partido bolchevique procedia das fileiras da classe operaria.”⁷

Mas, afinal, o que defendeu Lenin? Repetimos: nunca defendeu que só com a ação dos comunistas os trabalhadores retirariam conclusões revolucionárias sobre a crise do capitalismo. As conclusões revolucionárias só podem resultar de um processo prático de experiência material de milhões de pessoas em luta. Esses processos ocorrem, existam ou não marxistas atuando no movimento dos trabalhadores. O que Lenin defendeu foi que o proletariado, sem a orientação e liderança de um partido provado em anos de combates e derrotas parciais, enfim, sem o ponto de apoio de uma direção temperada na luta política, poderia lutar energeticamente até exaurir as suas forças, mas dificilmente seria vitorioso na luta pelo poder. Estava convencido de que a qualidade da direção poderia ser o fator qualitativo que separaria a derrota da vitória no calor de uma crise revolucionária. Não ignorava que em toda revolução há uma imensa margem de improviso. Mas lutou toda uma vida para reduzir os perigos da improvisação da direção, porque aprendeu a lição da Comuna de 1871 e da derrota de 1905.

A conclusão leninista sobre o lugar insubstituível do partido como força subjetiva *sine qua non* repousa, por sua vez, em uma avaliação sobre o papel do Estado a serviço do capital: a contra-revolução burguesa aprende na arena internacional com cada processo revolucionário, previne-se diante de novas situações semelhantes, e tenta reduzir ao mínimo as margens de surpresa.

De qualquer forma, parece um pouco cedo para uma avaliação definitiva dos prognósticos de Marx. A História está longe de ter dado a última palavra. Por isso, como nas discussões muito em voga nos anos pós-68, seria uma precipitação teórica as, mais de uma vez anunciadas, cerimônias fúnebres do proletariado. 🍎



¹(Gorender, Jacob, *Marxismo sem Utopia*, São Paulo, Ática, 1999, p.37/8)

² Op. cit., p.39.

³ Op.cit., p.37/8.

⁴ Op.cit. p.227/8.

⁵ Op. cit., p.36/37/39)

⁶ Para citar um entre inúmeros exemplos, na época mesma de Lenin, era Bebel, o operário-deputado que foi preso por solidariedade à Comuna, ou Kautsky, o intelectual dirigente da revista teórica, o principal dirigente do SPD, o maior partido operário? Todos os que, alguma vez, se familiarizaram com a história da II Internacional sabem a resposta: o peso de Bebel no partido alemão era superior ao de Kautsky, embora a autoridade de Kautsky na Internacional fosse maior.

⁷ Op. cit., pp.36/37/39.

REVOLUÇÕES SOCIAIS E REVOLUÇÕES POLÍTICAS

VLADISLAV INOZEMTZEV
Cientista e economista russo (Moscou)

A teoria de Marx sobre as transformações revolucionárias não se limita à análise econômica das revoluções sociais. Nas primeiras obras dos fundadores do marxismo já se percebe claramente a diferença entre dois tipos de revoluções: sociais e políticas. A primeira menção a respeito disso aparece nos artigos de Marx publicados nos *Anais Franco-Alemães*.

Assim, referindo-se à revolução burguesa e seu papel histórico, escreve:

“A velha sociedade civil tinha diretamente caráter político, isto é, elementos de vida cívica. Por exemplo, a propriedade, a família, o modo de trabalho foram elevados à altura de elementos da vida estatal. A revolução *política* (grifo nosso – V.I.), que derrubou esse poder despótico e elevou os assuntos estatais à altura de tarefas do povo, que constituiu o Estado político como assunto de todos, isto é, como Estado autêntico, inevitavelmente devia aniquilar todos os estamentos, corporações, grêmios, privilégios que representavam em si manifestações tão diversas de isolamento do povo em relação à sua comunidade política. A revolução política elimina com isso o caráter político da sociedade civil”.¹

Por outro tipo de revolução, precisamente *social*, Marx entendia a supressão da ordem de coisas baseada na propriedade privada e na exploração. Só essa revolução, feita pelo proletariado, podia, a seu ver, oferecer à humanidade a possibilidade de “organizar suas ‘próprias forças’ como forças sociais”.² Postulados análogos, simultaneamente com as teses de Marx, inclusive mais concretos, foram formulados por Engels. São muito eloqüentes seus chamados

Discursos de Elberfeld, datados do inverno de 1845 e, em essência, seu primeiro trabalho inteiramente consagrado aos problemas das transformações comunistas. Em seu discurso de 15 de fevereiro de 1845, disse:

“Chegará a hora em que o proletariado alcançará tal grau de força e consciência que não quererá mais carregar o peso de todo o edifício social, que oprime continuamente suas costas, quando exigirá uma distribuição mais justa das penúrias e direitos sociais; então, se a natureza humana até esse momento não tiver mudado, a revolução social será inevitável. Com a mesma certeza com que axiomas matemáticos conhecidos podemos deduzir um novo postulado, com a mesma certeza, das relações econômicas existentes e dos princípios da economia política podemos tirar a conclusão sobre a revolução social que se aproxima”³.

Mas nem mesmo estas citações dão uma noção definitiva sobre as concepções de Engels. Ao falar da revolução social, da qual resultará a emancipação do proletariado, ele se expressou desta forma a respeito das diferenças desta revolução com a revolução política:

“*A revolução social* é algo completamente diferente das *revoluções políticas* ocorridas até hoje. Ela não está dirigida contra a propriedade dos monopólios, mas contra o monopólio da propriedade; a revolução social é uma guerra aberta dos pobres contra os ricos. E tal luta, onde clara e abertamente ressaltam todos os motivos e meios antes operantes em todos os conflitos históricos de maneira confusa e oculta, tal luta ameaça ser, em todo caso, mais cheia de ódio e

sangrenta que todas as precedentes”⁴. (grifos nossos – V.I.)

O realce nas diferenças entre as revoluções sociais e políticas é primordial. Engels, mais adiante, diz que a sociedade feudal é uma organização primordialmente política, e expressa o postulado absolutamente justo de que a causa das revoluções burguesas da Inglaterra e França foi a luta da burguesia pela realização de seus ideais contra a organização política da velha sociedade. Justamente porque a luta fundamental esteve dirigida contra os obstáculos políticos ao desenvolvimento do novo sistema, este tipo de revolução se qualifica como revolução política. A confirmação deste postulado pode ser encontrada nos trabalhos de Marx e Engels em diferentes períodos de suas obras.

Assim, ao analisar a orientação política da revolução burguesa na França, Marx escreve em 1849 que:

“a nova sociedade burguesa, apoiada em bases completamente diferentes (que as feudais), sobre um modo de produção diferente, deveria mesmo assim tomar o poder político; deveria arrancar das mãos de quem representava os interesses da sociedade que sucumbia esse poder político. Surge daí a revolução, orientada tanto contra o poder absoluto do rei como contra a representação estamental, que representava a ordem pública, há tempos aniquilada pela indústria moderna”⁵.

Na opinião de Marx, as revoluções de 1648 e 1789

“não foram a vitória de uma classe determinada da sociedade sobre o velho regime político; elas proclamaram o regime político da nova sociedade européia”⁶.

No *Anti-Dühring*, obra clássica para os marxistas, Engels repete sua interpretação da revolução burguesa como revolução política:

“A revolução burguesa pôs um ponto final em tudo isso (domínio das instituições feudais sobre a sociedade – V.I.), mas não mediante a adaptação gradual da situação econômica ao regime político – justamente isso tentaram fazer durante longo tempo, em vão, a nobreza e o poder do rei –, mas ao contrário, jogando no lixo o velho e podre traste político e criando um regime político no qual a nova ‘situação econômica’ podia existir e desenvolver-se”⁷.

Uma definição ainda mais clara, pensamos, está em *A Ideologia Alemã*, onde Marx e Engels, analisando as causas da revolução política, escrevem:

“O interesse primordial, quando a forma de comunicação correspondente a ele já foi substituída pela forma de comunicação correspondente ao interesse mais tardio, ainda continua tradicionalmente sustentando por muito tempo o poder na pessoa da comunidade ilusória (Estado, Direito), isolada dos indivíduos, poder que no fim das contas pode ser derrubado apenas mediante a revolução”. Daqui se infere que os fundadores do marxismo consideravam a revolução burguesa uma revolução surgida em consequência das contradições entre as relações fundamentais de produção, já muito adiantadas, e o esclerosado regime político e jurídico, ou seja, o que os marxistas costumam chamar “superestrutura”.

Essa análise difere radicalmente das interpretações tradicionais que o materialismo histórico dá à revolução e tem particular importância para compreender a posição de Marx, pois indica outra diferença mais, de princípio, existente, segundo Marx, entre a revolução burguesa e a comunista. A primeira representa em si, ao contrário da segunda, uma mudança qualitativa do sistema político, e tem como



premissa e resultado, uma mudança de toda a superestrutura, ao invés de uma mudança substancial nas bases sociais da sociedade.⁹

A concepção de Marx e Engels, segundo a qual a revolução política surge das contradições entre a base da sociedade (conjunto de forças produtivas e relações de produção) e a superestrutura política, se vê plenamente confirmada pela prática histórica, pois outras grandes contradições, que poderiam conduzir a mudanças revolucionárias no período correspondente, não existiam¹⁰.

Assim, revoluções política e social são diferentes conceitos aplicados pelos fundadores do marxismo para designar diferentes tipos de mudanças históricas. A revolução social – momento básico na teoria revolucionária dos fundadores do marxismo – está no centro das atenções em todo o decorrer de sua obra, pois oferecia argumento para fundamentar as perspectivas comunistas de desenvolvimento da civilização. Já em *A Ideologia Alemã*, onde Marx e Engels introduziram os conceitos de forças produtivas e relações de produção, constata as contradições que surgem entre elas. Contradições que Marx e Engels puseram realmente como base de sua teoria da revolução social, cujo conceito, tanto nesse período como posteriormente, se referia somente à revolução de tipo comunista.

A contradição entre as forças produtivas e as relações de produção como fator da revolução social surge, na opinião dos fundadores do marxismo, na confluência entre os séculos XVIII e XIX, quando ainda existia uma correspondência relativa entre as forças produtivas e as relações de produção no capitalismo em impetuoso desenvolvimento. Marx e Engels escrevem:

“*Há vários decênios* (grifos nossos – V.I.) a história constitui em si a história da rebelião das forças produtivas contra as relações modernas de produção”¹¹.

Com isso afirmam que a organização capitalista da produção, ao eliminar a contradição entre a base e a superestrutura, ao engendrar a revolução burguesa, com seu próprio surgimento (como fase final da formação socio-econômica) dá à contradição entre as forças produtivas e as

relações de produção outro conteúdo completamente diferente.

Esta afirmação é sempre destacada por Marx e alcança seu ponto culminante no conhecido fragmento do terceiro tomo de *O Capital*:

“O verdadeiro limite da produção capitalista é o próprio capital, o que significa: o capital e o autocrescimento de seu valor são pontos de partida e de chegada, motivo e objetivo da produção; a produção é somente produção para o capital e não o contrário; os meios de produção não são simplesmente meios para o processo em contínua ampliação da vida da sociedade de produtores. O meio – desenvolvimento ilimitado das forças produtivas sociais – entra em permanente contradição com o objetivo limitado: aumento do valor do capital existente. Por isso, se o modo de produção capitalista é um recurso histórico para desenvolver a força produtiva material, ao mesmo tempo é contradição permanente entre esse seu objetivo histórico e as relações sociais de produção a ele inerentes”¹².

Com o correr do tempo, estima o autor de *O Capital*, a sociedade alcançará tal grau em seu desenvolvimento que surgem forças produtivas e meios de comunicação, os quais, com as relações existentes, acarretam apenas desastres, convertendo-se, assim, já em destrutivos.

A contradição entre as forças produtivas e as relações de produção, imanentemente próprias do modo de produção capitalista, não demonstra, *primeiro*, que o sistema de relações de produção burguesas freiam o progresso das forças produtivas (o modo de produção capitalista, segundo Marx, possuía desde o momento de seu nascimento, consideráveis estímulos e potencial de progresso técnico) e nos diz, *segundo*, que esta contradição surgiu só com o capitalismo.

A contradição entre as forças produtivas e as relações de produção é acompanhante inevitável da história da humanidade. Mas no marco da formação sócio-econômica, antes de marcar o modo de produção burguês, não tinha caráter antagonico capaz de levar a mudanças revolucionárias de todo o regime social. Esta contradição desempenhou enorme papel durante toda a história precedente, deu ao progresso histórico,



primordialmente, um caráter evolutivo.

Como assinalaram Marx e Engels,

“A contradição entre as forças produtivas e a forma de comunicação (relações de produção) já ocorreu reiteradamente na história precedente, *sem ameaçar*, no entanto, *seus alicerces* (grifos nossos – V.I.)”¹³

Marx e Engels deixaram inúmeras declarações das quais se deduz que por revolução social entendiam precisamente a revolução de tipo comunista. Estimando que ela poderia ocorrer ao mesmo tempo em muito países, Marx escreve em 1850:

“As vitórias da Santa Aliança conduziram a tais mudanças na Europa que dão fundamento para supor que toda nova insurreição proletária na França acarretará, inevitavelmente, uma guerra mundial. A nova revolução francesa será obrigada a transbordar o marco nacional e apoderar-se da arena européia, somente na qual pode ser realizada a *revolução social* (grifo nosso – V.I.) do século XIX”¹⁴.

Engels dizia neste mesmo ano:

“... está claro que sem a possibilidade de seguir ampliando os mercados em um sistema que requer ampliação contínua da produção, o domínio dos fabricantes chega a seu fim. O que virá depois? ‘A ruína global e o caos’, declaram os livre-cambistas; a revolução social e o domínio do proletariado, afirmamos nós”¹⁵.

Marx se expressava de forma análoga. Em sua intervenção de 20 de julho de 1869 na reunião do Conselho Geral da I Internacional, declarou:

“Nossos esforços devem ser encaminhados a que nenhum instrumento de produção fique em mãos privadas. A propriedade privada dos meios de produção é uma ficção, já que os proprietários não podem utilizá-los, mas ela concede aos proprietários esse poder sobre os meios de produção e com sua ajuda obrigam outras pessoas a trabalharem para eles. No estado semi-selvagem essa ordem, talvez fosse necessária, mas agora já não é. Todos os meios de produção devem ser socializados para assegurar a cada um o direito e a possibilidade de empregar sua força de trabalho. O começo da revolução social deve ser a criação de condições para socializar os meios de produção”¹⁶.

Na mensagem do Conselho Geral, escrita no ano seguinte, ao Conselho Federal da Suíça Românica, o conceito de revolução social era examinado no mesmo aspecto:

“Graças a seu domínio no mercado mundial – dizia Marx –, a Inglaterra é o único país onde cada revolta nas relações econômicas deve refletir-se imediatamente no mundo inteiro. Se a Inglaterra é um país clássico de *landlordismo* e capitalismo, então nela amadureceram, mais que em qualquer outro lugar, as condições materiais para sua eliminação. Os ingleses possuem todas as premissas materiais necessárias para a revolução social”¹⁷.

Ainda mais interessantes neste sentido são as declarações de Marx e Engels correspondentes aos anos 70 e 80. Aí o conceito de *revolução social* é empregado de tal maneira que fica impossível confundir sua aplicação com qualquer outro termo, ou supor que pode significar revolução mediadora da mudança dos modos de produção dentro da formação socio-econômica, sem falar de outras mudanças revolucionárias. Vejamos quatro manifestações desta índole.

Em 1872, Marx e Engels escrevem:

“A organização da classe operária em partido político é necessária para

garantir a vitória da revolução social e seu objetivo final: a supressão das classes”¹⁸.

Nesse mesmo ano, em seu conhecido trabalho *Contribuição ao Problema da Moradia*, Engels assinala:

“A pedra angular do modo de produção capitalista é precisamente o fato de que nosso sistema social contemporâneo oferece ao capitalista a possibilidade de comprar a força de trabalho por seu valor e arrancar dela muito mais que seu valor, obrigando o operário a trabalhar mais do que o necessário para reproduzir o preço pago pela força de trabalho. Esta exploração é o mal primordial que a revolução social tenta aniquilar, suprimindo o modo de produção capitalista”¹⁹.

Quinze anos depois, Engels indicava:

“Quanto mais rápido o ritmo de desenvolvimento capitalista, tanto mais rápida e plenamente se verificam suas seqüelas inevitáveis: cisão da sociedade em duas classes, capitalistas e operários assalariados; riqueza hereditária de um lado e miséria hereditária de outro; oferta que supera a demanda, incapacidade dos mercados em absorver a massa sempre crescente de produção industrial; em uma palavra, incremento das forças produtivas até o ponto em que as instituições sociais em que surgiram se convertem para elas em cadeias insuportáveis; a única solução possível é a revolução social que libera as forças produtivas sociais das cadeias do caduco sistema social, e aos autênticos produtores, as amplas massas populares, da escravidão assalariada”²⁰.

E por último, a declaração mais importante de Engels:

“... todos os povos indogermânicos começam pela propriedade comum. Em quase todos os povos, durante o desenvolvimento social, ela é anulada, negada, deslocada pelas formas de propriedade privada: propriedade feudal e outras. Submeter à negação esta negação, restabelecer a propriedade comum em um nível de desenvolvimento mais elevado, tal é o objetivo da revolução social”²¹.

Assim, a posição de Marx e Engels quanto à revolução social pode interpretar-se, a nosso ver,

da seguinte maneira: eles consideravam revolução social aquela que substitui o tipo de produção capitalista pelo comunista, ou seja, a formação social secundária pela terciária. Consequentemente, os fundadores do marxismo definem como revoluções políticas as mudanças revolucionárias que conduzem à substituição de diferentes modos de produção dentro da formação sócio-econômica.

Mas essa interpretação traz consigo a busca de resposta às duas perguntas seguintes, relativas a problemas do sistema de Marx sobre a periodização do progresso social.

Primeira pergunta. Qual a relação entre a revolução social e os limites da formação social econômica que se manifesta em qualidade de período histórico?

Se partirmos de que a transição da formação sócio-econômica à comunista se realiza mediante a revolução social (como forma de transição entre formações), seria lógico supor também a existência de outra revolução social, precisamente aquela que mediatiza o estabelecimento da formação sócio-econômica e é meio de transição da formação social primária à secundária.

Marx e Engels dedicaram a este problema muito menos atenção que à reestruturação comunista da sociedade. No entanto, em pleno acordo com a terminologia da teoria das formações, abordaram a transição à formação econômica como revolução *social*. Seu traço fundamental, segundo Marx, era a destruição das formas patriarcais de organização da vida social, em particular, da estrutura comunal, e a transição ao sistema baseado em tal ou qual tipo de propriedade privada. Ele destaca, por exemplo, que na Índia do período da colonização,

“A intromissão inglesa destruiu as pequenas, semi-selvagens, semicivilizadas comunas, destruindo assim sua base econômica, e realizando desse modo a grandiosa, e há que dizer a verdadeira, única revolução *social* que a Ásia, alguma vez, já sofreu”²².

Engels expressou uma tese parecida a respeito da história romana, em particular do período de destruição das relações patriarcais que



constituíam a base das comunas etruscas difundidas pelo território da Itália nos primeiros séculos da história de Roma. Para Engels, a destruição da estrutura comunal e a instauração do Estado de classes também constituíram uma revolução social²³.

Tão eloqüente que o termo empregado não é mais usado em relação à história do Oriente ou da antigüidade européia; os fundadores do marxismo, por exemplo, evitam aplicá-lo para designar, digamos, acontecimentos que mediatizaram na Europa a transição da antigüidade ao feudalismo.

Por isso, a afirmação de que Marx e Engels consideravam a revolução social um fenômeno que designa o relevo das formações sociais nos parece suficientemente argumentada.

Segunda pergunta. Qual a sucessão das mudanças provocadas pela revolução social?

No Prefácio da *Crítica à Economia Política*, Marx escreve:

“... em certo grau de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou – o que constitui só uma expressão jurídica destas últimas – com as relações de propriedade. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações se convertem em suas travas. Então advém a *época da revolução social* (grifos nossos – V.I.)”²⁴.

No entanto, aí mesmo Marx sublinha que como resultado do processo revolucionário, “com a mudança da base econômica mais ou menos rapidamente se opera a transformação de toda a enorme superestrutura”²⁵.

Estas declarações de Marx colocam o problema da correlação das mudanças na base e a superestrutura no período da revolução social. De fato, reconhece-se que as transformações superestruturais ocorrem depois de transformar as relações de produção. Os autores soviéticos, em sua maioria, consideravam que a revolução comunista diferenciava-se das outras pelo fato de que a mudança da superestrutura precede as transformações nas relações de produção. Ainda que para tal ponto de vista, no marco da teoria das formações exposta por Marx, não temos suficientes fundamentos. Mais justa seria a tese de que a época da revolução social é considerada por Marx como período de transformações que condicionam o estabelecimento da nova formação social. E a própria revolução, transformadora das bases profundas do sistema social, diferentemente da revolução política, não é súbita, mas constitui um processo cujo espaço de tempo pode ser determinado com bastante precisão. Conhecemos seu pensamento a respeito da transição para a formação sócio-econômica, de que:

“No movimento histórico da Europa Ocidental, antiga e moderna, o período da comuna agrícola é um período de transição da propriedade comum à privada, da formação primária à formação secundária”²⁶.

Dessa maneira, a época da revolução social, que mediatiza o estabelecimento da formação econômica, não é limitada, pelos fundadores do marxismo, nem territorial nem cronologicamente. Em parte isto pode aplicar-se também à análise da revolução social que remata consigo a formação sócio-econômica.

Neste caso, a questão é mais complicada, e a duração do processo foi determinada por Marx e Engels com maior precisão, se bem que Engels, em particular, nega a possibilidade da revolução proletária como ato instantâneo. Por isso,

na carta a Kautsky de 12 de setembro de 1882, escreve:

“Assim que a Europa e a América do Norte estejam reorganizadas, isso dará uma força tão grande e servirá tanto como exemplo, que os países semicivilizados por si só nos seguirão: disso se encarregarão as próprias necessidades econômicas. A respeito das fases sociais e políticas que deverão atravessar, então, estes países antes de alcançar a organização socialista, penso, só podemos fazer hipóteses bastante vagas”²⁷.

Assim, precisamente depois das transformações econômicas vêm as transformações superestruturais, inclusive na transição à formação social terciária. O que é bem significativo, porque no caso dado vemos a compreensão (ainda que insuficientemente formalizada e diluída em inúmeros postulados diretamente contraditórios) de Marx e Engels de que o levante do proletariado para derrubar o regime burguês é o início, sem esgotar de modo algum o conteúdo dessa gigantesca revolução social, que marca consigo a transição da formação sócio-econômica à formação terciária ou comunista.

Concluindo. A concepção de Marx quanto à revolução está totalmente supeditada ao elemento fundamental da teoria social do marxismo: a teoria sobre a transformação das formações sociais e os modos de produção. Conforme a divisão da história em três formações sociais, Marx e Engels assinalam duas mudanças globais e as qualificam de revoluções sociais. O enfoque realista da investigação da história se expressa, neste caso, no reconhecimento de que o período de mudança nas formações sociais é prolongado, o que se qualifica com o conceito “época de revolução social”. O período da revolução social, segundo a concepção de Marx, começa com a mudança das relações básicas de

produção e se prolonga até que *todas* as relações de produção e todos os tipos de regulação da produção, inerentes à formação anterior, não sejam superados e a nova formação social não adquira plenamente a forma auto-reguladora.

Esse enfoque pode ser ilustrado com um fragmento da resposta que deu Marx à carta de Vera Zasulich. Aí assinala que a comuna foi totalmente superada somente com o modo de produção capitalista. Podemos supor que a revolução social, que conduz ao estabelecimento da formação sócio-econômica, se esgota em si mesma somente quando alcança suas formas bem maduras; no transcurso das correspondentes transformações se opera a mudança de toda a estrutura social. Isto também é válido para a revolução comunista. Como a época da revolução social que sepultou a formação social arcaica, a época da revolução social de tipo comunista começa quando a existência da propriedade privada (assim como sua ausência na formação social arcaica) se converte em obstáculo intransponível para o progresso econômico e social.

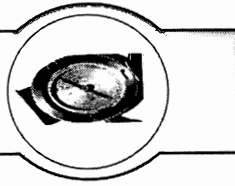
Assim, diferentemente das revoluções sociais, existem também revoluções que os fundadores do marxismo denominaram políticas. Estas são mais superficiais que as revoluções sociais, e se observam dentro da formação social econômica, constituindo o meio de transição de um modo de produção a outro. As revoluções políticas, geradas pelas contradições entre as relações econômicas em desenvolvimento e a estrutura política da sociedade, resolvem a tarefa de liberar a sociedade das formas “superestruturais” caducas. Desta maneira, vemos o alto grau de correspondência da teoria das revoluções de Marx com a concepção das formações, a concordância das teses fundamentais de ambas as teorias e sua complementação recíproca. ●


NOTAS

- 1 K.Marx, F.Engels, "Obras" , 2ª ed. em russo, t. 1, pg. 404-405
- 2 K.Marx, F.Engels, "Obras" , 2ª ed. em russo, t. 1, pg. 406.
- 3 K.Marx, F.Engels, "Obras" , 2ª ed. em russo, t. 2, pg. 547, 552.
- 4 K.Marx, F.Engels, "Obras" , 2ª ed. em russo, t. 1, pg. 552-553.
- 5 K.Marx, F.Engels, "Obras" , 2ª ed. em russo, t. 6, pg. 258-259.
- 6 K.Marx, F.Engels, "Obras" , 2ª ed. em russo, t. 6, pg. 115.
- 7 K.Marx, F.Engels, "Obras" , 2ª ed. em russo, t. 20, pg. 168-169.
- 10 Marx nem examinava a possibilidade de aparição de outras contradições em semelhantes condições. Ele indicava diretamente que com o surgimento da manufatura e, tanto mais, da fábrica, as relações de produção nos correspondentes setores não podiam deixar de adotar o aspecto típico capitalista. Deste modo aparecem "ilhas" (melhor "oásis") de correspondência entre as forças produtivas e as relações de produção de tipo burguês. No setor feudal, que abarca fundamentalmente a produção agropecuária, também existiam elementos de correspondência entre as forças produtivas e as relações de produção, ainda que em outro nível qualitativo. Ao analisar as causas da revolução, K. Marx se dirigia precisamente ao choque entre os sistemas, manifesto através da luta de interesses de seus representantes. Mais ainda, Marx estimava que o marco da *formação social e econômica*, exceto o período imediatamente anterior à revolução comunista, tem lugar a mudança evolutiva, tanto das forças produtivas como das relações de produção, que não permitem a aparição, entre elas, de contradições antagônicas: "... qualquer mudança nas forças produtivas - ele escreve - traz consigo as mudanças correspondentes em suas relações de produção (C. Marx, F. Engels, "Obras", 2ª ed. em russo, t. 4, pg. 144): no original: "... changement survenu dans les forces productives des hommes amene necessairement un changement dans leurs rapports de production (Marx K. Misère de la philosophie. P., 1961. P. 131).
- 11 K. Marx, F. Engels, "Obras", 2ª ed. em russo, t. 4, pg. 429.
- 12 K. Marx, F. Engels, "Obras" 2ª ed. em russo, t. 25, 2ª parte, pg. 309. Engels em 1850 formula este postulado um tanto diferente: "É evidente - escreve - que os industriais ingleses, cujos meios de produção possuem incomparavelmente maior esfera de ampliação que os mercados de sua venda... se aproximam agora do momento... quando o período de florescimento, que separa uma crise da outra, sob pressão de forças produtivas enormemente crescidas, desaparecerá por completo...; então a indústria, o comércio e toda a sociedade contemporânea deverão desaparecer pelo excesso de energia vital carente de aplicação, de um lado, e pelo esgotamento absoluto, de outro, se essa situação anormal não contivesse os meios de sua própria cura e... o desenvolvimento industrial despertará simultaneamente à vida ... o proletariado. Então a revolução proletária será inevitável e sua vitória indubitável ("Obras", t.7, pg. 255).
- 13 C. Marx, F. Engels, "Obras", 2ª ed. em russo, t. 3, pg. 69.
- 14 C. Marx, F. Engels, "Obras", 2ª ed. em russo, t. 7, pg. 31-32.
- 15 C. Marx, F. Engels, "Obras", 2ª ed. em russo, t. 7, pg. 242-243.
- 16 C. Marx, F. Engels, "Obras", 2ª ed. em russo, t. 16, pg. 594.
- 17 C. Marx, F. Engels, "Obras", 2ª ed. em russo, t. 16, pg. 404-405.
- 18 C. Marx, F. Engels, "Obras", 2ª ed. em russo, t. 18, pg. 143.
- 19 C. Marx, F. Engels, "Obras", 2ª ed. em russo, t. 18, pg. 208.
- 20 C. Marx, F. Engels, "Obras", 2ª ed. em russo, t. 21, pg. 374-375.
- 21 C. Marx, F. Engels, "Obras", 2ª ed. em russo, t. 20, pg. 640.
- 22 Citação tomada de: V.F. Shelike, V.A. Pototski, "Problemas atuais do aparato terminológico da teoria da revolução social". Ciências filosóficas, ed. em russo, 1979, N5, pg. 25.
- 23 Ver C. Marx, F. Engels, "Obras", 2ª ed. em russo, t. 21, pg. 128.
- 24 C. Marx, F. Engels, "Obras", 2ª ed. em russo, t. 13, pg. 7.
- 25 C. Marx, F. Engels, "Obras", 2ª ed. em russo, t. 13, pg. 7.
- 26 C. Marx, F. Engels, "Obras", 2ª ed. em russo, t. 19, pg. 404.
- 27 C. Marx, F. Engels, "Obras", 2ª ed. em russo, t. 35, pg. 298.

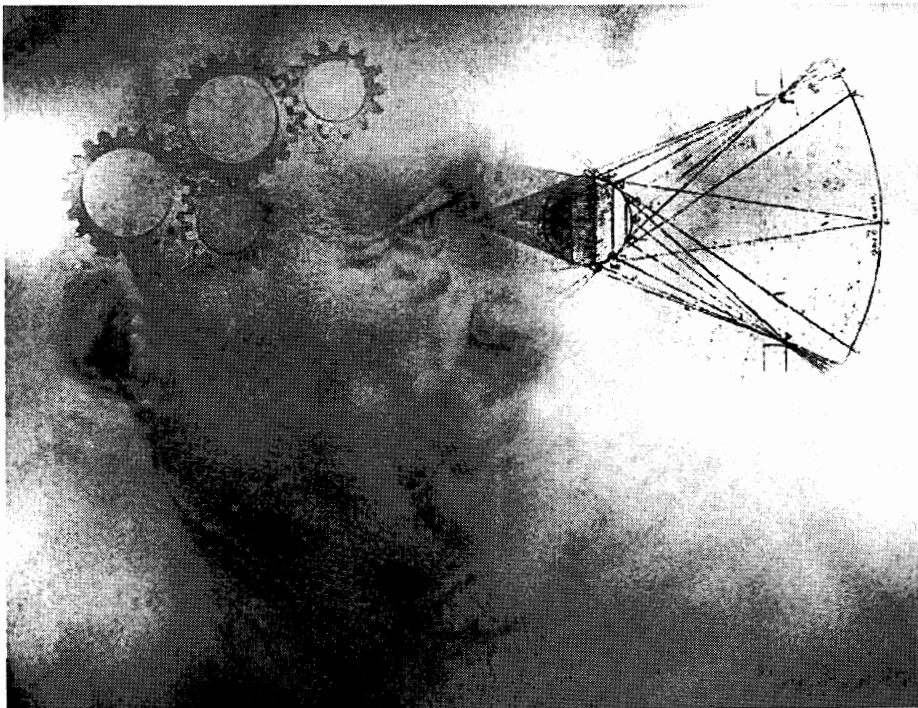


Pontos de Vista



 IVO TONET

Qual marxismo? 109



QUAL MARXISMO?

IVOTONET

Professor de Filosofia da Universidade Federal de Alagoas (Brasil)

Em um texto intitulado *As tarefas dos intelectuais, hoje* (Novos Rumos, n. 29), eu enfatizava a necessidade da reconstrução da teoria revolucionária. Precisava, também, que esta reconstrução tinha como eixo o resgate do pensamento de Marx, elemento fundamental para a realização desta tarefa.

Porém, a meu ver, o primeiro passo para isso seria ter clareza quanto à situação e à gravidade do problema. Ou seja, quanto à natureza, à profundidade e à extensão da derrota teórica e prática sofrida pela esquerda ao longo destes últimos cento e cinquenta anos. E, em especial, quanto à natureza e à profundidade do extravio do legado marxiano, imprescindível para uma interpretação revolucionária do mundo atual.

Sei que houve e há varias maneiras de enfrentar essa crise do marxismo. Alguns simplesmente jogaram-no pelas bordas, alegando a sua obsolescência face aos problemas do mundo atual. Outros buscaram em outras vertentes teóricas elementos para preencher as lacunas que estariam faltando no corpus da elaboração marxiana. Conhecem-se, neste sentido, as tentativas de articular marxismo com partes da doutrina kantiana, com a fenomenologia, com o existencialismo e outros. Outros ainda, dedicaram-se intensamente a encontrar as deficiências, falhas e insuficiências da teoria marxiana. Não pretendo referir-me ao conjunto delas. O que me interessa aqui é uma outra maneira, muito disseminada entre determinados setores de esquerda, de enfrentar essa crise. Refiro-me àqueles que ainda consideram o marxismo como, sem embargo de correções e acréscimos necessários, o instrumento mais adequado para a compreensão do mundo atual.

Neste último campo, parece pensar-se que o extravio sofrido pela teoria marxiana não foi assim tão grave e que, no fundamental, o resgate dela já foi efetuado por vários intelectuais e agrupamentos políticos. Tratar-se-ia apenas, agora, de aplicar esta teoria recuperada à análise da realidade atual e à condução da atividade política. Não seria o caso, portanto, de realizar uma efetiva *re-construção*, a partir dos seus fundamentos, da teoria marxista, mas antes simplesmente de atualizá-la para que possa dar conta dos problemas apresentados pelo mundo atual. Além disso, caberia certamente também a defesa do marxismo contra os inúmeros ataques e, em especial, contra as variadas tentativas de supressão de conceitos que lhe são fundamentais, como classe, luta de classes e outros.

Gostaria muito de acreditar que as coisas fossem tão simples assim. Infelizmente, creio que estão longe de ser. Não há como negar que o pensamento original de Marx teve inúmeras interpretações; que a trajetória do ideário marxiano foi extremamente complexa e contraditória; que em nome do marxismo foram realizadas as práticas mais diversas. E, sobretudo, não é possível ignorar as

profundas e devastadoras derrotas que as lutas sociais inspiradas na doutrina marxista sofreram.

Não é, porém, minha intenção discutir aqui diretamente esta problemática. Pretendo ilustrá-la através de um exemplo prático, ou seja, partindo de um determinado texto. Por que este? Por um acaso e porque é um texto de um autor que se pretende de esquerda, marxista e revolucionário. E que, por isso mesmo, permite perceber com clareza o problema a que acima me referi. Neste sentido, ressalvadas as diferenças, ele é representativo de uma maneira de pensar largamente difundida, que se faz presente sob vários aspectos e em várias áreas.

Para evitar qualquer mal-entendido, quero deixar claro que o meu objetivo não é atacar nem desqualificar ou menosprezar o autor. Tomo apenas a liberdade de servir-me do texto como um pretexto para chamar a atenção para o fato de que o resgate de uma teoria efetivamente revolucionária está longe de ter sido realizado e de que esta é uma tarefa prioritária para as forças que pretendem se opor radicalmente à ordem do capital. Do mesmo modo, dada a complexidade da questão, quero enfatizar que meu único objetivo, aqui, é acentuar o fato de que este resgate tem que retomar as coisas do começo e pela raiz e de que não se trata simplesmente de atualizá-lo, de fazer algumas correções ou de defendê-lo dos ataques e deformações dos adversários. Vale dizer, quero defender a idéia de que as tarefas logo acima numeradas são certamente necessárias, mas não constituem o cerne da questão. O que quer dizer que o problema fundamental está no interior do marxismo e não fora dele. O que tudo isto significa, ficará mais claro ao longo do texto.

O pretexto concreto é o artigo do professor José Welmowicki, publicado no n. 1, jun/set de 2000, da revista *Marxismo Vivo*. O artigo intitula-se *O discurso da cidadania e a independência de classe*. Nele o autor faz um histórico da cidadania desde a Grécia antiga até os nossos dias. Seu intuito é mostrar que, nas suas mais diversas formas ao longo da história, a cidadania sempre teve uma articulação com as classes sociais, ou seja, a definição de quem seria ou não cidadão sempre tinha como base a propriedade privada. Se-

gundo ele, isto era inteiramente claro até o advento da sociedade moderna. Foi somente nesta, com a separação entre o econômico e o político, que este fundamento classista da cidadania ficou ocultado e mistificado, parecendo que ser cidadão nada tinha a ver com a posição dos indivíduos no sistema produtivo. Donde a sociedade vista como uma soma de indivíduos e o enfrentamento dos problemas como uma tarefa comum de toda a sociedade.

Segundo o autor, grande parte da esquerda também assumiu este discurso mistificador a respeito da cidadania, não só deixando de lado a sua concreta vinculação com as classes sociais, como também elegendo o caminho da colaboração e da negociação entre as classes para o estabelecimento de uma sociedade plenamente cidadã.

Contraopondo-se a esse modo de pensar, o autor enfatiza que “*para lutar por esses direitos mínimos, que qualquer cidadão mereceria ter, se necessita de uma organização independente dos trabalhadores contra a reação burguesa*”. (p. 76); que é preciso superar esta idéia de que “*é possível uma melhoria baseada na parceria, na ação conjunta de toda a sociedade*”. E conclui ele, então: “*A cidadania, algo que se considera pleno e de toda a sociedade, só poderá ser alcançada com uma política de classe, o u seja, de uma parte desse todo que aponta uma saída anti-capitalista para o conjunto*”. (p. 77).

A leitura do texto permite perceber que o alvo da crítica do autor não é propriamente a natureza da cidadania, mas a estratégia conciliadora assumida por muitos partidos de esquerda para a sua conquista. Contudo, na medida em que critica autores, como Habermas, por afirmarem que a cidadania plena já existe nos países capitalistas mais avançados, parece razoável inferir que ele entende cidadania como a existência de direitos (os mais variados) e por cidadania plena a realização plena dos direitos democráticos. O que significa que, no essencial, seu conceito de cidadania não difere do conceito daqueles a quem critica. Na citação acima, isto ficou inteiramente claro. Pode-se também inferir, de todo o texto, que esta seria uma abordagem marxista, crítica e revolucionária desta questão.

Não pretendo, aqui, discutir o problema da



estratégia. O que me interessa é ressaltar a problemática metodológica, ou seja, o fato de que o marxismo utilizado pelo autor – que, como já disse, é amplamente representativo – não recupera o caráter genuinamente crítico da teoria marxiana e, deste modo, não permite fazer uma crítica radical da problemática da cidadania (e de quaisquer outros fenômenos da vida social). Enfim, pretendo mostrar que com este marxismo não é possível fazer uma crítica revolucionária das posições reformistas. E, mais ainda, deixar claro que, apesar das intenções em contrário, ele não colabora para a construção de uma perspectiva independente da classe trabalhadora. Por outro lado, também é minha intenção sustentar, também através deste exemplo prático, que aquela crítica pode melhor ser realizada a partir do marxismo entendido como ontologia do ser social. E, como consequência, também aludir à idéia de que esta vertente é o caminho mais adequado para o resgate do caráter revolucionário do marxismo. Contudo, mais adequado não significa de modo algum pronto, acabado, exclusivo, sem possibilidade de erros, mas apenas o balizamento de um trajeto cuja realização só pode realizar-se através do debate com outros modos de pensar.

Voltando ao texto, o que se pode constatar é que, após fazer um pertinente resgate histórico da problemática da cidadania, nos limites impostos pela exigüidade do espaço, o autor conclui que *acidadania plena é algo de toda a sociedade e não apenas de uma parte dela*. E que, como este “algo de toda a sociedade” não pode ter existência numa sociedade de classes, então só poderá realizar-se numa sociedade sem classes sociais, ou seja, numa sociedade socialista. Mais claro ficaria se citasse um autor que ele provavelmente considera representativo de um modo conciliador de pensar. Trata-se de C. N. Coutinho (2000: 67-68), que diz: “...*só uma sociedade sem classes – uma sociedade socialista – pode realizar o ideal da plena cidadania, ou, o que é o mesmo, o ideal da soberania popular e, como tal, da democracia*”. E este autor ainda enfatiza que, para Marx, cidadania plena é sinônimo de emancipação humana.

Contudo, vale lembrar que o intuito de J. Welmowicki era o de deixar claro o caráter classista da cidadania. O que inviabilizaria a colaboração entre as classes sociais. Mas, como poderia ela ter um caráter classista e existir em uma sociedade sem classes? Um aparente curto-circuito. Era de se esperar que ela desaparecesse juntamente com as classes sociais. No entanto, a posição, não explicitada do autor, é a mesma de toda a “esquerda democrática”, ou seja, a posição de que não há uma vinculação essencial entre cidadania e classes sociais, mas apenas uma vinculação circunstancial. Só assim se pode entender que ela tenha uma estreita relação com as classes sociais, mas não desapareça com elas. De modo que o problema não estaria na *natureza* da cidadania, mas apenas nos obstáculos postos por toda sociedade de classes à sua plena realização. Daí o raciocínio coerente: cidadania=liberdade; cidadania plena= liberdade plena= socialismo (emancipação humana).

Terei ocasião, mais adiante, de mostrar que, para Marx, cidadania plena não é, de modo nenhum, igual a emancipação humana. No momento, interessa-me apenas perguntar: O que leva o autor a pensar daquele modo? O que leva o autor, contra suas próprias intenções, a situar-se, quanto ao objetivo final, no mesmo campo daqueles a quem critica? A meu ver, o que explica isso é o instrumental metodológico do qual ele se vale, ou seja, o tipo de marxismo por

ele utilizado. E o que caracteriza este instrumental? É evidente que o autor pretende valer-se do instrumental marxista, e de um marxismo crítico, para tratar desta problemática. Ora, para ele, o ponto nodal deste marxismo está na ênfase de que história é a história da luta de classes. (p. 77). O defeito fundamental do reformismo seria exatamente o abandono desta idéia, abrindo caminho para a ilusão de que é através da colaboração entre as classes que se resolvem os problemas sociais. Poderíamos, então, dizer que ele faz uma abordagem histórico-classista. Deste modo, ao deixar clara a relação entre cidadania e classes sociais ao longo de toda a história, ele estaria realizando uma abordagem realmente crítica e marxista desta problemática, reafirmando exatamente categorias que o reformismo tende a expurgar do marxismo.

É inegável que Marx afirmou que a história é a história da luta de classes. Em consequência, a problemática das classes sociais jamais pode ser deixada de lado – ainda que com todas as mediações – na análise de qualquer fenômeno social. Mas, a meu ver, isto não é de modo algum suficiente nem é a questão decisiva. Vejamos os problemas suscitados por este procedimento metodológico do autor.

Em primeiro lugar, apesar de enfatizar, em cada momento da história, a estreita relação da cidadania com as classes sociais, esta relação não é vista como intrínseca, mas apenas como algo accidental. Não é essencial. Tanto não é essencial que o autor entende que a cidadania plena só poderá ter uma existência plena em uma sociedade sem classes, ou seja, no socialismo. Isto equivale a dizer, em última análise, que ser cidadão é uma determinação ontológica do ser humano. O fato de esta determinação ter-se manifestado apenas a partir da Grécia antiga seria uma questão secundária. Equivale também a dizer que os direitos que compõem a cidadania estão ancorados na natureza humana e que sua plena explicitação é impossibilitada pela existência das classes sociais. Quando estas forem extintas, então esta determinação essencial poderá ser plenamente efetivada; todos os homens poderão ser plenamente cidadãos.

Em segundo lugar, e como decorrência do anterior, fica claro que cidadania plena é igual a liberdade plena. Uma sociedade onde os direitos e liberdades democráticos tivessem vigência plena teria atingido a sua forma mais aperfeiçoada *possível* – (frise-se que possível não quer dizer absoluta ou perfeita). A partir daí tratar-se-ia apenas de aperfeiçoar constantemente esta forma de sociabilidade, mas não de construir uma outra, qualitativamente diferente. Deste modo, o problema não estaria na natureza da cidadania, mas nos obstáculos que as classes sociais colocam à sua plena realização.

Em terceiro lugar, constata-se que escapou ao autor a natureza mais profunda da cidadania. O que, na verdade, aparece são as suas formas históricas concretas. A resposta à pergunta: o que é a cidadania?, seria encontrada no estudo destas formas históricas. Ora, isto pressupõe a idéia de que a teoria brota diretamente dos fatos empíricos, o que é rejeitado até por antimarxistas como K. Popper. Em consequência se, ao analisar a problemática da cidadania eu levar em conta as classes sociais, terei um tipo de teoria (marxista, revolucionária); se deixar de levá-las em conta, terei outro tipo (burguesa, reformista). Apesar de a análise histórica ter deixado claro que ser cidadão significa ter direitos (sejam civis, políticos ou sociais), portanto, uma forma particular de liberdade, a cidadania é simplesmente confundida com a liberdade. Por isso mesmo, sua plenitude só pode ser atingida em uma sociedade sem classes.

Em quarto lugar, e sintomaticamente, em nenhum momento o autor aborda a questão da natureza da cidadania. Ele faz referências ao conceito de cidadania daqueles para os quais a sociedade é apenas composta de cidadãos, mas não de classes sociais. Mas, se este é um conceito problemático, qual seria o conceito que o autor considera mais adequado? Ficamos, explicitamente, sem saber. Mas, implicitamente, o que ficamos sabendo é que o que é problemático naquele conceito não é o seu conteúdo, a sua natureza essencial, mas o fato de que este conteúdo é falseado pela eliminação do conceito de classes sociais. É esta relação – entre cidadania

e classes sociais – que o autor pretende recuperar e através dela desembocar em uma proposta revolucionária (classista e anti-capitalista).

Em quinto lugar, e como resultado do que foi dito antes, percebe-se que o autor, em nenhum momento, abandona o campo da política. A problemática da cidadania é apreendida de um ponto de vista daquilo que Marx chamou, nas *Glosas Críticas*, de *razão política* e não do ponto de vista da *razão social*. Deste modo, a esfera jurídico-política não aparece como fundada na esfera da produção (social) e por isso mesmo pode continuar a existir mesmo em uma sociedade socialista.

Marx poderia estar errado e se isto acontecesse seria justo criticá-lo. Contudo, certo ou errado, não me parece, de modo nenhum, ser esse o seu modo de pensar a respeito da questão da cidadania. Como também não é o que caracteriza o seu modo de pensar a respeito de qualquer fenômeno social. O que, a meu ver, marca o seu pensamento é a sua natureza ontológica¹. Evidentemente histórico-ontológica e não metafísico-ontológica. É essa natureza que garante o seu caráter radicalmente crítico e revolucionário. Ora, o que caracteriza uma abordagem marxista de caráter histórico-ontológico? J. Chasin (1987: 45) dá uma ótima explicação disto. Referindo-se ao fato de que Marx instaura uma nova forma de pensar que compreende o mundo até a sua raiz, diz ele que, eliminada a especulação, o pensamento “*Vólta ao mundo para tomá-lo no complexo de complexos de sua totalidade. Debruça-se sobre ele para capturá-lo pela raiz, colhê-lo pela anatomia da sociedade civil, matriz da sociabilidade (pela dimensão social fundante, não por um fator social qualquer; escolhido a talante e conveniência do intérprete). Ou seja, operação ontológica que rastreia e determina o processo de entificação do mundo e da lógica de sua transformação*”.

Trata-se, pois, aqui, de buscar, na análise de qualquer fenômeno social, a lógica da sua entificação a partir da matriz ontológica do ser social, isto é da economia, e não apenas da problemática das classes sociais. Não se trata de fazer nenhuma relação mecânica entre a economia e qualquer fenômeno social, mas de ter sempre em conta que as relações que os homens estabelecem entre si na produção (o trabalho; a economia) constituem o solo matrizador do ser social, vale dizer, a raiz do processo de tornar-se homem do homem. E que é a partir desta dimensão fundante, em determinação recíproca e como resposta a determinados problemas e necessidades enfrentados pela humanidade, que surgem, com uma especificidade e função próprias, as outras dimensões da atividade humana. Por isso mesmo, não basta apenas buscar a história de determinado fenômeno social, mesmo uma história que acentue a sua conexão com a luta de classes (onde houver classes). O que é preciso é buscar a gênese e a entificação histórico-ontológica, ou seja, desvendar, no curso do processo, a relação entre as determinações mais essenciais e as formas concretas em que elas se manifestam. Vale dizer, não são os dados empíricos, mesmo quando levada em conta a existência das classes sociais, que revelam a natureza de determinado fenômeno social. Por outro lado, também não é uma teoria, abstratamente formulada, que permite desvendar o sentido daqueles dados. O que permite fazer emergir a natureza do fenômeno é a apreensão de como se articulam os dados empíricos com a essência (também certamente histórica), ou seja, a articulação entre a teoria (aqui entendida como aqueles momentos gerais e universais, abstraídos do próprio processo real e não apenas formulados pela razão) e os dados



¹ A brevidade do texto me impede de expor, mesmo que em traços mínimos, o que seja a ontologia do ser social. Sugiro, para isto, a leitura da obra de maturidade de Lukács, especialmente a *Ontologia do ser social* e os *Prolegômenos*, bem como de textos de N. Tertulian, G. Oldrini, S. Lessa, J. Paulo Netto e C. Frederico.

fenomênicos. É esta articulação que permitirá a elaboração de um conceito científico.

É procedendo desta forma que Marx constata que a dimensão da política (da qual faz parte a cidadania) não é um elemento constituinte da natureza essencial do ser social. Para ele, a política é *essencialmente* a privatização – cuja origem está no surgimento da propriedade privada e, com ela, das classes sociais – das forças sociais comuns para fins de dominação, não importa sob que forma isto se realize. Quer dizer, para ele, há uma relação essencial entre economia e política e não apenas uma relação essencial, mas uma relação na qual a economia é o elemento matrizador. O que significa dizer que, para ele, a política não é uma dimensão insuperável – a exemplo do trabalho, da arte, da ciência, etc. – da existência humana, mas que apenas terá vigência enquanto existirem a propriedade privada e as classes sociais. Ora, o conjunto de direitos que constitui a cidadania (moderna) faz parte do que Marx denomina *emancipação política*, isto é, a dimensão da política posta na especificidade necessária à reprodução da sociabilidade do capital. É por isso que ele faz questão de acentuar a essencial diferença que existe entre *emancipação política* e *emancipação humana*. Esta idéia está muito clara, tanto nas *Glosas Críticas* como em *A Questão Judaica*, mas implicitamente também em todo o restante da sua obra. Para o bem ou para o mal, não é possível, de forma nenhuma, afirmar que para Marx cidadania plena é igual a emancipação humana.

A distinção entre estas duas categorias é da máxima importância para evidenciar a profunda diferença entre as perspectivas do capital e do trabalho. E não é preciso negar a importância da cidadania na trajetória da autoconstrução do ser social para admitir esta radical diferença. Assim, a cidadania moderna, nas suas mais variadas formas, inclusive na sua forma mais aperfeiçoada possível, é um momento inseparável da sociabilidade do capital. É certamente liberdade, mas uma forma de liberdade matrizada pelo capital e por isso necessariamente parcial e limitada. Ao contrário, o que integra a perspectiva do trabalho é a emancipação humana, uma

forma de liberdade infinitamente diferente e superior à liberdade democrático-cidadã.

Deste modo, ao contrário do autor, penso que o raciocínio coerente deveria ser este: cidadania plena = liberdade limitada = capitalismo. Vale dizer, *cidadania plena* é uma categoria que só pode existir no capitalismo. Isto porque, mesmo quando se refere a direitos sociais, ela não deixa de fazê-lo do ponto de vista da dimensão política. Para ficar mais claro: *direito* ao trabalho só pode haver no interior do capitalismo. No socialismo, como diz Marx, o trabalho não será um direito, mas a expressão, que não precisará ser garantida por lei, da primeira e fundamental necessidade humana, a da autoatividade.

Pode-se, então, dizer que cidadania plena – isto é, o grau máximo de liberdade que os indivíduos podem atingir na sociabilidade do capital – é algo que já existe hoje, por exemplo, nos países mais desenvolvidos. Com diferenças, com variações e, necessariamente, como limitações *intrínsecas*. Ao contrário, uma sociedade socialista será constituída de homens plenamente livres (o que nada tem a ver com perfeitamente, absolutamente, totalmente livres) e não de cidadãos plenos.

Ora, a idéia acima pareceria colocar-me no mesmo campo de Habermas, criticado pelo autor. Qual seria a diferença? A diferença – radical – está em que, para Habermas, a sociedade cidadã representa o espaço indefinidamente aperfeiçoável da sociabilidade; a última forma possível de sociabilidade. Para mim, ao contrário, na esteira de Marx, a sociabilidade democrático-cidadã, mesmo na sua forma mais plena, é apenas a última expressão de uma sociabilidade fundada nos antagonismos sociais.

É por não deixar clara a diferença entre estas duas categorias que a esquerda, mesmo quando bem intencionada, vem se situando cada vez mais, tanto teórica como praticamente, no campo da perspectiva burguesa. Não basta acentuar a relação que a cidadania tem com as classes sociais. Muito mais do que isto, é preciso demonstrar que há uma relação **essencial** entre a cidadania e as formas antagônicas de produção. E, no caso atual, entre a cidadania moderna e a forma de produção cuja matriz é o capital. Para

além das formas antagônicas de produção, onde a matriz da sociabilidade for o *trabalho associado*, já não haverá lugar para cidadãos, mas para homens plenamente livres. Para evitar mal-entendidos, esclareço que por *homens plenamente livres* entendo *homens que controlam, consciente e coletivamente o processo de produção econômica e, como consequência, o seu processo social de autoconstrução*.

Volto a repetir: Marx pode estar errado – e seria preciso, antes de mais nada, demonstrá-lo – mas certamente jamais concordaria com a afirmação de que *cidadania plena* é algo de *toda a sociedade*, no sentido da igualdade social. Como também não concordaria com a idéia de que a diferença entre reformistas e revolucionários é uma questão de estratégia e não de fins. Quer dizer, de que o fim seria o mesmo para todos – a cidadania plena – mas enquanto os primeiros pretendem atingi-lo através da colaboração e da negociação entre as classes, e por isso se enganam, os segundos pretendem alcançá-la por meio do confronto, da luta de classes.

Como disse no início, meu objetivo não era criticar, em detalhe, as idéias do autor acerca da problemática da cidadania. Minha intenção era demonstrar que o caminho seguido por ele – representativo de um amplo modo de pensar – não permite atingir o objetivo a que ele mesmo se propunha, qual seja, o de fazer do marxismo um instrumento de independência político-ideológica da classe trabalhadora.

A confusão, ou a clara igualização entre cidadania plena e emancipação humana não expressam apenas uma opinião acerca de uma questão tópica. Elas vão muito mais longe. Conscientemente ou não, elas têm por trás toda a problemática – literalmente problemática – do assim chamado socialismo democrático e, mais ainda, uma determinada compreensão do pensamento marxiano. Certa ou errada, esta concepção tem um caráter anti ou não ontológico. E é este viés, a meu ver, que pode até permitir críticas tópicas, mas interdita o resgate do caráter *radicalmente* crítico do pensamento marxiano. E porque *repetita juvant*, volto a dizer: para mim, este resgate *radicalmente* crítico significa capturar o movimento de autoconstrução do ser social a partir do seu ato fundante, o trabalho, rastreando, então, o surgimento e a natureza das mais diversas dimensões e momentos deste ser. É este procedimento que permite que, mesmo no exame da menor parcela, do menor aspecto do ser social, não se perca nunca de vista a sua conexão com a totalidade. É também este procedimento, que nunca perde de vista o caráter essencialmente histórico e social do ser social, que permite perceber a possibilidade de superação da sociabilidade fundada no capital e de instauração de uma sociabilidade fundada no trabalho efetivamente livre, vale dizer, a possibilidade da revolução.

Retomando a questão inicialmente posta da necessidade da reconstrução da teoria revolucionária, tendo como eixo o resgate do pensamento de Marx. Não há como ocultar o fato de que, não obstante tenha experimentado momentos de muito vigor e tenha recebido contribuições valiosas de vários teóricos, a teoria marxiana sofreu, desde sua fundação até hoje, um movimento de crescentes deformações e extravios. E que sua forma dominante, cujas bases foram lançadas na segunda metade do século XIX, se tornou, aos poucos, com o nome de marxismo-leninismo, uma completa contrafação do pensamento de Marx.

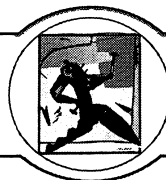
Se se quer demonstrar – racionalmente – a possibilidade da superação da




sociabilidade capitalista; a possibilidade de construção de uma forma de sociabilidade onde os homens sejam plenamente livres e, portanto, senhores do seu destino; se se quer dar conta dos complexos problemas que a transformação radical do mundo atual implica, então é preciso ir fundo na crítica das deformações e extravios sofridos pelo marxismo. Para isso, o resgate do espírito original – intrinsecamente crítico – do pensamento de Marx, é condição imprescindível. 🌐

Referências Bibliográficas

- CHASIN, J. Marx: Da Razão do Mundo ao Mundo sem Razão. In: _____. (org.) *Marx Hoje*. n. 1, São Paulo: Ensaio, 1987, p. 13-52.
- COUTINHO, C. N. *Contra a Corrente*. Ensaio sobre democracia e socialismo. São Paulo: Cortez, 2000.
- LUKÁCS, G. *Ontologia dell'Essere sociale*. Roma: Riuniti, 1976-1981.
- MARX, K. *A Questão Judaica*. São Paulo: Moraes, 1991
- _____. Glosas críticas al artículo “El rey de Prusia y la reforma social”. Por un prusiano”. In: _____. *Escritos de juventud*. México: Fondo de cultura económica, 1987, p. 505-521.
- PAULO NETTO, J. Razão, Ontologia e Práxis. *Serviço Social e Sociedade*, n. 44, 1994, p. 26-42.



 JOÃO LOPES

André Breton e o movimento comunista internacional 118



ANDRÉ BRETON E O MOVIMENTO COMUNISTA INTERNACIONAL

JOÃO LOPES

Dirigente da Frente de Esquerda Revolucionária (Ruptura-FER) (Portugal)

Do escândalo e da provocação à ação política organizada. Da “torre de marfim” da arte à adesão à Revolução Russa e ao comunismo. Da suspeita face ao fenómeno estalinista à integração na corrente da oposição trotskista. Da ruptura com o movimento comunista internacional ao anarquismo. Do corte com os anarquistas ao apelo à subversão das bases comunistas contra os seus chefes burocrático-totalitários e à recaída no cepticismo político. Sempre comprometido com a subversão estética do surrealismo. Sempre ao lado da luta contra os valores burgueses da “família”, da “pátria” e de “Deus”. Sempre ao lado dos povos colonizados contra as potências imperialistas. Eis André Breton.

Não lhe perdoando a sua insubmissão aos “diktaten” políticos e estéticos do estalinismo, absolutizando a sua inicial etapa a-política para melhor o estigmatizarem e valendo-se da tremenda máquina propagandística do Kremlin e dos partidos comunistas, a maioria dos intelectuais e escritores ligados aos meios estalinistas procurou passar uma esponja sobre essa água suja que seriam Breton e o surrealismo. Nem a sua adesão oficial ao PCF em 1927 nem as suas relações de colaboração com a frente cultural comunistas até meados dos anos 30 lhe valeram de muito. Para Ehrenburgo (prestigiado escritor russo e militante do PCUS):

“Os surrealistas bem querem Hegel e Marx e Revolução, mas o que eles não querem é trabalhar. Têm as suas ocupações. Estudam, por exemplo, a pederastia e os sonhos... Tratam de comer, um uma herança, outro o dote da mulher... Começaram por palavras obscenas. Os

menos maliciosos dizem que o seu programa é beijar as moças. Os que estavam um pouco a par do assunto dizem que não se pode ir longe com aquilo. Para eles, as mulheres são conformismo. Põem à frente outro programa: o onanismo, a pederastia, o fetichismo, o exibicionismo, e mesmo a sodomia. Então... chega Freud em seu auxílio e as perversões vulgares são cobertas com o véu do incompreensível. Quanto mais estúpido, melhor!”⁽¹⁾.

Longe destas distorções polémicas que o sector intelectual do estalinismo construiu, procuremos responder a várias questões. Como evoluiu a posição de Breton face à Revolução Russa e ao movimento comunista internacional? E face ao poder estalinista? Como é que ele viu o realismo socialista?

Da distração face ao mundo...

Nas célebres entrevistas radiofónicas concedidas a Parrinaud em 1952, Breton expressava-se assim sobre a sua consciência sócio-política nos meses prévios ao fim da I Guerra Mundial:

“A censura de guerra fora vigilante: em meios que se podiam considerar nossos, acontecimentos de significado *político* como os Congressos de Zimmerwald e Kienthal tinham feito pouca impressão e a própria revolução bolchevique estava longe de ser avaliada na sua real dimensão. [...] Aquilo que se convencionou designar de “consciência social” não existia entre nós.”⁽²⁾.

Com efeito, os anos que vão da formação literária e artística de Breton até à publicação do *Primeiro Manifesto do Surrealismo* (1924) estão



marcados por uma certa “torre de marfim” e uma certa vontade de “épater le bourgeois”. O próprio Aragon, então figura de proa do grupo surrealista, se referia desdenhosamente a “**Moscou, a caquética**” e dizia: “**Não são vocês quem me impedirá de encolher os ombros perante a revolução russa**”. Breton e o seu círculo preocupavam-se então fundamentalmente com a estética do simbolismo, com a veia irracionalista de Lautréamont, Rimbaud ou Baudelaire, com os escândalos dadaístas.

Indiferente à grande vaga revolucionária de 1917-1923 (Revolução Russa, insurreições alemãs de 1918, 1921-1923, República dos Conselhos na Hungria...), Breton virava-se para Freud em 1921. Como consequência de uma frenética actividade experimental no domínio da escrita automática, da associação livre de idéias e do sono hipnótico, o poeta e o seu grupo iriam construir o movimento surrealista. Ao mundo imperialista desprovido de qualquer “justificação poética” e arrastando na sua putrefacção os milhões de mortos da I Guerra Mundial opunham ingenuamente a desrazão, a amoralidade e a anti-arte. No *Primeiro Manifesto do Surrealismo* (1924), Breton definiria a nova corrente literária como:

“Automatismo psíquico puro, pelo qual se pretende exprimir, verbalmente ou por escrito, ou de qualquer outra maneira, o funcionamento real do pensamento. Ditado do pensamento, na ausência de qualquer vigilância exercida pela razão, para além de qualquer preocupação estética ou moral. [...] O surrealismo assenta na crença na realidade superior de certas formas de associações até aqui desprezadas, na onipotência do sonho, no mecanismo dessinteressado do pensamento. Tende a arruinar definitivamente todos os outros mecanismos psíquicos e a substituí-los na resolução dos principais problemas da vida.”⁽³⁾

Mergulhando nos confins da psicanálise freudiana (associação livre de ideias, sonho, atos falhados, loucura) e formulando os “**segredos da arte mágica surrealista**”, André Breton e o surrealismo parecem embrenhados numa “torre de marfim” e num esoterismo elitista. Nem as reivindicações de cientificidade da psicanálise freudiana lhes valiam de caução contra essa acusação. Aliás, ao terminar o *Primeiro Manifesto*, o próprio Breton reconhecia então essa indiferença artística e esotérica. face às realidades sociais, políticas e técnicas:

“Serei como Nijinski, que no ano passado levaram aos *Ballets russes* e não entendeu a que espectáculo estava a assistir. Estarei só, muito só em mim, indiferente a todos os *ballets* do mundo. [...] A T. S. F.? Está bem. A sífilis? Se quiserem. A fotografia? Não vejo inconveniente. A guerra? Fartamo-nos de rir. [...] ele [o surrealismo] só poderá justificar o completo estado de distração ao qual esperamos chegar neste mundo.”⁽⁴⁾

No entanto, essa leitura de Breton estava profundamente enquinada pelos efeitos que a divisão social do trabalho frequentemente produz sobre a consciência dos artistas. Em primeiro lugar, o protesto do surrealismo contra certas categorias burguesas empurravam-o necessariamente para a esquerda do espectro político e civilizacional:

“O maior rancor reserva-mo-lo aos conceitos a que se convencionou atribuir um valor sagrado: em primeiro lugar, a “família”, a “pátria” e a “religião” [...]. Tais bandeiras pareciam-nos encobrir mercadorias sórdidas: ainda tínhamos demasiado presentes no espírito os sacrifícios humanos que esses deuses haviam exigido e exigiam ainda. [...] Sentíamos que um mundo em decadência ace-

lerada e correndo para a sua perda só conseguia perdurar reforçando os tabus e multiplicando as coacções: éramos radicalmente pela sua rejeição.”⁽⁵⁾

Em segundo lugar, e como bem viram Walter Benjamin e Herbert Marcuse, certas obras esotéricas como as de Rimbaud, Baudelaire, Valéry ou as do surrealismo, exprimem insensivelmente uma “consciência de crise” e uma “contestação” face à sociedade imperialista:

“O protesto “secreto” dessa literatura esotérica reside na integração das forças erótico-destrutivas primárias que quebram o universo da comunicação e do comportamento normais. Estas forças, associadas pela sua própria natureza, são clandestinamente rebeldes à ordem social. Como uma tal literatura revela o domínio de Eros e de Thanatos acima de todo o empreendimento social, ela evoca necessidades e satisfações que são essencialmente destrutivas. Do ponto de vista da praxis política, ela conserva-se elitista e decadente. Ela nada faz pelo combate libertador a não ser abrir as zonas tabus da natureza e da sociedade, zonas nas quais mesmo a morte e o demoníaco são arrolados como aliados quando se trata de recusar a inclinar-se face à repressão.”⁽⁶⁾

Não será que os anos da juventude e da formação de André Breton estão já a negar a sua proclamada distracção face ao mundo e a apelar..

...à transformação do mundo

O ano de 1925 seria decisivo para a conscientização política de Breton e da maioria dos surrealistas. A rebelião armada dos marroquinos contra o poder colonialista francês e espanhol divide a sociedade entre “nacionalistas” e “internacionalistas”. No quadro da sua corajosa agitação pela derrota do imperialismo franco-espanhol e a favor da independência marroquina, o PCF organiza manifestações com dezenas de milhares de pessoas e chega mesmo a lançar uma greve geral que envolve um milhão de grevistas em Outubro de 1925. Nesse mesmo contexto, a revista *Clarté* (órgão da fren-

te cultural dirigida por quadros comunistas e que tinha 4.500 assinantes e 15.000 leitores no início da década) abre-se à colaboração com os surrealistas em Maio de 1925. Impactados pela atividade internacionalista do PCF e pela abertura da *Clarté*, o poeta e os seus companheiros assinam no órgão oficial comunista *L'Humanité* de 2/6/1925 o texto *Apelo aos trabalhadores intelectuais: condenais ou não a guerra* contra a acção imperialista dos franceses em Marrocos. Entretanto, os violentos incidentes provocados pelos surrealistas no banquete de homenagem ao poeta Saint-Pol-Roux levam a imprensa burguesa e patriota a uma furiosa campanha contra eles (alguns jornalistas e patriotas exaltados pediam mesmo a sua expulsão do país e a proibição da publicação de obras), o que vem acelerar ainda mais a aproximação ao internacionalismo do PCF: “[é] a partir daí que a revolta comum tenderá a canalizar-se para o plano político.”⁽⁷⁾

Publicada no *L'Humanité* de 21/9/1925 a declaração *La Revolution d'abord et toujours* assinada por 27 membros da *Revolution Surrealiste*, 6 membros da direcção da *Clarté* e elementos de outras revistas culturais, institui-se como um marco na evolução política de Breton e do seu círculo (Aragon, Eluard, Péret, Max Ernst, Leiris, Masson...): nessa declaração se apoia o *Manifesto do Comité de Acção contra a Guerra em Marrocos*, se denuncia o manifesto chauvinista *Os intelectuais ao lado da pátria*, se elogia o “exemplo dado ao mundo por Lênine em 1917 em Brest-Litovsk” e se concebe “a revolução na sua forma social”⁽⁸⁾.

Não obstante essa colaboração e a declaração pública no *L'Humanité* de 8/11/1925 em que afirmam absterem-se da “doutrina surrealista da revolução” para não chocarem com a concepção materialista da revolução, Breton e os surrealistas que o seguem na aventura política (Artaud e Bataille abandonam o barco em nome da pureza artística do movimento) continuam a ser olhados com desconfiança pelos quadros do PCF. Mas o poeta conseguirá aderir formalmente ao partido e será integrado numa célula parisiense de empregados do gás em Janeiro de 1927, na qual a sua actividade militante estava condenada a rápido fracasso e o reenviava para

o horizonte cultural do PCF. Até meados dos anos 30 esse horizonte conservar-se-lhe-á aberto.

Ao contrário do *Primeiro Manifesto do Surrealismo* (1924) que se circunscreve ao campo técnico-artístico e ao enquadramento psicanalítico da corrente, o *Segundo Manifesto* (1929) está atravessado pela intenção de conciliar o surrealismo com as ideias marxistas e pela relação com o movimento comunista internacional.

Do ponto de vista teórico, Breton parece considerar que a ponte de ligação ao marxismo começaria com a negação da dialéctica idealista de Hegel e desembocaria na radicalização da dialéctica histórico-ontológica do materialismo ao campo das antinomias “real”/”irreal”, “razão”/”desrazão”, “reflexão”/”impulso”: “[o surrealismo apresenta] com o materialismo histórico pelo menos esta analogia tendencial de partir do *aborto colossal* do sistema hegeliano”, “também para nós o método dialéctico era, sob a sua forma hegeliana, inaplicável”⁽⁹⁾.

Por detrás desse ponto de partida comum e da extrapolação que dele se retira para a radicalização do materialismo dialéctico até às fronteiras da psicanálise, certamente incompreensível para a generalidade dos intelectuais comunistas, encontrava-se provavelmente uma convicção: a elevação exponencial do nível de vida, da cultura média e do tempo libertado associada à construção do comunismo permitiria um homem novo e a compreensão de certas antinomias resultantes da sociedade classista e da divisão social do trabalho. É essa convicção que subjaz à discussão com os materialistas vulgares que negavam qualquer valor à psicanálise:

“Como admitir que o método dialéctico não possa aplicar-se validamente senão à resolução dos problemas sociais? Toda a ambição do surrealismo é fornecer-lhe possibilidades de aplicação, de modo nenhum concorrentes no campo consciente mais imediato. Não vejo, na verdade, por muito que pese a alguns revolucionários de espírito limitado, porque é que havíamos de nos abster de levantar, desde que os encaremos do mesmo ponto de vista que eles encaram a Revolução – e nós também –, os problemas do amor, do sonho, da loucura, da arte e da religião. [...] o nosso [destino] é dar, como damos, *totalmente*, sem reservas, a nossa adesão ao princípio do materialismo histórico, e o deles é atirar à cara do mundo intelectual embasbacado a ideia de que “o homem é aquilo que come” e que uma revolução futura teria mais possibilidades de êxito se o povo recebesse melhor alimentação, neste caso, ervilhas em vez de batatas.”⁽¹⁰⁾.

Esta interessantíssima antecipação dos trabalhos de Reich ou de Deleuze mostra à saciedade o empenho de Breton em aliar marxismo e psicanálise no âmbito da sua actividade adentro do movimento comunista internacional.

Do ponto de vista prático, Breton considerava-se então ligado ao PCF e à III Internacional sem se desvincular da sua direcção oficial estalinista:

“Não é no momento em que Trotsky, por uma carta datada de 25 de Setembro de 1929, concede que na Internacional é *patente o facto de*



uma conversão para a esquerda da direcção oficial em que apoia com toda a sua autoridade o pedido de reintegração de Racovsky, de Cassior e de Okudjava, susceptível de arrastar consigo a sua própria reintegração, que vamos tomar-nos mais irredutível do que ele próprio é.”⁽¹¹⁾.

Acompanhado conjunturalmente na sua caminhada político-partidária por Aragon, Eluard, Peret, Max Ernst, Luís Buñuel ou Salvador Dalí, o poeta francês decide então transformar simbolicamente a *Révolution Surréaliste* (1925-1929) em *Le Surréalisme au service de la Révolution* (1930-1933).

Em 1935, Breton recuperaria as palavras de Lapie para relembrar a raiz profunda da sua adesão à Revolução Russa e ao comunismo:

“Se o surrealismo foi para Moscou foi porque esperava encontrar na Revolução social o apoio indispensável à expansão da sua poesia, isto é, a possibilidade de, nos ócios proporcionados ao homem liberto do proletariado, viver de uma actividade pessoal que, à falta de palavra melhor, chamaremos ainda poética. Esta transposição para o plano político do acto do surrealismo teve como resultado na juventude contemporânea dar-lhe a conhecer a URSS e poder considerar que em teoria o regime soviético era um regime viável, talvez o único.”⁽¹²⁾.

Outubro e comunismo ressoavam aos ouvidos surrealistas como algo mais do que uma revolução política e económica. Eram sinónimos de revolução nas mentalidades e nos comportamentos conduzindo a médio e longo prazo à liquidação da religião oficial judaico-cristã, da família burguesa clássica e do patriotismo imperialista, ao aparecimento de uma nova sexualidade, à emancipação da mulher e das raças oprimidas. Apenas a revolução comunista permitiria: “*Transformar o mundo*, disse Marx; *mudar a vida*, disse Rimbaud: estas duas palavras de ordem são, para nós, uma só.”⁽¹³⁾

“Du temps en que les surrealistes avaient raison”(1935): a ruptura definitiva com o estalinismo

O fracasso da experiência militante no PCF, as desconfianças dos quadros comunistas face ao

surrealismo, a expulsão de Trotsky da URSS e os atropelos à democracia no regime estalinista, foram caldeando uma consciência oposicionista em André Breton. Mas as profundas esperanças ainda depositadas nas potencialidades da Revolução Russa levaram-no a permanecer no interior das organizações culturais do estalinismo até 1935, nomeadamente na Associação dos Escritores e Artistas Revolucionários (AEAR). Nem mesmo a declaração imposta pela Segunda Conferência Internacional dos Escritores Revolucionários (realizada em Kharkov, URSS, em novembro de 1930) a Aragon e a Sadoul, obrigando-os a romper com Breton e a afirmar que o surrealismo “contraria o materialismo dialéctico”, que o freudismo é “uma ideologia idealista”, que o trotskismo é uma “ideologia social-democrata e contra-revolucionária” e que a sua actividade literária deve ser submetida “à disciplina e ao controlo do partido comunista” é suficiente para alterar essa postura: “Na verdade, não se julgue que esta ruptura [...] nos tenha tirado as derradeiras ilusões acerca da compatibilidade das aspirações surrealistas e comunistas, no sentido doutrinal do termo, nem sobre a possibilidade de um saneamento político e cultural do partido. O que se reprovava a Aragon e alguns outros era terem capitulado antes mesmo de chegarem a dar luta, de se deixarem remeter [...] para a *linha oficial* em vez de tentarem rectificá-la do interior das organizações, o que ainda nos parecia possível.”⁽¹⁴⁾. Com efeito, Breton continuaria a batalhar pelas suas posições no interior da AEAR e aí começa a colar-se à corrente trotskista: “Na AEAR de Vaillant-Couturier, a nossa atitude regulava-se mais ou menos pela da oposição de esquerda (trotskista). Embora fosse um dos quatro ou cinco membros do Bureau, o meu voto ia quase sempre para a minoria.”⁽¹⁵⁾.

Expulso da AEAR em 1934 por ter deixado publicar em *Le Surréalisme au service de la Révolution* uma violenta crítica de Ferdinand Alquié ao filme soviético “O caminho da vida”, Breton vive intensamente a situação política da época. A ineficácia da linha ultra-esquerdista do estalinismo face ao ascenso de Hitler ao poder, a sedição dos fascistas franceses em 6 de Fevereiro de 1934, o

pacto franco-soviético de incitamento à intensificação da produção amamentista, a evolução da política cultural do estalinismo e os acontecimentos em torno do Congresso dos Escritores para a defesa da Cultura, constituirão o pano de fundo do célebre texto *Du temps en que les surrealistes avaient raison* (1935) redigido por Breton e assinado, entre outros, por Eluard, Max Ernst, Magritte e Tanguy. Com esse texto se consumaria a ruptura pública e definitiva com o estalinismo.

E razões não lhe faltavam. No campo da democracia nas organizações culturais frentistas dominadas pelos estalinistas. No campo da democracia interna no movimento comunista internacional. No campo da política externa e interna do Kremlin. No campo da política cultural do regime estalinista. A experiência no Congresso Internacional para a Defesa da Cultura mostrara à sociedade os métodos burocráticos da intelectualidade estalinista: imposição autoritária da ordem de trabalhos; nomeação anti-democrática do gabinete dirigente da Associação Internacional dos Escritores para a Defesa da Cultura; exclusão de Breton a pretexto da agressão a Ehrenburgo; manobras para asfixiar o discurso de Breton lido por Eluard:

“O Congresso Internacional para a Defesa da Cultura desenrolou-se sob o signo da sistemática asfixia: asfixia dos verdadeiros problemas culturais, asfixia das vozes não reconhecidas como pertencentes ao capítulo.”⁽¹⁶⁾

A derrocada das ilusões de reforma do movimento comunista internacional orientado pela ortodoxia estalinista levava o poeta francês a denunciar publicamente os atropelos ao direito de tendência e à liberdade de palavra/imprensa, relembrando assim a tradição bolchevique de confrontação no interior dos marcos partidários:

“Sustentamos que a afirmação livre de todos os pontos de vista, que a confrontação permanente de todas as tendências constituem o mais indispensável fermento da luta revolucionária. *Cada um é livre de dizer e escrever o que lhe agrada, afirmava Lenine em 1905, a liberdade de imprensa e de palavra deve ser completa*”⁽¹⁷⁾.

O pacto Estaline/Laval em defesa do rearmamento, em renúncia da utilização da palavra-de-ordem *Transformação da guerra imperialista em guerra civil*, em concentração de esforços contra a Alemanha e em reanimação do patriotismo francês, dera-lhe a prova definitiva da iníqua política exterior do Kremlin. O culto idólatra do chefe aliado ao retorno dos valores da família na URSS obrigaram mesmo Breton a escrever que isso dava “um vislumbre de justificação tardia ao famoso *Moscou, a cidade caquética*”⁽¹⁸⁾. E o realismo socialista com toda a sua carga de empobrecimento técnico-formal, imposição de temáticas artísticas, condicionamento da liberdade de criação e enquadramento burocrático-partidário da arte havia irritado Breton e o seu círculo a ponto de reclamarem a discussão do problema no Congresso dos Escritores para a Defesa da Cultura:

“Pediam eles [isto é, os surrealistas], nomeadamente, que fossem colocadas na ordem do dia do Congresso as questões seguintes: direito de levar por diante, tanto em literatura como em arte, a pesquisa de novos meios de expressão, direito para o escritor e o artista de continuar a aprofundar o problema humano sob as suas formas (reivindicação da liberdade do assunto, recusa a julgar da qualidade de uma obra pela actual vastidão do seu público, resistência a qualquer tentativa de limitação do campo de observação e de acção do homem que aspira a criar intelectualmente.”⁽¹⁹⁾



Assim sendo, e num ambiente marcado pela evolução negativa da guerra civil espanhola, pelo fortalecimento do nazi-fascismo e pela farsa dos “processos de Moscou”, André Breton prossegue e aprofunda os seus contactos com os trotskistas. Chegará mesmo a aproveitar a sua viagem ao México para aí se encontrar repetidas vezes com Trotsky em 1939. Os acordos políticos e culturais não se traduziram em programa unitário ou em militância organizada nos marcos da recém-formada IV Internacional, mas deram base a uma concepção comum sobre a relação arte/política com a redacção do *Manifesto por uma arte revolucionária independente* à criação de uma organização cultural frentista de orientação anti-capitalista e anti-estalinista (a FIARI). Como relembra Breton:

“Consegui chegar a acordo com ele sobre as condições que, do ponto de vista revolucionário, deviam ser facultadas à arte e à poesia a fim de poderem participar na luta emancipadora, permanecendo inteiramente livres no seu domínio específico.”⁽²⁰⁾

No *Manifesto por uma arte revolucionária independente* Breton e Trotsky são peremptórios:

“Aqueles que nos pressionam [...] a consentir que a arte seja submetida a uma disciplina que nós consideramos completamente incompatível com os seus meios, opomos uma recusa sem apelo e a vontade deliberada de nos atermos à fórmula: *toda a licença em arte*. Certamente, reconhecemos ao Estado revolucionário o direito de se defender contra a reacção burguesa agressiva, ainda que ela se esconda sob o manto da ciência ou da arte. [...] Consideramos que a tarefa suprema da arte na nossa época é participar consciente e activamente na preparação da revolução. Porém, o artista não pode servir a luta emancipadora a não ser que esteja subjectivamente penetrado pelo seu conteúdo social e individual, que traduza o seu sentido e drama nos seus nervos e que procure livremente dar uma encarnação artística ao seu mundo interior.”⁽²¹⁾

Por outras palavras: 1) condena-se abertamente a política cultural do estalinismo e a sua normatividade autoritariamente imposta através do realismo socialista; 2) recupera-se a política

cultural bolchevique de Lunatcharsky plena de liberdade e de pluralidade para todas as correntes; 3) reafirma-se a força protestatária, subversiva e utópica da arte face ao regime capitalista; 4) reafirma-se a necessidade da repressão revolucionária sobre certos fenómenos artísticos exclusivamente no caso de servirem como pretexto para a reacção violenta de forças burguesas armadas.

Entretanto, a guerra civil espanhola terminaria tragicamente, a II Guerra mundial eclodiria em 1 de Setembro de 1939, Trotsky seria assassinado por um agente estalinista em Agosto de 1940 e os revezes da intelectualidade revolucionária à margem do Kremlin sucediam-se com a FIARI (então com seis dezenas de escritores e artistas, dos quais se destacavam Breton, Masson e Max Ernst) e a sua revista pública *La Clé* a auto-dissolver-se, e com muitos surrealistas a procurar exílio nos EUA. O próprio Breton seguiria esse caminho num contexto em que as autoridades fascistas de Vichy o declaravam como perigoso anti-patriota e agitador.

Conclusão

O poeta irá passar os últimos vinte e cinco anos da sua vida entre a criatividade de uma arte ancorada no freudismo e no esoterismo, a tentação de voltar à luta pela regeneração do movimento comunista internacional e a acção política independente do comprometimento com o marxismo organizado. Num quadro histórico em que o estalinismo se vira enormemente reforçado pela vitória sobre o nazi-fascismo, em que a democracia dos países capitalistas avançados se sedimentara com o keynesianismo e em que o trotskismo estava relegado a força bastante marginal, Breton haveria de declarar numa entrevista em Maio de 1950 como resposta à questão “E agora o que espera do comunismo?” o seguinte:

“Devido à sua identificação presente com o estalinismo, não espero nada que não seja execrável. Houve o assassinato, sob as ordens de um só, dos seus melhores companheiros de luta; houve processos, imitados e agravados da Inquisição, de que se usou para os aviltar antes



de lhes roubar a vida; houve campos de concentração iguais aos de Hitler em amplitude e atrocidade; houve a abolição de todas as liberdades dignas desse nome; houve a utilização sistemática da mentira, da calúnia, da falsificação e da chantagem como meios de propaganda. [...] A divinização do chefe (*o homem que mais amamos*), que é mesmo preciso, agora, cumular de presentes, coroa este edifício, negação impudente do que pretende representar. Falar de comunismo a respeito disso é, evidentemente, delirar à vontade. [...] Por muito que nos custe a muitos de nós, vai ser preciso sem dúvida submeter a uma crítica atenta certos pensamentos de Lenine e do próprio Marx [...]”⁽²²⁾.

A ruptura com o movimento comunista internacional vai agora além do estalinismo (que o domina quase sem contestação) e estende-se à alternativa trotskista (que está orfã de Trotsky e reduzida a nota de rodapé) e ao próprio materialismo histórico (que se revela de difícil conciliação com o crescente peso do esoterismo no pensamento de Breton).

Do fim da II Guerra Mundial até meados dos anos 50, Breton está de costas voltadas para o movimento comunista internacional. Aproxima-se então do movimento mundialista de Gary Davis e do anarquismo francês, mas conserva sempre relações de colaboração pontual com os trotskistas e profundos reflexos anti-imperialistas. Participa em acções pela liberdade do povo vietnamita e contra a repressão gaulesa aos independentistas argelinos. Está ao lado dos trotskistas franceses no protesto contra a presença do artista-assassino Siqueiros numa exposição em Paris. Alia-se à contestação contra a suspensão dos jomais *Combat* (trotskista) e *Libertaire* (anarquista), e contra a prisão de militantes da esquerda revolucionária francesa. Em 1956, a desestalinização do XX Congresso do PCUS e o levantamento do povo húngaro contra o regime estalinista insuflam grandes esperanças a Breton, entretanto desvinculado do anarquismo e agora pronto a contribuir para a regeneração do movimento comunista internacional. Assina então os panfletos *Au tour des livrés sanglantes* e *Hongrie, soleil levant* em que os surrealistas apelam directamente às bases do PCF para se rebelarem contra a sua direcção oficial. Com isso, maximizava-se um trabalho polémico e propagandístico iniciado há anos no sentido de descolar segmentos da intelectualidade próxima ao PCF, e que tivera um dos seus pontos álgidos no enfrentamento público com Aragon a propósito do realismo socialista em 1951. A campanha anti-formalista de Zdanov estava quente, a arte moderna estava proscrita da URSS há quase vinte anos e os temas eram ciosamente impostos aos artistas pelo poder político. Breton escrevia então num artigo sintomaticamente intitulado *Du “réalisme socialiste” comme moyen d’extermination moralee* tendo bem presente a repressão contra os surrealistas checos que culminara na execução de Kalandra:

“No mundo, somos muitos a pensar que o realismo socialista é apenas mais uma impostura a atribuir a um regime que, ao alienar a liberdade humana, ao corromper sistematicamente todas as palavras propícias à fraternidade universal, ao eliminar de maneira ignominiosa os seres que não baixaram suficientemente a cabeça, ao ser simplesmente totalitário, deve ser julgado no seu conjunto.”⁽²³⁾

Cinco anos depois os panfletos *Au tour des livrés sanglantes* e *Hongrie, soleil levant* ultrapassam esse horizonte mais estreito da polémica artística e recolocam Breton e os surrealistas franceses na luta anti-estalinista pela regeneração do

movimento comunista internacional. Estes panfletos são redigidos para o conjunto da militância do PCF e integram palavras-de-ordem claramente políticas:

“Exigir, no interior das células, a discussão livre e imediata, a partir do XX Congresso, sobre a revisão da história do Partido; como consequência primeira, a reabilitação dos pretensos traidores, a começar pela[...] do companheiro inseparável de Lenine, do organizador do Exército Vermelho, do teórico da revolução permanente, o camarada Trotsky; destituir os funcionários e burocratas submetidos a Thorez, que se proclamou a si mesmo o *melhor discípulo de Estaline*; extirpar da classe operária o veneno estalinista que a paralizou.”⁽²⁴⁾ “Há exactamente trinta e nove anos o imperialismo franco-britânico tentava sustentar a sua visão distorcida da revolução bolchevique, fazendo de Lenine um agente do Kaiser; o mesmo argumento é hoje utilizado contra os insurrectos húngaros confundidos, no seu conjunto, com os escassos elementos fascistas que inevitavelmente se misturaram entre eles. Mas, em período de insurreição, o juízo moral é pragmático: OS FASCISTAS SÃO AQUELES QUE DISPARAM CONTRA O POVO”⁽²⁵⁾.

Democratização da vida interna dos partidos comunistas, estigmatização da burocracia estalinista, reabilitação de Trotsky e dos condenados na farsa dos “processos de Moscou” e *todo o apoio à revolução húngara*, ressoam nestes panfletos como ecos do breve retorno de Breton à luta pela regeneração do movimento comunista internacional entrevista nos conselhos operários anti-estalinistas surgidos na revolução húngara e na condenação dos crimes estalinistas no XX Congresso do PCUS. 🌐

NOTAS

- (1) Ehrenburgo citado “in” André Breton, Manifestos do surrealismo, trad., Lisboa, Salamandra, 1993, p.250.
- (2) André Breton, Entrevistas, trad., Lisboa, Salamandra, 1994, p.50.
- (3) André Breton, Manifesto do Surrealismo “in” Manifestos do Surrealismo, ed. ref., p.34.
- (4) André Breton, Idem, pp.52-53.
- (5) André Breton, Entrevistas, ed. ref., pp.99-100.
- (6) Herbert Marcuse, La dimension esthétique. Pour une critique de l'esthétique marxiste, trad., Paris, Seuil, 1979, p.34.
- (7) André Breton, Entrevistas, ed. ref., p.119.
- (8) Cf. o texto integral da declaração “in” La revolution surrealiste (edição fac-similada), n°5 (15 octobre 1925), pp.31-32, Paris, Éditions Jean Michel Place, 1991. Para a influência do contexto histórico de meados dos anos 20 sobre a politização dos surrealistas, cf. Norbert Bandier, Sociologie du surréalisme (1924-1929), Paris, La Dispute, 1999, pp.245-249.
- (9) André Breton, “Segundo Manifesto do Surrealismo” “in” Manifestos do Surrealismo, ed. ref., p.141.
- (10) André Breton, Idem, pp.141-142.
- (11) André Breton, Idem, p.149.
- (12) LAPIE citado “in” André Breton, “Posição política da arte de hoje” “in” Manifestos do Surrealismo, ed. ref., p.230.
- (13) André Breton, Discurso ao Congresso dos Escritores “in” Manifestos do Surrealismo, ed. ref., p.245.
- (14) André Breton, Entrevistas, ed. ref., pp.169-170.
- (15) André Breton, Idem, p.170.
- (16) André Breton, “Do tempo em que os surrealistas tinham razão” “in” Manifestos do Surrealismo, ed. ref., p.251.
- (17) André Breton, Idem, p.255.
- (18) André Breton, Idem, p.260.
- (19) André Breton, Idem, p.250.
- (20) André Breton, Entrevistas, ed. ref., p.190.
- (21) André Breton, “Pour une art révolutionnaire indépendant” “in” La Clé des Champs, Paris, Éditions Pauvert, 1991, pp.47-48. Este texto foi redigido em conjunto com Trotsky.
- (22) André Breton, Entrevistas, ed. ref., p.247.
- (23) André Breton, Du “réalisme socialiste” comme moyen d'extermination morale “in” La Clé des Champs, ed. ref., pp.345-346.
- (24) “Au tour des livrées sanglantes” “in” Jean-Louis Bedouin, Vingt ans de surréalisme(1939-1959), Paris, Denoel, 1961, p.322.
- (25) “Hongrie, soleil levant” “in” Jean-Louis Bedouin, idem, p.323.



Marxismo Vivo